

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA – FACCAT
CURSO DE HISTÓRIA

**“ATRÁS DAS MÁQUINAS TEM GENTE!”: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE IGREJINHA
(1960 – 1980)**

GABRIEL OSMAR WILBERT DE BORTOLI

Taquara
2018

GABRIEL OSMAR WILBERT DE BORTOLI

**“ATRÁS DAS MÁQUINAS TEM GENTE!”: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE IGREJINHA
(1960 – 1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História
das Faculdades Integradas de
Taquara, sob orientação da
Professora Doutora Dalva
Reinheimer.

Taquara

2018

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de amor. Pensando nisso, procuro agradecer àqueles que amo, que estiveram ao meu lado, que me incentivaram, que me deram um olhar de apoio, que me deram palavras de incentivo e que contribuíram para minha formação com suas sugestões e críticas.

Primeiramente, quero agradecer a Deus! Se não fosse seu cuidado e seu carinho esse trabalho não seria possível. Foi através da fé em ti, que mantive força, esperança e ânimo...

Agradeço aos meus pais, Claudete Beatriz Wilbert e Mário Oscar da Silva de Bortoli, pelo exemplo de vida, pelo amor, pelo carinho e constante estímulo. Dedico-lhes esse trabalho com gratidão por tudo que me ensinaram.

Dedico esse trabalho ao meu avô Allibio Wilbert, que em abril desse ano foi para junto de Deus. Obrigado pelo carinho e pelo cuidado que sempre demonstrou por mim. Esse trabalho é uma homenagem para o senhor!

Agradeço aos meus amigos que conheci na graduação e que espero levar para toda vida, em especial, Vitória Nicolini Nunes, Eliton Freitag, Janaína Rodrigues, Gislaine Silveira e Tiago Kohlrausch. Vocês são demais galera! Obrigado por tudo!

Agradeço a todos do Centro Municipal de Atividades Educacionais Aprender (CEMAE Aprender), lugar onde me sinto feliz e acolhido. Em especial, aos meus alunos, que me fazem ter a certeza que escolhi a profissão certa.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Dalva Reinheimer, que durante a construção dessa pesquisa se tornou uma verdadeira amiga. Obrigado por todo o conhecimento compartilhado. A ti, dedico toda minha admiração.

Aos demais professores do curso de História, em especial aos meus avaliadores Daniel Luciano Gevehr e Doris Rejane Fernandes registro aqui meu agradecimento. Vocês me inspiram!

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise dos trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul. O tema da pesquisa são os trabalhadores da indústria calçadista e a delimitação são os comportamentos e a identidade social dos trabalhadores da indústria calçadista em Igrejinha entre 1960 e 1980, levando em consideração o processo histórico do município, visto que o período em questão é o de maior ascensão e desenvolvimento da indústria na região. Esta pesquisa se justifica, primeiramente, porque a temática ainda não foi devidamente abordada no meio acadêmico e o tema é relevante socialmente, pois se trata de um dos tópicos mais importantes da história de Igrejinha e do Vale do Paranhana. A pesquisa que está embasada sob o viés da História Social, tem como objetivos específicos entender o processo de industrialização que ocorreu no Rio Grande do Sul e suas consequências na região de Igrejinha; entender como se formou o operariado no município de Igrejinha; as relações de solidariedades estabelecidas pelos trabalhadores; a organização do trabalho nas fábricas; a atuação dos sindicatos entre o período em questão; as rupturas e continuidades mantidas pela sociedade igrejinhense após o processo da industrialização, entre outros aspectos.

Palavras-chave: trabalhadores - Indústria Calçadista – Igrejinha - Identidade.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – A industrialização no Rio Grande do Sul de acordo com Martin Dreher.....	33
Imagem 02 - Setor de preparação nos Calçados Samparrelí – Década de 1970.....	83
Imagem 03 - Calçados Ruth em Desfile da Semana da Pátria em 1976.....	89
Imagem 04 - Calçados Ruth em Desfile da Semana da Pátria em 1975.....	90
Imagem 05 - Comemoração de final de ano em empresa na década de 1970.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Quantidade de fábricas do setor calçadista em Igrejinha entre as décadas de 1950 e 1970.....55

Gráfico 02 - Mão de obra do setor calçadista de Igrejinha (1974 – 1978).....77

Gráfico 03 - Mão de obra utilizada pelas empresas calçadistas de Igrejinha em 1978 de acordo com o gênero dos funcionários e o tipo de calçado produzido.....84

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Exportações e saídas para outros estados de calçados produzidos no Rio Grande do Sul – 1942-62.....	48
Tabela 02 - Empresas do setor coureiro-calçadista em Igrejinha nas décadas de 1940 e 1950.....	65
Tabela 03 - Empresas do setor coureiro-calçadista em Igrejinha na década de 1960.....	71
Tabela 04 - Divisão do trabalho nas fábricas de calçado por gênero dos trabalhadores.....	81
Tabela 05 - Prefeitos e vice-prefeitos de Igrejinha durante as décadas de 1960 e 1970.....	91

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização geográfica de Igrejinha no Vale do Paranhana.....58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 “TUDO, TUDO SAI DO NOSSO TRABALHO, TUDO DAMOS E NADA RECEBEMOS!”: INDUSTRIALIZAÇÃO, MOVIMENTO OPERÁRIO E ECONOMIA NO RIO GRANDE DO SUL.....	19
2.1A produção artesanal nas áreas de imigração alemã no Rio Grande do Sul.....	20
2.2A industrialização sul-rio-grandense durante a República Velha.....	25
2.3A industrialização brasileira a partir de 1930 e suas consequências no Rio Grande do Sul.....	45
3 “PAX ET LABOR”: OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE IGREJINHA (1960 – 1980).....	57
3.1Igrejinha: contexto histórico, germanidade e empreendedorismo no Vale do Paranhana.....	58
3.2A formação do operariado: do rural ao setor industrial.....	72
3.3A situação das fábricas e dos trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970 em Igrejinha.....	79
3.4A identidade dos trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha..	86
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo a História preocupou-se em registrar as narrativas de grandes líderes, de grandes acontecimentos e de fatos que eram valorizados nacionalmente e internacionalmente. Nos últimos tempos, entretanto, a historiografia tem buscado registrar as experiências vividas pelos personagens que, no passado, eram silenciados dos livros e dos textos. Pensando nessas palavras e na vivência dessas pessoas pretendo iniciar a escrita desse trabalho, que busca “dar voz” a um grupo que foi, em certa medida, ignorado ao se contar a história do município de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul: os trabalhadores da indústria calçadista.

O interesse em pesquisar a indústria calçadista de Igrejinha, em especial os trabalhadores que estiveram inseridos nesse contexto, surgiu após a realização de uma pesquisa entre agosto de 2016 e agosto de 2017 intitulada “Memorial história do calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” que foi realizada através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Dalva Reinheimer. O principal objetivo do projeto realizado durante um ano era reunir em acervo entrevistas, imagens, recortes de jornais, entre outras fontes, que pudessem contar uma parte da história relacionada à indústria de calçados na região. Grande parte do material reunido em acervo durante o projeto foi utilizado como consulta para esse trabalho.

Após a realização do projeto foi possível perceber que o tema em questão é muito relevante, não apenas para o setor calçadista especificamente, mas também para a sociedade em geral, pois não são apenas dados econômicos que regem o desenvolvimento industrial, os fatores sociais, culturais e políticos, além de suas permanências, rupturas e mudanças estão intrínsecas nesse tema também. O trabalho se justifica principalmente, por seu caráter inovador, uma vez que, este tema ainda não foi apropriadamente explorado no meio acadêmico e merece maior atenção. Existem poucos trabalhos historiográficos sobre a indústria calçadista, sendo que a maioria deles aborda a temática apenas em determinados municípios como, por

exemplo, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Sobre a indústria de calçados em Igrejinha há um pequeno artigo no livro “Raízes de Igrejinha” que foi utilizado como fonte nessa pesquisa, porém tal artigo possui um compromisso memorialista e não propriamente historiográfico. Em geral, os trabalhos relacionados ao setor calçadista no Rio Grande do Sul provêm de economistas, como Achyles Barcelos da Costa e André Mauricio dos Santos; de sociólogos, como Sérgio Schneider; de profissionais da área do design, como Leandro Tonetto; entre outros. No meio historiográfico existem alguns trabalhos relacionados à indústria calçadista no Rio Grande do Sul e que foram utilizados como fontes bibliográficas nessa pesquisa. Sobre isso, destaco os trabalhos de Vinicius Moser, Rodrigo Perla Martins, Claudia Schemes, Cleber Cristiano Prodanov, Luiz Antonio Gloger Maroneze e Lígia Gomes Carneiro.

Este tema é relevante socialmente, visto que aborda um dos aspectos mais importantes da história do município de Igrejinha, pois em virtude da demanda de mão de obra para o setor, a população do município aumentou consideravelmente nas décadas de 1960 e 1970. Para apresentar alguns dados sobre isso se destaca que em 1964, ano da emancipação de Igrejinha, a população do município era, conforme aborda o documento de criação do município, de 8.030 habitantes. Em 1980, após o crescimento da presença de fábricas na região, a população aumentou, segundo o Censo do Calçado, para 12.037 habitantes. Isso se deu em virtude de processos migratórios para Igrejinha, pois muitas pessoas de outras regiões do Rio Grande do Sul buscavam melhores condições de trabalho nas fábricas de calçados da região. Diante disso, salientamos que este fato influenciou o perfil da população do município¹, que ainda hoje é conhecido por ser um grande produtor de calçados femininos no país. Além disso, ao se analisar os dados econômicos do município percebe-se que a indústria constitui a sua principal base econômica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) de Igrejinha teve: 3.291 mil reais adicionados da agropecuária; 436.847 mil reais de serviços; e 658.637 mil reais da indústria. Esse dado evidencia que a atividade econômica em Igrejinha

¹ Que até 1980 ainda era fortemente marcada por teuto-brasileiros. A partir dos movimentos migratórios em virtude do trabalho na indústria calçadista, outros grupos étnicos também passaram a compor a população de Igrejinha, principalmente afro-brasileiros.

tem grande influência do setor industrial, sendo que o mesmo promove um alto índice de empregabilidade, não apenas para o município, mas também nos municípios limítrofes. É importante registrar que a origem de Igrejinha está ligada à imigração alemã para o Rio Grande do Sul. Essa pesquisa preocupou-se em compreender como a imigração alemã influenciou o processo de industrialização no estado, sendo que é dentro desse contexto que a indústria calçadista será também estruturada. Ao analisar o processo histórico que envolve os trabalhadores da indústria calçadista em Igrejinha, registra-se uma parte importante da história e se compreende a situação atual do município em questão.

Levando em consideração que os principais sujeitos dessa pesquisa são os trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha entre as décadas de 1960 e 1970, período este de maior desenvolvimento da indústria de calçados na região, busca-se compreender os comportamentos e a identidade social que se formou entre esse grupo social/profissional, levando em consideração os reflexos desse processo na própria indústria calçadista e vice-versa. Dentro desse objetivo geral, o trabalho se propõe a analisar o processo de industrialização no Rio Grande do Sul e entender como Igrejinha tornou-se “aberto” às fábricas do setor. Além desses aspectos, um dos fatores de considerável importância para a trajetória da pesquisa é verificar como o operariado se formou no município, considerando movimentos migratórios e laços de solidariedade na formação do sentimento de identidade entre esses trabalhadores. Com essa análise foi possível perceber a estrutura das fábricas, a divisão do trabalho no setor e a atuação dos sindicatos na época. Isso tudo considerando que através desse grupo e desse contexto houve mudanças e permanências na própria sociedade igrejinhense, que se percebem até a atualidade.

Diante dos objetivos expostos do trabalho entende-se que a pesquisa está dentro da perspectiva da história social, portanto, é necessário que se façam algumas considerações sobre o assunto. Ainda nesse princípio abordaremos a história local, pois nosso recorte espacial é um município, a história oral e a memória, pois trabalharemos com depoimentos de pessoas envolvidas no processo histórico em questão.

De acordo com Hebe Castro (1997), ao se falar de história social é necessário fazer referência ao movimento dos Annales, isto porque, tal movimento tornou-se um marco na constituição de uma nova história que se colocou em oposição às abordagens ditas rankianas². A revista e o movimento surgido na França propunham uma história-problema, “[...] viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico [...]” (CASTRO, 1997, p. 45). Dentro dessa interdisciplinaridade surgiram novos problemas, novos questionamentos, novos métodos e abordagens que englobavam aspectos presentes na palavra “social”, e que desenvolveram ambiguidades para o termo, pois ele passou a ser entendido em um sentido amplo e composto de inúmeras significações. Sobre isso, Castro ainda destaca que

Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. Frente à crescente tendência à fragmentação das abordagens historiográficas, esta acepção da expressão é mantida por muitos historiadores como horizonte da disciplina (CASTRO, 1997, p. 46).

Desde, pelo menos a década de 1950, a história social é vista por alguns historiadores como abordagem capaz de estudar problemas específicos formulados na ciência histórica, ou seja, a história social passou a ser vista como uma área específica da historiografia (CASTRO, 1997). Segundo Eric Hobsbawm (1998), o termo “história social” sempre foi difícil de definir, pois por muito tempo esse assunto teve três principais acepções que, às vezes eram superpostas. Conforme aborda o autor, primeiramente a “história social” referia-se à história das classes pobres e/ou inferiores de uma sociedade e, mais especificamente à história dos movimentos sociais relacionados a elas. Nesse contexto, vale salientar, o vínculo entre história social e a história dos movimentos sociais permaneceu forte, principalmente pela influência dos historiadores socialistas, que motivados por interesses pessoais e afetivos

² Esse termo faz referência à Leopold Von Ranke, historiador do século XIX que propunha uma história narrativa e se preocupava em mostrar uma visão positivista do passado.

trabalharam questões relacionadas à história do trabalho, das ideias e das organizações socialistas. Em uma segunda visão, o termo “história social” era utilizado em referência a estudos sobre uma diversidade de atividades humanas que eram difíceis de classificar e que, em geral, não focavam em questões políticas. O terceiro significado relacionava o “social” com a “história econômica”. Para os historiadores que trabalhavam dentro dessa perspectiva e que buscavam uma abordagem da história diferente da abordagem rankiana clássica o mais importante era a evolução da economia, “[...] porque esclarecia a estrutura e as mudanças da sociedade, e, mais especificamente a relação entre classes e grupos sociais [...]” (HOBSBAWM, 1998, p. 84).

Como apontado anteriormente, a história social a partir dos anos 1950 passou a ser vista em seu sentido restrito. Sob esse aspecto pode-se salientar que tal abordagem buscava formular problemas históricos diretamente relacionados ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. Tal postura, entretanto, salientou o problema das durações, visto que, o estudo das migrações, dos protestos sociais, da mobilidade social, o tempo do vivido e da experiência, entre outros temas, opunha-se a ênfase dada pela abordagem da história social na longa duração durante as décadas anteriores (CASTRO, 1997). Conforme aborda Lynn Hunt, foi a partir das décadas de 1950 e 1960 que houve um “avanço” em direção à história social:

Na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes: o marxismo, por um lado, e a escola dos “Annales”, por outro. Embora dificilmente se pudesse considerar o marxismo como novidade nas décadas de 1950 e 1960, estavam vindo a primeiro plano, dentro daquela modalidade explicativa, novas correntes que fomentavam o interesse dos historiadores pela história social. [...]. Com essa inspiração, os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres (HUNT, 1992, p. 2).

Essa abordagem que focou o interesse dos historiadores na vida cotidiana de “pessoas comuns” ainda é destacada por Darnton, que salienta

Os historiadores sociais acorreram, não para preencher o vazio, mas para esgaravatar nas ruínas da velha Nova História, não para reconstruir um passado único, mas para cavar em diversas direções. História negra, história urbana, história do trabalho, história das mulheres, da criminalidade, da sexualidade, dos oprimidos, dos silenciosos, dos marginais – abriram-se tantas linhas de investigação que a história social parecia dominar a pesquisa em todas as frentes (DARNTON, 1990, p. 177).

Diante dessa proposta surgiu a chamada “história vista de baixo”, que se difundiu em toda a Europa, com maior ênfase na Inglaterra, onde se desenvolveram estudos sobre a história social do trabalho, como as pesquisas de Hobsbawm e Thompson. Utilizando-se de técnicas provenientes de outras áreas do conhecimento, como a demografia, a economia e a sociologia, a “história vista de baixo” se propunha a estabelecer um contato com a massa submersa da sociedade e a resgatar a vida de pessoas comuns, que na maioria das vezes foram silenciadas na história (DARNTON, 1990). Ainda sobre a função da “história vista de baixo”, destaca-se que, seu principal objetivo era

Ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e acima de tudo explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (SHARPE, 1992, p. 41)

Nessa perspectiva o caminho que a história social percorreu a partir da década de 1970 teve início pela crise dos estruturalismos, ligada à consciência de que os comportamentos e as realidades sociais não eram restritos a modelos preestabelecidos. Primeiramente, a história social enfatizou a problemática da construção das identidades sociais e as relações que nesse processo estavam intrínsecas, ocasionando uma aproximação com a antropologia e privilegiando abordagens socioculturais em detrimento do enfoque econômico-social das décadas anteriores. Vale salientar, entretanto, que tal processo não foi homogêneo e nem harmônico. Com a aproximação e o eventual intercâmbio entre história e antropologia ocorreram profundas reavaliações metodológicas para “dar voz às pessoas comuns”, o que incentivou as discussões no campo da história oral e abriu espaço para

transformar rituais, imagens e mitos em fontes históricas (CASTRO, 1997). Essa ideia é ainda reforçada por Pesavento, que destaca:

Em síntese, historiadores franceses dos Annales e historiadores ingleses neomarxistas trabalhavam, do final dos anos 1960 aos anos 80, com uma história social que avançava para os domínios do cultural, buscando ver como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, ideias e conceitos sobre o mundo (PESAVENTO, 2014, p. 32).

Diante disso pode-se dizer que houve uma aproximação entre a história social e a história cultural, visto que os historiadores sociais se interessaram cada vez mais pela cultura, ocasionando assim o que se chama de uma renovação na história social. Sobre isso Pesavento destaca que

Essa nova história social privilegiou a experiência de classe em detrimento do enfoque de luta de classes, centrou sua análise na estruturação de uma consciência e de uma identidade e buscou resgatar as práticas cotidianas da existência (PESAVENTO, 2014, p. 30).

Para o estudo que essa pesquisa propõe se levou em consideração o princípio apresentado por Castro que salienta que, mesmo em meio à grande multiplicação de objetos e abordagens, a história social mantém

[...] seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica (CASTRO, 1997, p. 54).

Sendo assim, ao analisar o processo histórico no qual os trabalhadores do setor calçadista de Igrejinha encontravam entre as décadas de 1960 e 1970 irão ser abordadas questões relacionadas ao comportamento e às práticas cotidianas desse grupo social em meio ao ambiente em que realizavam suas atividades profissionais – nesse caso, as fábricas – e, à maneira pela qual se formou uma identidade coletiva, que influenciou o perfil socioeconômico do município em questão.

Nesse processo histórico no qual os trabalhadores do setor calçadista estiveram inseridos e que constitui parte desse trabalho registra-se a história e a memória do local. De fato, sabe-se que conhecer a história local é

imprescindível, pois através dessa abordagem salienta-se o cotidiano e os detalhes que não estão descritos na história dita “oficial”. Herdeira da chamada “nova história social”, a história local busca os acontecimentos diários do homem comum, promovendo um conhecimento mais amplo da vida nacional, tão importante ao historiador (MARTINS FILHO, 2005). Ainda sobre a história local salientamos que

[...] as pessoas precisam encontrar suas raízes pessoais em uma sociedade cada vez mais marcada por mudanças e transformações, o que as leva a estudar a história de sua cidade e de sua família. A história local e a história da família podem trazer as pessoas mais próximas à sua herança pessoal e aos grupos sociais e instituições que dão sentido e direção à vida (MARTINS FILHO, 2005, p. 68).

A ideia de que a história local faz com que as pessoas reconheçam suas raízes ainda é abordada por Palhares-Burke, que aborda:

[...] uso da história é falar às pessoas sobre suas raízes, sobre suas culturas das quais elas e suas famílias vieram. Numa época em que mais pessoas se sentem desenraizadas num mundo que está mudando mais e mais rapidamente, e quando muitas pessoas foram fisicamente desenraizadas [...]. É o que explica o crescente interesse pela história local nos últimos anos (PALHARES-BURKE, 2000, p. 228-229).

Além disso, destacamos que a história local passa por novas análises e mudanças cada vez que é reescrita e registrada. Para que esse estudo possa falar às pessoas sobre suas raízes, propõe-se realizar a pesquisa baseada na história oral (sendo esta entrelaçada com fontes bibliográficas), entendendo que ao falar de seu passado, o operário, o empresário ou o sindicalista não fala de uma história individual, mas de uma história que perpassa o coletivo, que faz parte de sua comunidade e que nos revela o local. Sendo assim, entende-se que a história oral

[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p. 155).

É importante salientar, entretanto, que ao se trabalhar com história oral não se busca uma história totalizante a partir dos depoimentos, muito menos provar que tais relatos sejam uma verdade absoluta. Através da história oral, o historiador dá voz aos sujeitos anônimos da história, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do objeto de pesquisa (SILVEIRA, 2009). Ainda sobre isso, tomamos como princípio a ideia apresentada por Thompson:

A história oral é uma história em torno de pessoas. Ela lança a vida dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação. Admite heróis vindos não só de dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. [...] oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 1992, p. 44).

Ao se trabalhar com história oral, aborda-se à questão da memória, que nesse estudo será entendida através dos ensinamentos de Le Goff, que conceitua memória como “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]” (LE GOFF, 1996, p. 476). Nessa pesquisa, em especial, como a memória será discutida a partir de um grupo social específico – nesse caso, os trabalhadores do setor calçadista de Igrejinha – a memória será também compreendida sob a perspectiva de Pollak que destaca que os elementos constitutivos da memória são:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

Dentro da perspectiva de Pollak, portanto, será discutida a memória das pessoas entrevistadas em relação ao grupo social que faziam ou fazem parte – dos trabalhadores do setor calçadista de Igrejinha – durante as décadas de

1960 e 1970, destacando temáticas como: a divisão social do trabalho, os movimentos migratórios nos quais os operários estiveram inseridos, os laços de solidariedade que se formaram nas indústrias, entre outros aspectos.

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a partir de uma abordagem qualitativa, por meio da análise de fontes bibliográficas e de alguns documentos que permitem uma análise sobre os trabalhadores da indústria calçadista em Igrejinha como, por exemplo, o documento de emancipação do município em questão e o censo do calçado da década de 1970 realizado pela Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo. Os documentos foram acessados em alguns acervos, como por exemplo, o Sindicato da Indústria de Igrejinha e o Sindicato dos Trabalhadores de Igrejinha. Além de fontes documentais, foram utilizadas as entrevistas que foram realizadas com trabalhadores, sindicalistas e empresários através do projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana”, citado anteriormente.

Para uma melhor organização estruturou-se esse trabalho em dois capítulos. O primeiro capítulo procura contextualizar historicamente a produção de calçados no Rio Grande do Sul, desde o artesanato colonial de origem alemã até a industrialização a partir da República Velha no estado. Juntamente com o contexto da produção de calçados, foram abordados o movimento operário gaúcho e a industrialização brasileira pós-1930 e suas consequências no Rio Grande do Sul. No segundo capítulo, buscou-se analisar o município de Igrejinha e a trajetória dos trabalhadores da indústria calçadista durante as décadas de 1960 e 1970, com isso foram abordados fatores como: formação do operariado, movimentos migratórios, divisão do trabalho nas fábricas, questão identitária entre os operários, entre outros aspectos.

De uma forma geral, esse estudo procura ser um espaço de reflexão e discussão sobre os trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha. Com essa pesquisa, busca-se abrir o debate para que outras pesquisas sejam realizadas, além disso, procurou-se “dar voz”, como foi citado no início dessa introdução, a esse grupo que, assim como outros na História, foi silenciado dos livros e dos debates historiográficos por muito tempo.

2 “TUDO, TUDO SAI DO NOSSO TRABALHO, TUDO DAMOS E NADA RECEBEMOS!”: INDUSTRIALIZAÇÃO, MOVIMENTO OPERÁRIO E ECONOMIA NO RIO GRANDE DO SUL

A frase inicial que nomeia o presente capítulo faz parte de um discurso pronunciado no final do século XIX por um operário da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, chamado João Thomaz Mignone, cuja preocupação era expor os ideais que faziam parte do pensamento socialista presente no início do movimento operário sul-rio-grandense. O discurso de Mignone, envolto de indignação para com patrões e governantes, expressa as facetas de um contexto marcado por transformações econômicas e sociais promovidas por um processo de industrialização sobre o qual o Rio Grande do Sul passara. Neste capítulo busca-se entender esse processo desde o final do século XIX, quando o artesanato do couro das regiões de colonização alemã passa a integrar um sistema econômico mais complexo até chegar à industrialização.

É importante salientar que a presente pesquisa procura destacar a indústria de calçados no estado, portanto, na contextualização histórica que este capítulo se propõe a fazer, a mesma será prioritariamente abordada. Sabe-se que a produção de calçados de forma artesanal no estado se deu com a vinda de imigrantes alemães para as áreas coloniais, porém até o final do século XIX não se pode dizer que houve uma especialização no setor nem mesmo uma “indústria” no sentido atual do termo.

Vista como sinônimo de progresso pelos empreendedores da época, a industrialização no Rio Grande do Sul iniciou no período da República Velha, porém nesse contexto ela esteve muito ligada à forma artesanal de produção e possuía características peculiares, como seu caráter regional, além de ser constantemente influenciada por fatores econômicos e políticos, tanto nacionais quanto internacionais.

Com a ascensão de Vargas e após a II Guerra Mundial, a indústria calçadista do Rio Grande do Sul lançou-se na “conquista do mercado nacional”, entretanto, apenas com o regime civil-militar é que a produção de calçados sul-rio-grandense atingiu maior esplendor, visto que, começou a aparecer como importante produto nas pautas das exportações.

Diante disso, o capítulo está dividido da seguinte forma: inicialmente, será abordada a produção artesanal nas áreas de colonização alemã no estado; posteriormente, será destacado o processo de industrialização percebido no Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX e início do século XX, além disso, será feita uma breve exposição do movimento operário no estado no contexto da República Velha, pois se entende que para a compreensão do período é importante observar como os grupos sociais envolvidos no processo econômico da industrialização perceberam-se enquanto classe; por fim, será destacada a industrialização no pós-1930 e suas consequências no Rio Grande do Sul.

2.1 A produção artesanal nas áreas de imigração alemã no Rio Grande do Sul

A produção de calçados no Rio Grande do Sul iniciou de forma artesanal e está ligada à imigração alemã ao estado. De acordo com Costa (2004), até o final do século XIX não havia no Rio Grande do Sul uma especialização da produção de calçados, portanto, até este período não se pode considerar que havia uma indústria voltada para o setor. Jean Roche (1969) salienta que, inicialmente, a produção de calçados fez parte de um processo que evoluiu da produção do couro e esteve fortemente ligada a fabricação de selas e arreios, que eram na Colônia de São Leopoldo a principal produção com a utilização do couro como matéria-prima.

Fundada em 1824, a Colônia de São Leopoldo³ atraiu imigrantes alemães que se dedicaram majoritariamente à agricultura:

³Logo após a instalação da Colônia de São Leopoldo na Real Feitoria do Linho Cânhamo foram criadas mais duas colônias imperiais: a de Torres e a de São João das Missões (DREHER, 2014).

Além do sucesso na agricultura, que lhes permitia vender os excedentes de produção para a capital – cumprindo um dos objetivos da colonização, os imigrantes passaram a se dedicar ao artesanato. Traziam os conhecimentos necessários para isto, e os aliaram à disponibilidade de matérias-primas existentes na região, às suas necessidades e aos interesses do mercado rio-grandense. O gado, que existia em larga quantidade na província, iria fornecer a matéria-prima para a fabricação de artigos de couro, cuja demanda, numa época em que não se produziam sintéticos, era muito grande. Do couro (matéria-prima disponível), da habilidade dos colonos (mão-de-obra qualificada) e das necessidades da população (mercado existente) surgiria a produção organizada do couro curtido e de seus artefatos no Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 1986, p. 20).

A presença do artesanato como atividade complementar à agricultura nas áreas de imigração é confirmada por Dreher que salienta que “[...] 60% dos imigrantes até 1850 eram artesãos. Por isso, as picadas logo tiveram funilarias, marcenarias, carpintarias, serrarias, ferrarias, moinhos [...]” (DREHER, 2014, p. 117). De fato, Jean Roche destaca que o “artesanato rural dividiu-se em dois grandes ramos: o fornecimento dos artigos necessários à vida local e a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis” (ROCHE, 1969, p 481). O mesmo autor ainda destaca que o artesanato de transformação foi muito mais importante do que o de fornecimento, visto que, estimulou uma orientação comercial que favoreceu a complexidade da vida local da colônia. Além disso, na segunda geração de colonos, ou seja, entre os filhos dos primeiros imigrantes lavradores é que o artesanato “ressurgiu” com força. Isso se deu em virtude da organização oficial da colônia, pois a fragmentação da pequena propriedade abriu espaço para a especialização e para a busca de melhora na condição de vida das famílias. No início do estabelecimento colonial, a maioria dos imigrantes exercia algum ofício simultaneamente à agricultura e os que viviam exclusivamente de algum ofício artesanal eram minoria (ROCHE, 1969).

Segundo Carneiro (1986), os primeiros utensílios fabricados em couro pelos artesãos nas áreas de imigração alemã eram pertences relacionados à montaria. Posteriormente, foram fabricados botas e sapatos, isto porque, diferentemente dos brasileiros, os alemães não aceitavam realizar o trabalho descalços na lavoura. A produção em couro foi favorecida pela existência, na Colônia de São Leopoldo e região, de curtumes que ofereciam a matéria-prima necessária à fabricação dos utensílios. O aumento no número de exportação

dos artefatos de couro de São Leopoldo, como artigos de montaria e sapatos foi favorecido pelo Movimento Farroupilha (1835-1845), principalmente nos últimos anos do conflito. Alguns anos depois, com a eclosão da Guerra Platina em 1851, o Exército brasileiro comprou artigos de couro da então Vila de São Leopoldo, o que gerou um aumento significativo na presença de curtumes, onde também eram produzidos utensílios, entretanto, após o término do conflito houve diminuição no número desses estabelecimentos. Na década de 1860, a Guerra do Paraguai serviu como estimulante para reiniciar a fabricação extensiva de artigos de couro em São Leopoldo. Para a autora, os três conflitos favoreceram a consolidação de São Leopoldo como produtor de utensílios relacionados ao couro, sendo que em um primeiro momento o lombilho foi majoritariamente produzido, porém, no final do século XIX ele perdeu espaço, por diversos motivos, para o calçado.

Sobre a estrutura do artesanato nas regiões coloniais, destaca-se que

Em todas as antigas colônias, durante todo esse período, a estrutura do artesanato manteve-se muito simples: a de uma empresa muito pequena, onde trabalhava geralmente uma só pessoa, a menos que seu chefe fosse ajudado por um dos filhos, dois no máximo, a quem ensinava o ofício. É preciso, por outro lado, distinguir os 'estabelecimentos' (moinhos, destilarias, ferrarias) das 'profissões' exercidas sem nenhuma instalação técnica permanente e, de ordinário, como atividade secundária. Praticava-se a maioria das 'profissões' sem capital, com ferramenta simples, que cabia num caixote ou saco, por um salário modesto, que não possibilitava nem a aquisição de terras, nem a instalação de uma empresa. Posteriormente, certos operários puderam viver unicamente de seu ofício, mas a pobreza de seus recursos materiais e a rotina do artesanato que ressurgia jamais lhes permitiram ultrapassar um estágio elementar (ROCHE, 1969, p. 487-488).

Como é possível perceber a produção artesanal envolvia dois pólos: os que tinham uma "empresa", onde um ou dois artesãos exerciam suas atividades e os trabalhadores autônomos que diante da pobreza de capital realizavam seu ofício individualmente. Ainda sobre a produção artesanal de utensílios de couro, salienta-se que

O artesanato do couro desenvolvido na área de São Leopoldo tinha algumas características peculiares. Ao contrário do praticado nas estâncias, não se destinava ao autoconsumo, e sim a um mercado. Diferia ainda daquele geralmente existente nas cidades – que também se destinava a um mercado – por ser um trabalho executado por homens livres, não existindo negros de ganho. E, finalmente, era a primeira vez, na Província do Rio Grande, que aparecia a especialização, dentro de uma comunidade de trabalhadores livres, na produção de determinados artigos manufaturados (CARNEIRO, 1986, p. 21).

Essas características da produção artesanal destacadas por Carneiro, em especial as relativas ao mercado, têm relação com o chamado “sistema produtivo colonial”. De acordo com Schneider (1996) há diferenças entre as sociedades desenvolvidas na “Colônia Velha” e nas “Colônias Novas”⁴, pois na colônia velha, ou seja, nas áreas colonizadas diretamente por imigrantes alemães, a base econômica desenvolveu-se sob a agricultura e o artesanato rural, este último visto como uma estratégia para a reprodução social dos colonos. O mesmo autor ainda destaca que

Junto com a agricultura e o artesanato desenvolveu-se na Colônia Velha um vigoroso sistema comercial. Centralizado pela “Venda Rural” (Casa de Comércio), o comércio rural foi o principal mecanismo de contato da população colonial-camponesa com a sociedade gaúcha. [...]. Os donos das Casas de Comércio tornaram-se ricos e poderosos, chegando até mesmo a controlar o desenvolvimento da economia colonial. [...]. As relações comerciais cimentavam o modo de vida colonial, pois eram o elo de ligação do colono com o mercado e consolidavam a divisão do trabalho da sociedade local (SCHNEIDER, 1996, p. 6-7).

A importância que o comércio deteve nas regiões colonizadas por imigrantes alemães é ainda reforçada por Witt (2015) que destaca que as “vendas” ocuparam um lugar de destaque na região colonial alemã, pois além de negociarem, vendedor e freguês repartiam novidades e experiências neste espaço físico, tornando-se assim um espaço de sociabilidades. Além disso, a venda evidencia que as colônias alemãs não eram isoladas, mas se comunicavam e comercializavam com o centro urbano da província.

Como citado anteriormente, o uso de calçados pelos alemães foi uma constante, visto que, esses imigrantes já vieram da Europa com o costume de

⁴ Segundo Schneider (1996) as colônias novas eram áreas, principalmente na região nortenoeste do Rio Grande do Sul, que foram colonizadas por descendentes de imigrantes alemães.

usarem sapatos, mesmo estando em uma situação de pobreza e dificuldade, alguns alemães puderam investir no uso desse produto. Outro fator relevante na segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul foi a ocorrência cada vez maior dos calçados importados do exterior que eram anunciados em jornais e que logo viraram símbolo de *status* entre as camadas mais altas da sociedade na época. Em Porto Alegre a maioria dos estabelecimentos que comercializavam os calçados importados, quando não os podiam oferecer, indicavam aos seus clientes sapateiros e artesãos ligados às lojas que faziam sapatos sob medida (CARNEIRO, 1986).

É importante destacar que houve nesse contexto uma polarização entre a região da zona de criação, principalmente Rio Grande e Pelotas, com a capital Porto Alegre que desempenhava o papel de escoadouro da produção da área de imigração. As duas zonas de influência tiveram formações históricas de indústrias diferentes. Porto Alegre, neste caso, por possuir um mercado para artigos de consumo nas áreas de imigração se caracterizou pela presença de pequenas empresas produtoras desses bens. Em longo prazo, a indústria de Porto Alegre se mostrou mais viável que a da região sul do estado, pois não tinha grande custo com fretes, uma vez que a exportação de sua produção ocorreu bem mais tarde (CARNEIRO, 1986).

Conforme destaca Reinheimer (2010), Porto Alegre possuía uma vantagem geográfica que era a opção da utilização do rio para os transportes de produtos comercializados com outras áreas do Rio Grande do Sul. Devido às concorrências com as cidades do sul da província, principalmente Rio Grande e Pelotas, a capital havia perdido certa credibilidade econômica no início do século XIX, entretanto, a partir de 1850 Porto Alegre reascendeu, em grande parte, pela produção agrícola das áreas coloniais, cujos produtos chegavam até a capital pelos rios, o que possibilitou a diversificação econômica na região. Esse processo acabou desencadeando uma nova perspectiva para o comércio porto-alegrense, pois “no final do século XIX, Porto Alegre já havia recuperado seu papel de centro comercial do Rio Grande do Sul” (REINHEIMER, 2010, p. 59).

Jean Roche (1969) salienta que trinta anos após a fundação de São Leopoldo todas as necessidades dos colonos eram providas na própria colônia. O aumento das casas de comércio possibilitou o dinamismo da economia

colonial, pois muitos artesãos passaram a encaminhar para as vendas seus produtos. Após 1880 e 1890, período este considerado de maior esplendor do artesanato rural, o mesmo decaiu ou se transformou. Muitos artesãos optaram por se estabelecer nas cidades e nas vilas, contribuindo assim para o processo de industrialização, que iniciou no final do século XIX.

2.2 A industrialização sul-rio-grandense durante a República Velha

Até o final do século XIX, a economia brasileira ainda estava baseada em uma produção primário-exportadora, que utilizava a mão de obra escrava negra. A base econômica do país até então ocasionava problemas, principalmente porque era extremamente sensível às oscilações do mercado mundial e às economias dos países importadores dos produtos nacionais, além de que a presença do escravo não possibilitava que houvesse no país um mercado consumidor grande, pois o mesmo não participava da vida econômica do Brasil (CARNEIRO, 1986). Com a entrada de imigrantes nas regiões de produção extensiva foi possível estabelecer mudanças na economia brasileira, pois “[...] como assalariados, esses trabalhadores tinham condições de participar de uma economia de mercado, adquirindo bens e, portanto, gerando rendas para a indústria e o comércio” (CARNEIRO, 1986, p. 52).

A economia gaúcha nos primeiros anos da República Velha⁵ acompanhou o processo de industrialização que ocorria no Brasil, sendo assim em muito dependeu dos estímulos ocasionados pela expansão do setor primário-exportador e também dos fatores externos da economia nacional. Pode-se dizer que, nesse contexto, a economia do Rio Grande do Sul voltava-se para atender o mercado interno, que procurava tirar das importações os produtos manufaturados da indústria tradicional. Convém salientar que a indústria do estado possuía certos particularismos, isso em virtude de sua posição periférica e pelo próprio contexto histórico do Rio Grande do Sul (REICHEL, 1979).

Para Reichel (1979), a posição do estado possibilitou um período de prosperidade econômica, principalmente relacionado à produção de bens

⁵ A República Velha é um período da história brasileira entre a Proclamação da República em 1889 e a Revolução de 1930.

manufaturados que se baseava na “[...] acumulação de capital mercantil e no incremento do seu mercado interno, gerados que eram pela expansão das exportações” (REICHEL, 1979, p. 256). Sobre o destino da produção gaúcha, a autora ainda destaca que

A indústria gaúcha durante a República Velha esteve voltada para dois tipos de mercado interno: o nacional e o regional. Reconhecer e destacar esta duplicidade de mercados, a que se destinava a produção industrial, torna-se importante pois é a partir dela que se pode compreender certas características, como também o próprio ritmo e o rumo tomados pelo desenvolvimento industrial do Estado (REICHEL, 1979, p. 256).

É importante destacar que o Rio Grande do Sul que desde o século XIX fornecia charque para outras regiões do país, em especial para a zona cafeeira, e realizava ao exterior a venda de couros, já possuía um considerável índice de trabalhadores livres que ao ocuparem áreas cada vez maiores da província criavam núcleos de comércio. Na região sul da província, entretanto, predominava o latifúndio e pouco contato esta região mantinha com a região de produção colonial, pois apenas com a progressiva implantação de ferrovias é que o contato entre ambas foi parcialmente solucionado (CARNEIRO, 1986).

É interessante observar que a primeira ferrovia construída no Rio Grande do Sul ligava Porto Alegre a São Leopoldo, o que favoreceu o desenvolvimento da área colonial devido ao aumento do contato comercial entre as duas cidades. Enquanto que São Leopoldo, e posteriormente Novo Hamburgo e Taquara, destinavam seus produtos a capital, os bens produzidos em Porto Alegre eram distribuídos na área colonial. Assim como a ferrovia que ligava Porto Alegre a área de imigração, na década de 1880 foi iniciada a construção de uma ferrovia que atendia a metade meridional da província, esse trecho, entretanto, apenas foi ligado à capital no final do século XIX. Esse processo permite uma análise da situação que se verificava em todo o Brasil na época: as estradas de ferro eram destinadas a atender às necessidades locais, ou seja, elas não interligavam diferentes regiões e não se tinha uma preocupação em construir um mercado nacional a partir delas (CARNEIRO, 1986).

Sobre a construção da ferrovia, Reinheimer destaca que a construção da via férrea se destinava a tornar o transporte de mercadorias mais rápido, visto

que, por via fluvial eram feitas muitas paradas em portos intermediários (REINHEIMER, 2010). Dessa forma, como os manufaturados de uma região dificilmente alcançavam outra, a formação de um mercado nacional foi retardada, porém isso favoreceu a industrialização das províncias, “[...] permitindo que se desenvolvessem indústrias voltadas para o atendimento das necessidades locais” (CARNEIRO, 1986, p. 54).

No caso da industrialização do Rio Grande do Sul, o crescimento da população e suas necessidades e a rede de vendas propiciada pela sofisticação dos transportes desempenharam maior papel de destaque do que propriamente o artesanato no desenvolvimento industrial no estado. A maioria das empresas industriais no século XIX foram fundadas por alemães ou teuto-brasileiros, mas é importante destacar que até o século XX não havia no estado indústrias no sentido atual do termo (ROCHE, 1969).

O aspecto regional na indústria rio-grandense na República Velha é um dos pontos mais importantes do processo. Ao se analisar dados econômicos do início do período republicano no Rio Grande do Sul é possível perceber que a indústria sul-rio-grandense no contexto era formada por pequenas empresas com baixo capital investido. A indústria nesse período é vista como predominantemente dotada de um caráter regional, com baixo nível tecnológico e estrutura praticamente artesanal. Essa visão genérica, entretanto, não se aplica a todos os setores industriais, pois o têxtil – principal ramo da indústria rio-grandense na época – destinava a maioria da sua produção para fora do estado (REICHEL, 1979). Após a Proclamação da República, é que a indústria começou a se desenvolver no Rio Grande do Sul. Para que isso ocorresse foram diversos os fatores que contribuíram, tais como “[...] abolição da escravidão, o reinício da imigração, os progressos na navegação de cabotagem e a política protecionista da República [...]” (ROCHE, 1969, p. 506). Nesse contexto, a venda dos produtos sul-rio-grandenses para outras regiões do Brasil ainda era muito pequena, o que evidencia o caráter regional da indústria rio-grandense (ROCHE, 1969).

Reichel (1979) destaca que os fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma indústria de caráter regional estão baseados em princípios diferentes dos que se aplicam a uma indústria nacional, isto porque, a indústria nacional diante de uma “ameaça” estrangeira pode elevar as tarifas

alfandegárias, garantindo assim as condições de operação. Em um caso regional, o princípio dos custos comparativos passa a ser mais importante em um processo de industrialização. A essa situação somam-se outras circunstâncias destacadas pela autora:

A primeira delas diz respeito às dificuldades de transportes que se traduzem em preços de frete altíssimo, onerando duramente o produto industrial. Esta proteção, entretanto, é episódica e pode desaparecer repentinamente. Resta a segunda categoria, mais duradoura, ou seja, o custo de produção mais baixo (REICHEL, 1979, p. 258).

Em suma, ao se falar da situação brasileira no início do século XX pode-se dizer que a industrialização nacional ocorria em compartimentos regionais por diversos fatores: deficiência de bens de produção, falta de infraestrutura nos transportes, escassez de poupança, etc. Dessa forma, o país apresentava centros com estruturas industriais muito parecidas sem grande concorrência de mercado, pois cada produção já se destinava a um mercado específico, que em geral era o da sua própria região. Soma-se a isso a posição liberal da União que apesar de não investir na industrialização e nem se posicionar contrária às investidas estrangeiras em alguns momentos de crise, colocou taxas cambiais “[...] favoráveis para a importação de tecnologia e renovação do maquinário” (REICHEL, 1979, p. 259). Falando especificamente sobre o Rio Grande do Sul, pode-se perceber que o estado apresentou condições adequadas para o desenvolvimento industrial:

Nesse sentido, destacam-se o nível de renda do mercado e do comércio nessa zona e a existência de recursos primários adequados às necessidades do estágio de desenvolvimento em que se encontrava a indústria brasileira. Além disso, as precárias condições do sistema de transportes federal (seja ferroviário ou marítimo), associadas à distância em que se encontrava o Estado dos principais centros consumidores do país, estimulavam a produção local de manufaturas (REICHEL, 1979, p. 260).

Nesse cenário observa-se que o estado do Rio Grande do Sul, mesmo tendo uma indústria cuja estrutura ainda atuava muito próxima da forma artesanal de produção conseguiu ocupar lugar de destaque na economia nacional.

Para Carneiro (1986), a presença de mercados regionais apesar de importante não foi o único motivo que levou ao “surto” de industrialização observado no final do século XIX e início do século XX. Outros dois fatores foram essenciais para isso: a presença de capitais que puderam ser investidos na indústria e as modificações técnicas que ocasionaram uma maior produção de artigos do que no trabalho artesanal. Sobre os capitais investidos, a autora destaca que:

[...] surgiram da atividade primário-exportadora e da atividade comercial que lhe estava ligada. A renda excedente desses ramos – que sempre existia, mesmo nas regiões de menor importância econômica – passou a ser aplicada em atividades industriais. Houve, mesmo, uma relação entre o crescimento do setor primário-exportador e a instalação de indústrias [...] (CARNEIRO, 1986, p. 55)

Como citado anteriormente, as duas regiões industriais do Rio Grande do Sul – Porto Alegre e Rio Grande/Pelotas – diferiam bastante em sua estrutura de produção e comercialização. Porto Alegre, por exemplo, possuía um núcleo maior de fábricas que apesar de serem de pequenos e médios capitais, possuíam uma maior diversificação em relação aos produtos. Outro ponto que merece ser destacado é que as indústrias da capital “[...] vinculavam suas possibilidades de desenvolvimento a um mercado regional e em capitais gerados por um comércio, preferentemente, dentro do próprio Estado” (REICHEL, 1979, p. 263).

Nesse contexto, as áreas de imigração foram essenciais, isso porque ao formarem áreas de produção agrícola e também artesanal, os imigrantes contribuíram em muito para a formação e potencialidade do mercado rio-grandense. Nas áreas de imigração floresceu um comércio interno caracterizado pelas trocas de região para região dentro do Rio Grande do Sul. Sobre isso, a autora ainda destaca que

Essa atividade comercial, vinculada à zona colonial, foi igualmente importante no processo de industrialização, na medida em que delimitou capital. Os capitais mercantis acumulados e investidos na indústria tinham a sua origem num comércio que se desenvolveu a partir das trocas realizadas dentro do próprio Estado e vinculadas ao mercado interno brasileiro. Numa posição secundária, cabe ainda destacar os capitais acumulados pelos produtores da zona colonial – os colonos. Estes entregavam o capital para os comerciantes e, dessa maneira, participavam dos empreendimentos na zona urbana, ou constituíam pequenas fábricas que atendiam especificamente a sua zona de produção (REICHEL, 1979, p. 263-264).

De uma forma geral, as indústrias que produziam para o mercado regional não enfrentaram grandes problemas, pois elas procuravam se adaptar às condições do setor rio-grandense na época. Por terem seu capital oriundo do comércio realizado dentro do Rio Grande do Sul, o maior problema enfrentado por essas indústrias era relacionado à mecanização e modernização, além disso, vale salientar que em relação ao mercado o total de habitantes do estado era muito inferior aos grandes centros do país para onde a produção da zona sul do estado se destinava (REICHEL, 1979).

Com a existência de capital, o problema da modernização técnica tornou-se evidente. Sabe-se que o uso de máquinas na produção brasileira se deu com certo atraso, visto que, por sua posição de país periférico o Brasil encontrava-se muito atrasado frente a outros países. O setor onde ocorreram as primeiras inovações tecnológicas foi o têxtil. Na verdade, a maioria dos setores apresentavam atrasos tecnológicos se comparados com a indústria têxtil, inclusive a indústria de calçados que continuava a existir utilizando-se do trabalho de artesãos ou com poucas máquinas, que eram rudimentares. De forma geral, a industrialização ocorria simultaneamente em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, porém a maior concentração de indústrias voltadas para os calçados era na região de São Leopoldo. É importante destacar que, nesse período, não havia uma especialização no setor, ou seja, as fábricas produziam diferentes modelos do produto (REICHEL, 1979).

De acordo com Carneiro (1986), a “evolução” do artesão rural ao operário especializado não se deu da mesma forma em todos os lugares e diversos fatores atuaram como variáveis nesse processo. Um deles é a modernização do maquinário, que no Rio Grande do Sul, como já apontado, não acompanhou todos os ramos industriais na mesma velocidade. Diante desse fator, entretanto, não quer dizer que não houvesse relações capitalistas

de produção, pois desde muito cedo na confecção de calçados as mais diversas relações de produção foram percebidas. Sobre isso, a autora ainda destaca que

Diversos fatores contribuíram para que o artesanato fosse aos poucos suplantado pela fábrica e pela manufatura. O artesão, contando um capital pequeno, não tinha como formar estoques de matéria-prima e estava permanentemente sujeito a suas oscilações de preço; o seu volume de produção era limitado, e condicionado pelas encomendas que recebia; o seu acesso aos consumidores era pequeno, e dependia, em alguns casos, de intermediários. Com tudo isto, muitas vezes o artesão decidia abandonar a produção própria para empregar-se em uma fábrica ou manufatura, onde, ao menos, tinha um salário garantido (CARNEIRO, 1986, p. 63)

Segundo aborda Dreher (2014), a industrialização no Rio Grande do Sul é peculiar. O autor salienta que antes da metade do século XIX não havia no estado indústrias e tudo que era produzido na região, principalmente o couro e o charque eram feitos de forma artesanal. Especificamente sobre os imigrantes de origem alemã, cabe ressaltar que eles foram inseridos em um contexto de transição econômica: da mão de obra escrava para a livre. As famílias se estabeleceram em picadas, onde era produzida uma agricultura de subsistência, cujo excedente era vendido para o mercado regional e mais tarde para o nacional, juntamente com produção artesanal. Sobre a comercialização dos produtos, Dreher salienta que

A comercialização dos produtos agrícolas e artesanais esteve desde o início subordinada ao capital comercial. Aí o comerciante, o vendeiro, foi aquele que se apropriou do excedente econômico da picada. O vendeiro teve o monopólio das vendas e das compras. Foi na venda que pôde acontecer acúmulo de capital. Sem esse capital não haveria industrialização (DREHER, 2014, p. 196).

Em Porto Alegre, para onde os produtos da área colonial convergiam, é que ocorria a maior acumulação de capital. De lá os produtos eram enviados para o interior do estado, para outras regiões do país e até para o exterior. A relação comercial entre Porto Alegre e o interior do estado do Rio Grande do Sul, principalmente com a área colonial foi abordado por Dalva Reinheimer que destacou as vias fluviais como essenciais à formação da fisionomia do comércio na região. Conforme aborda Reinheimer (2010), foi na região de São Leopoldo que a área colonial agrícola pioneira se desenvolveu nas margens do

Rio dos Sinos. Partindo do ponto de vista histórico, o Rio dos Sinos foi de extrema importância, pois ele fora largamente utilizado como via de transporte para o escoamento dos produtos coloniais, sendo que a região de imigração passou até 1860 “[...] de uma base essencialmente agrícola para outras atividades, entre elas a manufatura, comércio e serviços e, através dessas atividades, integrou-se na evolução do Rio Grande do Sul [...]” (REINHEIMER, 2010, p. 36).

A partir de 1860, São Leopoldo já possuía uma estreita relação comercial com a capital, Porto Alegre, que se dava por via fluvial, através do Rio dos Sinos. Sobre isso, Dalva Reinheimer ainda destaca que

[...] a vila de São Leopoldo surgiu num lugar de fácil comunicação com os núcleos coloniais que foram se desenvolvendo ao longo do curso do rio e com a capital da província. Essa ligação foi efetivada através da navegação fluvial e, mesmo com as dificuldades apontadas, garantiu o crescimento da área servida pelo rio dos Sinos, crescimento esse baseado na relação comercial com Porto Alegre (REINHEIMER, 2010, p. 38-39).

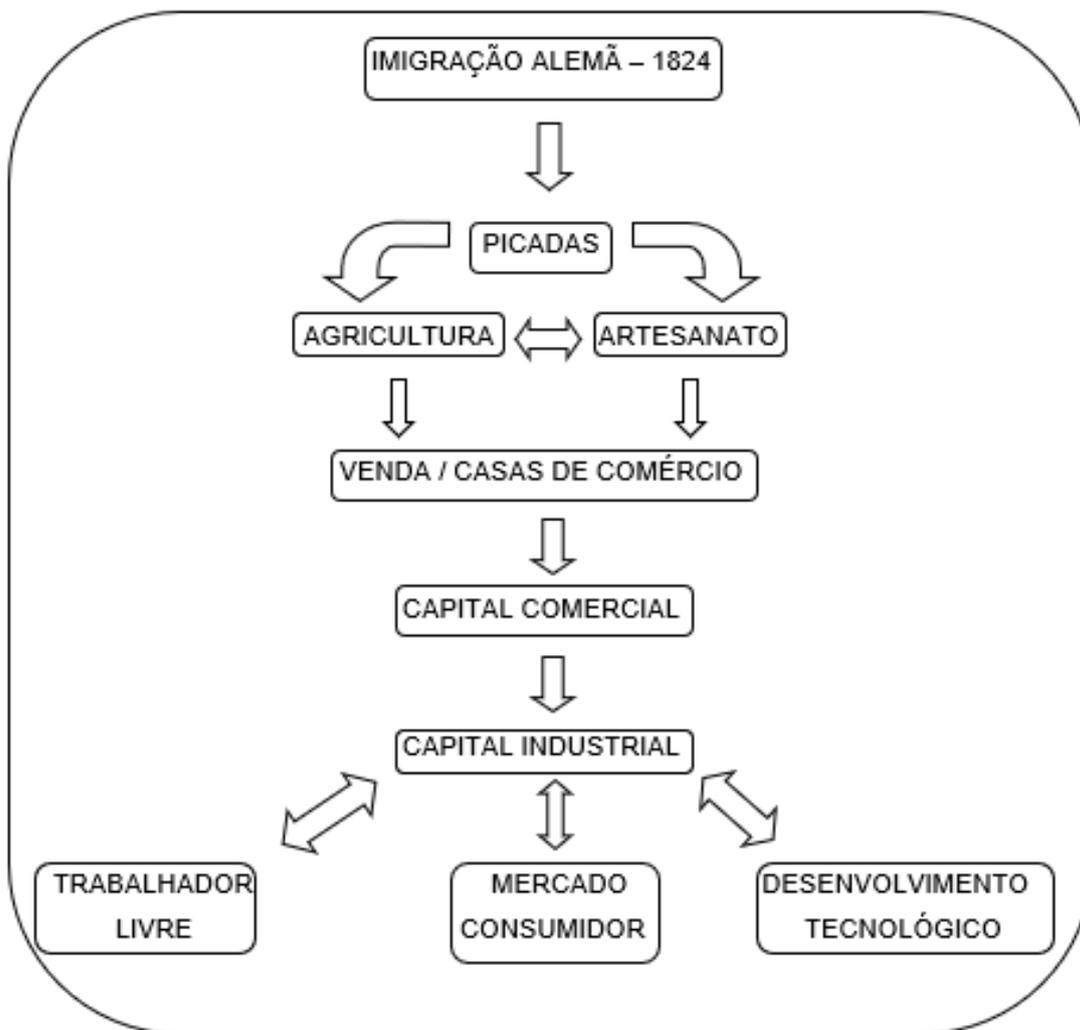
Sendo assim, destaca-se que o capital comercial foi essencial para a industrialização do Rio Grande do Sul. Apesar disso, é importante compreender como o capital acumulado na área comercial converteu-se em capital para a indústria:

Houve casos em que o comerciante aplicou seu capital na montagem de empresa industrial. Trata-se da fábrica manufatureira. Nela há máquinas, ferramentas, bom capital inicial e mão de obra assalariada. [...]. Um segundo caso é a evolução da unidade artesanal para empresa. Um terceiro caso é o do imigrante que traz consigo capital, experiência profissional e de gestão [...]. Um quarto caso é o propiciado pelo capital bancário, que possibilitou a formação de empresas [...] (DREHER, 2014, p. 198-199).

Outros fatores também foram importantes para que a industrialização fosse alavancada no estado: o trabalhador livre, o mercado consumidor e a modernização de maquinário. O trabalhador livre surgiu também na área colonial, visto que, muitos filhos de imigrantes e colonos buscaram qualificação artesanal que foi utilizada na indústria emergente. O mercado consumidor também encontrou sua base na área colonial com os imigrantes pequenos proprietários e mais tarde, após o desenvolvimento urbano, nos centros que se localizavam os colonos operários. Por fim, a melhoria na tecnologia foi

essencial para que houvesse uma maior produção de bens de consumo. Os estudos e a análise da ascensão industrial destacada por Dreher pode ser observada através do esquema abaixo

Imagem 01 – A industrialização no Rio Grande do Sul de acordo com Martin Dreher



Fonte: Esquema construído pelo autor com base em DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul – esquecimentos e lembranças*. 2. Ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

Diante disso, pode-se considerar que a região do Vale do Rio dos Sinos, por possuir um mercado consumidor, com pessoas de poder aquisitivo razoável e por ter profissionais especializados com potencial para a indústria calçadista, tornou-se o lugar ideal para o desenvolvimento do setor. Isso é comprovado quando analisado o censo de 1912 que mostrou que a maior concentração de

fábricas de calçados era em Porto Alegre e no Vale do Rio dos Sinos e que a maior parte da produção daquele ano foi destinada para as camadas mais pobres da população, visto que, a maioria da produção de 1912 era de “chinelos comuns”. Mais tarde, ao se realizar um censo em 1916 foi possível perceber que a maioria das fábricas de calçados ainda era de pequenos estabelecimentos, porém o setor calçadista já estava muito avançado em relação ao de montaria. É importante salientar que muitas vezes a produção de artefatos de couro tinha que concorrer com produtos importados, sendo assim, foram em momentos específicos que houve “surto de expansão”, como durante a I Guerra Mundial, quando os preços dos produtos do exterior eram muito altos e o conflito atuou como “barreira alfandegária” (CARNEIRO, 1986). Sobre isso, a autora ainda destaca que

[...] a substituição de importações parece ter desempenhado um papel importante no crescimento da indústria calçadista, na medida em que permitiu que ela participasse de uma maior porção do mercado. No entanto, no seu processo de implantação, as fábricas recém-criadas percorreriam principalmente com o artesanato e a manufatura, que foram, mesmo, a origem de algumas indústrias [...] (CARNEIRO, 1986, p. 86).

O caráter da industrialização observado na República Velha não foi estático e sofreu influências de conjunturas distintas. Nas últimas duas décadas da Primeira República, São Paulo surgiu como líder da indústria brasileira, enquanto que a indústria gaúcha acentuou seu caráter regional. Esse processo foi possível, como citado anteriormente, por conjunturas específicas como a Primeira Guerra Mundial. Sobre isso, a autora destaca que

A deflagração do conflito mundial gerou uma crescente dificuldade de importar devido à baixa dos preços do café no mercado internacional. Outro fator responsável pela diminuição das importações esteve relacionado ao fato de o governo ter de abandonar os principais objetivos da sua política econômica. Com a guerra, cessou a entrada de capital estrangeiro no país, que constituía num dos principais pontos de apoio da política governamental [...] (REICHEL, 1979, p. 266).

A guerra que diminuiu as condições de importação e ocasionou certo “protecionismo”, foi aproveitada pela indústria do país que aumentou consideravelmente sua produção, pois antes do conflito já havia aumentado

seus níveis de investimento com máquinas para os diferentes setores, aumentando a acumulação de capitais durante a guerra (REICHEL, 1979). Com a I Guerra Mundial a indústria brasileira foi expandida. O mesmo ocorreu com a indústria rio-grandense que “[...] passou do índice 100, em 1910, para o 192, em 1915, e para o 300, em 1919 [...]” (ROCHE, 1969, p. 508). O couro estava em um dos ramos que mais se desenvolveram no contexto no estado, sobre isso se destaca que

“[...] em 1924, o número de empresas alemãs ainda se elevou. [...]. Sua preponderância tornava-se ainda mais evidente na indústria do couro: de 837 instalações, os alemães possuíam 500 nas colônias e 200 na zona luso-brasileira. Assim como o curtume, a manufatura de calçados era essencialmente alemã, fornecendo São Leopoldo, então, 55% dos calçados fabricados no Rio Grande do Sul” (ROCHE, 1969, p. 512).

Como citado anteriormente, durante a República Velha, a indústria do Rio Grande do Sul teve seu caráter regional acentuado. No início do período, a regionalização caracterizava todos os processos industriais do país, isso em virtude do pouco capital aplicado, da dificuldade dos transportes, da fraca tecnologia, etc. Mais tarde, com a integração da economia brasileira no mercado internacional ocorreu a supremacia da exportação de um só produto, o café, produzido na região sudeste do país. Isso causou o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras e conseqüentemente a diminuição das possibilidades de participação das outras áreas de uma economia nacional durante o período, que foi o que aconteceu com o estado do Rio Grande do Sul na época (CARNEIRO, 1986).

No fim da República Velha, portanto, a indústria rio-grandense apresentava certa regionalização, que se manifestava no mercado consumidor e na obtenção de matérias-primas dentro do próprio estado (CARNEIRO, 1986). Entre 1920 e 1939, a produção industrial no Rio Grande do Sul continuava a aumentar, principalmente na região do Vale dos Sinos, entretanto, o produto manufaturado rio-grandense tornava-se caro quando vendido para outras regiões do Brasil. Até o final dos anos 1920, a indústria que mais possuía estabelecimentos alemães era a de couro, que foi inicialmente praticada em São Leopoldo. Juntamente com ela, podemos associar a produção de calçados que fora o principal ramo artesanal das colônias alemãs

da região e que “[...] continua o apanágio das manufaturas do Rio dos Sinos, de São Leopoldo a Taquara, passando por Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga” (ROCHE, 1969, p. 525). A partir da década de 1930, a situação foi alterada quando o setor industrial calçadista rio-grandense alavancou-se a nível nacional.

Além de compreender os processos econômicos que possibilitaram a industrialização do Rio Grande do Sul, acredita-se que seja necessário analisar a atuação dos grupos sociais envolvidos nesse processo, em especial, os operários, visto que os mesmos fazem parte do contexto do processo de industrialização presenciado no Rio Grande do Sul.

Enquanto a indústria se desenvolvia, a população urbano-industrial começava a se formar de forma mais clara. O crescimento econômico ou pelo menos a melhoria desse aspecto não significava a melhoria de vida dos trabalhadores. Além do aspecto econômico deve-se também entender os componentes ideológicos dessa nova sociedade que se moldava. Nesse processo de industrialização no Brasil e no Rio Grande do Sul surgiu um contingente populacional, formado por imigrantes, trabalhadores nacionais e escravos libertos que se tornaram operários e que deram origem às primeiras organizações de trabalhadores. Essas associações surgiram em virtude das condições de trabalho impostas pelo modelo capitalista de produção e muitas foram categorizadas com base nos grupos étnicos, por ofícios e até mesmo por empresas. Praticamente na mesma época em que surgiram as associações de trabalhadores, foram criadas as sociedades beneficentes, que tinham por objetivo a resistência aos excessos da burguesia dominante e o auxílio entre os trabalhadores. Essas associações/sociedades surgiram no estado, inspiradas nas ideias socialistas e anarquistas que eram difundidas no Rio Grande do Sul por imigrantes, livros, panfletos, jornais, entre outros (PETERSEN; SCHMIDT, 2004). De acordo com Bilhão, é a partir de 1870/1880 que se

[...] tem notícia no Rio Grande do Sul das primeiras associações de trabalhadores, as entidades de socorro mútuo, cujo caráter era precisamente o de prestar ajuda aos associados em casos de enfermidades, incapacidade para o trabalho ou morte (BILHÃO, 1999, p. 21).

Essas associações eram, em geral, divididas de acordo com procedência étnica e justamente por isso, eram elas de considerável importância, visto que, nesse período o risco de deportação era alto. Ainda no contexto do final do século XIX surgem as primeiras associações que reivindicavam melhores condições de trabalho baseadas em princípios ideológicos que não se dividiam apenas em socialistas e anarquistas (BILHÃO, 1999). Isabel Bilhão destaca que, de forma ampla, os grupos que atuavam nesse contexto tinham formas de ação bastante parecidas:

[...] existem inúmeras coincidências nas formas de ação dos grupos engajados no movimento operário, independente de suas posturas ideológicas, dentre elas: a importância dada às greves como instrumentos de pressão do operariado, a preocupação com a formação intelectual dos trabalhadores, que se reflete no esforço de manutenção de escolas abertas e noturnas, a solidariedade de classe, principalmente através das caixas de ajuda e socorros, a manutenção de jornais operários e, notadamente, a preocupação com a organização sindical (BILHÃO, 1999, p. 23).

Sem dúvida, a principal associação do movimento operário nas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul foi a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Fundada em 1906, ela surgiu durante a primeira greve geral do estado e esteve, inicialmente, ligada aos princípios socialistas. Após longas disputas pela liderança da associação, os anarquistas ocuparam a frente da mesma, dando-a um caráter sindicalista. A FORGS⁶ foi uma importante associação que manteve sua influência nas greves de 1917 e 1919 no estado (QUEIRÓS, 2014).

Outra importante entidade do período foi a União Operária Internacional (UOI). Fundada em 1905, a entidade tinha um caráter anarquista e o jornal “A Luta” foi seu principal veículo de comunicação. Entre os anos de 1910 e 1911, a FORGS e a UOI, de certa forma, mantinham um confronto ideológico, visto que, a primeira tinha posições socialistas e a segunda um posicionamento anarquista. Com a mudança de posicionamento das lideranças da FORGS, que ganhou um caráter sindicalista a partir de 1917, muitos militantes da UOI foram

⁶ Sobre a Federação Operária do Rio Grande do Sul, ver: ADORNE FILHO, Antenor; MOLINA, Rafael. Federação Operária do Rio Grande do Sul – FOERGS. Revista Historiador. Ano 1, Número 1, Dez/2008.

expurgados da associação⁷, fundando assim a União Geral dos Trabalhadores (UGT) em 1918. Porém, pela aproximação ideológica com as lideranças da FORGS, a UGT acabou se unindo com a mesma ainda durante o ano de 1918. Por fim, pode-se citar a União Maximalista⁸. Essa entidade foi fundada em 1918 e baseava-se nos princípios da Revolução Russa. Sua principal participação ocorreu na greve geral de 1919 (QUEIRÓS, 2014).

Em 1890 foi fundado em Porto Alegre o Partido Operário Socialista⁹. O surgimento desse partido é considerado um marco no movimento operário sul-rio-grandense, visto que teve ampla repercussão no interior do estado. Além da influência socialista, observou-se no estado a influência da ideologia anarquista, que se opunha a toda forma de poder, em especial ao Estado, e por isso não se manifestou diretamente no surgimento de partidos políticos, mas que esteve presente nas sociedades e associações¹⁰ (PETERSEN; SCHMIDT, 2004). De forma geral, pode-se dizer que

[...] a história dos operários do Rio Grande do Sul, como em outros locais onde o movimento operário foi se formando, consistiu, em grande parte, na história de seus esforços para criar instituições – mutuais, ligas, uniões, sindicatos e partidos – que expressassem sua identidade de classe; foi a história de suas experiências e lutas coletivas em defesa de direitos e pela transformação da sociedade que os oprimia (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p. 212).

Na virada do século XIX para o século XX, já se observa uma rede de contatos, não apenas entre cidades do Rio Grande do Sul, mas também com outras regiões do país. Esse fator associativo, que se observou em um Congresso Operário Estadual ocorrido em Porto Alegre em 1898 e que contou com a presença de diversas associações operárias sul-rio-grandenses, acabou se tornando uma característica presente em todo o movimento operário, pois se relacionava diretamente com a “consciência de classe” presente no

⁷ Um dos fatores que contribuiu para a expulsão de alguns membros da UOI foi a aproximação das lideranças com o governo estadual, que estava centrado no PRR. Essa aproximação não era bem vista por alguns membros da associação.

⁸ As principais lideranças dessa associação eram Abílio de Nequete, Francisco Merino e Otávio Hengist.

⁹ O Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul foi lançado em 1897 e exigia mudanças consideráveis na sociedade, como por exemplo: melhores condições de trabalho, direito de voto às mulheres, redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, liberdade de imprensa, educação profissional gratuita, entre outras. (PETERSEN; SCHMIDT, 2004).

¹⁰ Um caso de associação baseada nos princípios anarquistas é a União Operária Internacional, fundada em 1902 em Porto Alegre.

movimento. Além das associações, das sociedades e dos eventos públicos com elas relacionados, outro instrumento bastante utilizado para expor ideais, denunciar abusos e criticar posturas do governo foram os jornais¹¹, cujo conteúdo permite hoje conhecer a conjuntura do movimento operário na época em questão (PETERSEN; SCHMIDT, 2004).

Nos primeiros anos do século XX, diante de divisões e disputas entre os militantes houve certo enfraquecimento do movimento operário sul-riograndense. Esse enfraquecimento, entretanto, alterou-se a partir de 1905 e 1906, quando o movimento operário se reorganizou (PETERSEN; SCHMIDT, 2004). Dessa organização, em outubro de 1906, eclodiu a primeira greve geral de Porto Alegre que

[...] tinha como reivindicação central a jornada de trabalho de 8 horas diárias, bandeira também levantada em outras regiões do país e no exterior. Embora as fontes sejam controversas, a parede¹² mobilizou por 21 dias entre 2.000 e 5.000 trabalhadores de diferentes categorias, inclusive mulheres (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p. 215).

A greve geral de 1906 trouxe diversas consequências sociais e econômicas. É importante destacar que, até aquele momento, a greve de 1906 foi a maior expressão da organização operária no Rio Grande do Sul, pois ela demonstrou para toda a sociedade as contestações do movimento que se organizara desde fins do século XIX. Pode-se dizer que entre as consequências diretas da greve estava o fortalecimento da solidariedade dos operários; a organização dos empresários frente à mobilização operária; o acirramento das disputas entre socialistas e anarquistas pela liderança do movimento; a fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), etc. (PETERSEN; SCHMIDT, 2004). Nos primeiros momentos da greve, o governo estadual demonstrou certa irrelevância ao movimento, entretanto, após alguns dias já se posicionara repressivo contra as manifestações. Esse posicionamento repressivo não surgiu grande efeito, o

¹¹ Entre os principais jornais utilizados como instrumentos pelo movimento operário que circulavam na capital gaúcha pode-se citar: “A Democracia”, “A Luta”, “O Alfaiate”, “L’Avvenire”, “Avante” e “O Proletário”. Havia, entretanto, jornais da imprensa operária que circulavam exclusivamente no interior do Rio Grande do Sul.

¹² “Parede” é o termo utilizado pelos autores para se referir à greve ocorrida em Porto Alegre em 1906.

que fez com que o governo apresentasse uma visão de defesa do operário, tentando demonstrar que a greve não fazia sentido no contexto sul-rio-grandense (BILHÃO, 1999).

É interessante destacar que quem “corporificava” o poder da burguesia para muitos operários era o presidente do Estado, que durante a República Velha esteve ligado ao Partido Republicado Rio-grandense (PRR). Esse partido foi marcado por ideais positivistas. Entre muitas contradições relacionadas a questões econômicas e sociais aplicadas pelo partido, a que mais chama a atenção é a tentativa de incorporação dos proletários à sociedade. Sendo assim, o governo tentou atrair para o governo algumas lideranças do movimento, como de fato o fez com Francisco Xavier da Costa, o principal representante socialista no estado. A eleição de Costa como conselheiro municipal em 1912, acabou por enfraquecer o movimento socialista no Rio Grande do Sul, abrindo espaço para os anarquistas tomarem a frente do movimento operário (PETERSEN; SCHMIDT, 2004). Sem dúvida, houve um conflito entre anarquistas e socialistas pelo controle do movimento operário em Porto Alegre, mas é importante destacar que essas disputas ideológicas ficavam, na maioria das vezes, como uma questão importante para as lideranças e não para os trabalhadores que faziam parte do movimento. Sobre isso, Isabel Bilhão destaca que

[...] através dos depoimentos nos jornais, torna-se claro que, para o conjunto dos trabalhadores, o mais importante é o pacto de fidelidade à causa da greve que envolve todos que dela participam. Dessa forma, não interessa ao trabalhador se a liderança é anarquista, socialista, sindicalista, interessa sim que, tendo assumido um compromisso com a classe, dele não se afaste sob pena de ser considerado um traidor (BILHÃO, 1999, p. 58).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, a situação econômica no país agravou-se, o que gerou descontentamento a nível nacional e culminou em greves a partir de 1917. Em Porto Alegre, a greve foi precedida “[...] por grande inquietação entre os operários, que protestavam contra o aumento do custo de vida, a diminuição dos salários e a escassez da oferta de trabalho” (PETERSEN; SCHMIDT, 2004).

Frente às reivindicações dos operários, a FORGS criou a Liga de Defesa Popular, que encaminhou ao presidente do estado uma petição de medidas

urgentes. Essa ação da FORGS em Porto Alegre ocorreu ao mesmo tempo em que a greve da rede ferroviária eclodia em Santa Maria. Como, inicialmente, as solicitações da FORGS não foram atendidas, a greve teve início na capital e rapidamente se espalhou pelo interior do estado. Houve grande desorganização no cotidiano porto-alegrense, visto que, a greve atingiu o setor de transportes. Por fim,

[...] algumas das reivindicações junto aos poderes públicos e aos empresários foram atendidas. Borges de Medeiros aumentou o salário dos operários a serviço do Estado e restringiu a exportação dos gêneros de primeira necessidade, pelo que foi ovacionado pelo povo. Em princípios de agosto, o movimento finalizou em Porto Alegre (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p. 220).

Enquanto que a maioria dos operários teve suas reivindicações atendidas pelo governo, os operários da Viação Férrea não tiveram suas exigências atendidas ocasionando assim novas manifestações.

No ano de 1919, o ciclo de greves no estado teve outro ápice. O movimento paralisou 3.000 trabalhadores. Sobre essa greve, salienta-se que

A greve encerrou com violentos incidentes de rua e Borges de Medeiros decretou o fechamento da FORGS e outras entidades operárias. Também os líderes não puderam garantir o cumprimento das poucas reivindicações alcançadas no período 1917-1919: a rápida elevação do custo de vida logo corroeu o aumento salarial que, além disso, não fora concedido por todas as empresas (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p. 221).

A partir de 1919, a organização do movimento operário enfrentou dificuldades. Em suma, pode-se dizer que os anos entre 1917 e 1919:

[...] constituíram a culminância da mobilização operária na Primeira República. Se quisermos caracterizar o padrão organizativo dessa etapa, observamos que as sociedades operárias – ligas, uniões, sindicatos – quaisquer que fossem suas tendências ideológicas, eram iniciativas constantes, embora de pequeno alcance e duração. A elas se deve, até a Revolução de 30, uma vida associativa autônoma e combativa que realizou numerosas greves, fundou escolas, publicou jornais e denunciou diferentes formas de exploração a que os operários eram submetidos (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p. 222).

Durante as greves em questão, para fazer valer sua organização, os operários empregaram estratégias nos embates contra o poder estatal e contra

o patronato: greves, boicotes, repressão, violência, meetings, negociações, entre outras medidas foram tomadas para buscar melhores condições de trabalho (QUEIRÓS, 2014).

A greve, sem dúvida, foi a principal forma de reivindicação entre o movimento operário do início do século XX no Rio Grande do Sul. Nos momentos de sua manifestação, um elemento importante destacava-se: “o fura-greve”. Sem dúvida, quando algum setor ou algum grupo de trabalhadores se negava a participar das paralisações, isso colocava em risco o êxito do movimento (QUEIRÓS, 2014). Para que, as greves tivessem maior visibilidade e assim ocasionasse maior participação operária eram realizadas algumas estratégias, como os *meetings* que ocorriam em

[...] praças públicas ou mesmo na porta das fábricas e estabelecimentos que continuavam o trabalho após a deflagração das greves. Durante as greves em questão, diversos comícios foram realizados e tinham clara intenção de dar visibilidade aos movimentos paredistas, angariar adesões e coagir os “fura-greves”. [...]. Afinal, os meetings davam visibilidade às angústias dos operários e publicidade ao movimento, revelando também a sua força, e, desta forma, permitiam angariar simpatias e adesões (QUEIRÓS, 2014, p. 90).

A greve de 1917, por exemplo, ocorreu após um *meeting* organizado pela Liga de Defesa Popular. Nos anos seguintes, os comícios e meetings estavam proibidos pelo governo, mas durante a greve muitos deles foram realizados, sendo duramente reprimidos pelas forças policiais (QUEIRÓS, 2014).

Outro instrumento bastante utilizado pelo movimento operário na época foram os boicotes, principalmente, à imprensa. Como muitos jornais, em especial os destinados à classe média, se opunham às paralisações dos operários, tornou-se comum entre o movimento a instrução para não comprarem tais periódicos. Além disso, os boicotes também eram realizados com casas de comércio e a estabelecimentos considerados “inimigos dos operários”. Sobre os boicotes, pode-se destacar que

[...] eram utilizados como forma de pressão, porém através da abstenção: os sindicatos conclamavam seus associados e simpatizantes a se absterem de comprar em tal casa comercial ou ler tal jornal. Estas estratégias não empregavam diretamente nenhuma forma de violência, todavia, houve momentos em que estas formas de pressão e convencimento se tornaram insuficientes, sobretudo nos momentos em que havia certa intransigência da parte de seus interlocutores, que se negavam a dialogar e negociar (QUEIRÓS, 2014, p. 96).

Quando necessário, portanto, atitudes mais violentas eram empregadas. Essas atitudes foram mais comuns quando “[...] as negociações endureciam e, em diversas ocasiões, podem ser interpretados como uma reação à repressão policial, às estratégias patronais de substituição de operários grevistas e à continuidade do trabalho por parte dos ‘carneiros’”¹³ (QUEIRÓS, 2014, p. 96). De forma geral, o emprego da violência por parte dos grevistas se deu principalmente nas greves de 1918 e 1919, isso porque, na de 1917 as exigências do movimento foram reconhecidas como legítimas pelo governo estadual, fato este que não ocorreu nos anos posteriores. Contribuiu para isso ainda, a mudança de caráter da FORGS em direção a um posicionamento mais anarquista. Em suma, pode-se dizer que a violência no movimento operário se deu tanto contra os colegas “fura-greves” como com os policiais, e também vice-versa (QUEIRÓS, 2014).

O movimento operário no Rio Grande do Sul procurou organizar e unificar os trabalhadores através de uma consciência de classe, ou seja, esperava-se que a partir da oposição entre operários e burguesia/governantes houvesse certa homogeneidade no movimento. Apesar dos esforços das lideranças, as diferenças que havia entre os trabalhadores foram perceptíveis e causaram uma heterogeneidade na militância.

A primeira diferença clara no movimento operário fora a distinção entre a base e as lideranças. Sabe-se que alguns membros se destacaram pelos seus cargos de chefia e isso fez com que a organização operária no Rio Grande do Sul se fortalecesse, entretanto há “[...] todo um universos de trabalhadores que aparecem quando muito em estatísticas, cuja existência é objetiva, mas via de regra, ficam lateralizados nas análises [...]” (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p.

¹³ “Carneiro” era um sinônimo pejorativo para os trabalhadores que não aderiam às greves.

225). Nos últimos tempos, tem-se buscado analisar as bases do movimento, não apenas em Porto Alegre, mas a “história vinda de baixo” de outros contextos históricos.

Outra diferença importante refere-se às questões linguísticas, étnicas e de nacionalidade. Sem dúvida, a importância dos imigrantes¹⁴ no movimento operário sul-rio-grandense é essencial, visto que, muitos deles ocuparam posições de destaque em cargos de liderança e também influenciaram através da transmissão de ideias socialistas e anarquistas que já estavam em maior discussão na Europa. Entretanto, “[...] na fase inicial do movimento, as identidades étnicas e nacionais facilitaram a organização dos trabalhadores, em outras, tais diferenças foram encaradas como entraves à união de classes.” (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p. 225).

Uma terceira diferença no movimento relaciona-se a gênero¹⁵. A presença de mulheres no movimento operário foi uma constante, entretanto as relações entre masculino e feminino no contexto eram atravessadas por tensões relacionadas ao papel da mulher na sociedade. Apesar disso, sabe-se que

[...] muitas mulheres atuaram nas manifestações do operariado ao longo do período analisado. No início do século XX, por exemplo, a anarquista Agostina Guizzardí escreveu em jornais operários, participou da União Operário de Rio Grande e destacou-se, sobretudo, como autora de peças teatrais de fundo social [...]” (PETERSEN; SCHMIDT, 2004, p. 227).

Como foi possível perceber, o crescimento da indústria no Rio Grande do Sul teve como consequência a organização do movimento operário, que se mostrou heterogêneo em suas ideologias, mas muito atuante nos primeiros anos na República Velha no estado. Além disso, é importante destacar que diferentes etnias fizeram-se presentes no movimento operário, com destaque para os teuto-brasileiros e até mesmo alemães que se fizeram presentes na luta operária nos anos da República Velha no Rio Grande do Sul. Nesse

¹⁴ Sobre a presença de imigrantes e estrangeiros no movimento operário sul-rio-grandense, ver: CORREA, Anderson Pereira. Imigrantes na formação da classe operária no Rio Grande do Sul. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 151, p. 199-227, dez./ 2016.

¹⁵ Sobre as relações de gênero presentes no movimento operário sul-rio-grandense, ver: BILHÃO, Isabel. Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: interfaces das identidades operária e de gênero na Porto Alegre na virada para o século XX. MÉTIS: história & cultura – v. 4, n. 7, p. 107-132, jan./jun. 2005.

contexto de industrialização, é essencial compreender que ao mesmo tempo em que surgiam novas formas de trabalho, as manifestações e reivindicações dos grupos organizados já eram uma constante.

2.3 A industrialização brasileira a partir de 1930 e suas consequências no Rio Grande do Sul

Com a chegada ao poder por Getúlio Vargas em 1930 e, principalmente, após o golpe do Estado Novo em 1937, várias mudanças foram perceptíveis na sociedade brasileira. Vargas chegara ao poder com o apoio do Exército, mas também com o auxílio de uma parte importante da sociedade brasileira baseada na elite industrial e até mesmo nas elites regionais agrárias que tinham muita influência em seus estados de origem. O governo de Vargas foi marcado por forte autoritarismo, burocracia e patriotismo cívico que se expressou em diversos aspectos da sociedade brasileira na época (NAPOLITANO, 2016). Em suma, pode-se dizer que

Era o Estado, conduzido por uma burocracia técnica e tutelar, que deveria garantir o desenvolvimento nacional nessas condições e, ao mesmo tempo, proteger a ordem social tradicional, fundada na primazia das elites oligárquicas e burguesas e nos valores católicos (NAPOLITANO, 2016, p. 123).

De acordo com Marcos Napolitano (2016), no plano econômico pode-se dizer que o governo de Vargas deixou clara a necessidade de industrialização do país apenas no final da década de 1930, após o Estado Novo. Isso ocorreu em virtude do acirramento das disputas geopolíticas dos grandes países capitalistas e também por influência dos militares que viam na industrialização a única oportunidade do Brasil manter-se economicamente autônomo. Essa ideia é ainda confirmada por Fausto que destaca que após o golpe “[...] o Estado embarcou com maior decisão em uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base” (FAUSTO, 2012, p. 203).

O regime autoritário de Vargas chamado de “Estado Novo” foi instalado sem grandes mobilizações sociais, isso porque muitas das instituições que foram colocadas em prática a partir de 1937 já ocorriam desde o início da

década, porém as mesmas a partir do golpe de estado se integraram diante do novo regime. Se analisado sob o viés socioeconômico, o Estado Novo

[...] representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização, por considerar que ele era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares, porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais, porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado (FAUSTO, 2012, p. 201).

Como o Brasil havia se constituído historicamente como um país agrário-exportador dependente dos capitais e da tecnologia vinda do exterior, a partir do final dos anos 1930 o Estado passou a atuar diretamente na economia através de incentivos no setor industrial (NAPOLITANO, 2016). Sobre isso, destaca-se ainda que

Como planejadora e reguladora dessas políticas, a burocracia estatal tentava direcionar os recursos humanos e financeiros para determinados setores da economia considerados mais interessantes e estimular a produção agrícola e industrial. Nos anos 1940, o Estado brasileiro passou a criar empresas estatais para produzir bens industrializados que exigiam mais investimentos [...] (NAPOLITANO, 2016, p. 124).

Considerado o marco inicial da substituição das importações pela produção nacional dos bens industriais, o governo Vargas apenas iniciou esse processo que se intensificou nas décadas posteriores. Sobre as taxas da industrialização na Era Vargas, Fausto salienta que

As taxas de crescimento anual da indústria permitem entender melhor o processo de industrialização posterior a 1930. Elas indicam um considerável avanço entre 1933 e 1939 e um ímpeto menor entre 1939 e 1945. Isso significa que a indústria se recuperou rapidamente dos anos de depressão iniciados em 1929. A não renovação do equipamento industrial e as perturbações no comércio internacional, resultantes do início da Segunda Guerra Mundial, concorreram para que as taxas de crescimento caíssem entre 1939 e 1943. Porém esse foi um período importante, do ponto de vista qualitativo, para a sustentação do processo de industrialização e sua expansão no pós-guerra (FAUSTO, 2012, p. 217).

Durante a I Guerra Mundial e posteriormente na década de 1930, o processo de substituições das importações se acelerou, ocasionando no país

uma indústria diversificada, que por sua dispersão espacial caracterizava o parque industrial brasileiro como regionalmente diferente. Após a II Guerra, com a entrada do país na indústria de base tornou-se necessário um centro comum, neste caso, Rio/São Paulo que desde o início do século XX se constituiu como importante pólo industrial. Com a supremacia do polo Rio/São Paulo tornaram-se evidentes as diferenças dessa região com as demais economias regionais do país (CARRION JR, 1979).

No caso específico da indústria de calçados, o processo de “evolução” do setor no Vale dos Sinos apresentou no início da década de 1930 alguns problemas relacionados ao mercado, visto que, por possuir uma limitação a nível regional, sua produção sempre seria influenciada pelo aumento populacional e pelas questões econômicas do próprio estado. Diante das dificuldades de acesso a maquinário moderno, a busca de novos mercados fora uma das poucas alternativas para a indústria calçadista na época crescer (CARNEIRO, 1986).

O Rio Grande do Sul nesse contexto apresentava-se mais como exportador do que importador de produtos nacionais e nessa época, a maior parte da produção de artefatos de couro era destinada para São Paulo e para o Rio de Janeiro, mesmo tendo importantes concorrentes que trabalhavam com couro, como Minas Gerais, por exemplo. Uma das razões que contribuiu para que os produtos rio-grandenses ganhassem espaço no mercado nacional foi o enfraquecimento da indústria de São Paulo após a crise de 1929 (CARNEIRO, 1929). Sobre isso, a autora ainda destaca que

A Depressão que se seguiu à crise de 1929, portanto, parece ter sido a responsável pelo significativo aumento da penetração dos calçados gaúchos no mercado nacional, devido ao enfraquecimento temporário da indústria de São Paulo. Porém, uma vez recuperada a indústria paulista, seria natural que as vendas do Rio Grande para os outros estados se retraíssem, o que não aconteceu. Pelo contrário, a participação riograndense no mercado nacional continuou a crescer. Logo, as razões desse aumento teriam de ser procuradas em outros fatos, uma vez que a indústria paulista estava mais bem equipada e contava com maiores capitais do que a gaúcha e, superada a crise, poderia retomar o seu crescimento (CARNEIRO, 1986, p. 110).

Sendo assim, pode-se dizer que o desenvolvimento das empresas calçadistas do Vale dos Sinos se deu no contexto das mudanças econômicas que o Brasil passara entre as décadas de 1930 e 1940, principalmente as que

se referiam às substituições das importações, pois em vez de comprar produtos acabados do exterior, o governo investiu no aprimoramento das manufaturas e consequente industrialização do país (SCHEMES, *et all*, 2013). Sobre essa questão, pode ser analisada a tabela abaixo que mostra o crescimento das vendas dos calçados rio-grandenses em outros estados brasileiros:

Tabela 1 - Exportações e saídas para outros estados de calçados produzidos no Rio Grande do Sul – 1942-62

PERÍODOS	VENDAS MÉDIAS/ANO
1942 – 1948	1 500
1949 – 1955	3 400
1956 – 1962	5 300

Fonte: LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na história do Rio Grande do Sul. *Ensaíos FEE*, Porto Alegre, 7(2): 69-82, 1986.

Ao mesmo tempo em que ocorria a “conquista” do mercado nacional pela indústria calçadista rio-grandense, a especialização gaúcha na produção de calçados femininos ganhava destaque, isso porque por possuir uma indústria ainda próxima da forma artesanal de produção, as empresas do Rio Grande do Sul conseguiam acompanhar as mudanças da moda, fator essencial para se consolidar no mercado de calçados femininos. Acredita-se que no final da década de 1920 e início dos anos 1930 é que teve início a especialização em calçados femininos no estado, aspecto esse que “[...] havia representado uma solução que assegurava uma fatia do mercado [...]” (CARNEIRO, 1986, p. 123).

Mais tarde, entre os anos de 1959 e 1970, foram realizados diversos esforços do governo para que a concentração das indústrias no sudeste do Brasil fosse reduzida. A partir da década de 1950, o Brasil foi visto como uma nação que caminhava para a industrialização, isso se deu em virtude de um processo que ocorreu em grande parte da América Latina após a Segunda Guerra Mundial (SCHEMES *et all*, 2013). Sobre isso, destaca-se que

A nova divisão internacional do trabalho depois da Segunda Guerra – quando alguns países periféricos foram vistos como locais de investimentos em virtude das condições apresentadas, tais como a mão de obra em grande quantidade e de baixo custo, incentivos fiscais e um mercado consumidor atraente – fez com que o Brasil e o capitalismo global estabelecessem outra forma de relação (SCHEMES *et all*, 2013, p. 154).

Esse processo trouxe consequências, como no governo de Juscelino Kubitschek, que instituiu o Programa de Metas que abrangia objetivos que buscavam o avanço econômico do país. Sabe-se que o governo JK investira tanto no setor de infraestrutura quanto no setor industrial, porém “[...] assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades” (FAUSTO, 2012, p. 236). Sendo assim, o nacionalismo que anteriormente foi intensivamente buscado por Vargas dava lugar ao desenvolvimentismo. O resultado desse investimento foi o aumento na produção industrial no país a partir do governo JK (FAUSTO, 2012). Sobre isso, salienta-se que

Entre 1955 e 1960 surgiram iniciativas de busca de recursos externos para desenvolver a infraestrutura, em virtude da incapacidade financeira do governo central de investir sozinho na economia nacional. Optou-se, dessa forma, por incentivos à instalação de filiais de empresas multinacionais e por investimentos e empréstimos externos para dinamizar o mercado interno brasileiro e retomar a industrialização nacional. O caso brasileiro pode ser considerado clássico no contexto da América Latina: a instalação de indústrias de bens de consumo no país incentivou a entrada de empresas estrangeiras que buscavam mercados consumidores para seus produtos, especialmente, nesse momento, os automóveis e os eletrodomésticos (SCHEMES *et al*, 2013, p. 155).

A chegada das multinacionais veio também de encontro ao interesse das elites econômicas da época que desejavam que seus negócios entrassem no sistema capitalista internacional, porém a exportação dos produtos iniciou apenas a partir dos anos 1960. O processo de exportação foi possível graças aos incentivos fiscais em determinadas localidades/regiões, que ocorreu por meio de “empresários locais e políticas nacionais de incremento à expansão produtiva de manufaturados e exportação” (SCHEMES *et al*, 2013, p. 155). Além disso, havia no exterior um mercado consumidor para os produtos. No contexto do Plano de Metas proposto por Juscelino Kubitschek, as grandes empresas multinacionais chegaram ao país e o período foi marcado por empréstimos e financiamentos do exterior (MARTINS, 2011). Sobre esse contexto, o autor ainda destaca que

As empresas estrangeiras tinham como objetivo a produção de manufaturados de bens de consumo, que supririam a demanda interna do país por meio da readequação na divisão internacional do trabalho do sistema capitalista global. A fase norte-americana do capitalismo do pós-45 distribuiu no sistema tarefas produtivas que antes eram exclusivas do Centro. E o Brasil, aproveitando essa nova fase do Capitalismo, passou a receber essas indústrias (MARTINS, 2011, p. 66).

De forma geral, o Estado passou a incentivar financeiramente o parque industrial do país, além disso, com os financiamentos externos as empresas brasileiras puderam exportar produtos manufaturados, contribuindo assim para que ocorresse uma diversificação nas exportações nacionais que antes era, predominantemente, agroexportadora (MARTINS, 2011).

A década de 1960 foi ímpar na história do Brasil. Após o governo de Juscelino Kubitschek, que mesmo em meio a avanços gerou problemas financeiros graves, Jânio Quadros assumiu a presidência interessado em reduzir alguns pontos desfavoráveis no plano econômico optando assim por um pacote de estabilização, que envolvia uma forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos e de expansão monetária. Em agosto de 1961, sem grandes alterações nas medidas de contenção financeira, Jânio pôs fim ao seu governo através de sua renúncia, deixando a presidência para João Goulart (FAUSTO, 2012).

João Goulart chegou à presidência sem grande apoio político. Iniciado na vida política por Getúlio Vargas, Jango era visto como um político vinculado aos setores de esquerda da sociedade. Tal ideia ainda foi reafirmada quando o presidente propôs as Reformas de Base, das quais a agrária era a mais debatida. No início do governo de Jango, o Congresso tentou uma manobra política ao instaurar o sistema parlamentarista no Brasil, na verdade, o principal interesse era reduzir os poderes de Goulart, porém a tentativa se viu frustrada quando ocorreu um plebiscito para a continuidade do sistema presidencialista, uma vez que a maioria da população votou contra o parlamentarismo. Com a crescente organização de setores da sociedade, como estudantes, ligas camponesas, sindicalistas, entre outros, iniciou-se um processo de conspiração no meio militar contra Jango, que em março de 1964 ocasionou um golpe que instaurou um regime ditatorial, apoiado por setores conservadores da sociedade brasileira e que durou até 1985 (FICO, 2016).

Assim como no plano político, houve inúmeras mudanças na economia até as décadas de 1950 e 1960. Ao se analisar o processo industrial no Brasil até a década de 1950 pode ser feitas algumas considerações. Nos anos 1950 houve o surgimento de uma indústria de base, inicialmente financiada pelo governo. Alguns setores, como a siderurgia e a atividade petrolífera, tornaram-se monopólios do governo, outros setores, entretanto, receberam investimentos do capital multinacional – é o caso do material de transporte – principalmente a partir do final dos anos 1950. A partir de então, a participação do capital estrangeiro na indústria brasileira se tornou cada vez mais expressivo, principalmente nos setores mais dinâmicos da atividade industrial. Nas indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, a participação do capital estrangeiro ocorreu um pouco mais tarde (CARNEIRO, 1986).

A industrialização no país gerou a urbanização e o aumento da demanda de bens de consumo não-duráveis. Com um mercado cada vez maior, a indústria de bens de consumo precisou importar equipamentos que facilitassem a produção. De fato, a partir do final dos anos 1950 a importação de equipamentos para o setor coureiro-calçadista cresceu, oportunizando ao setor uma renovação do parque industrial e a adequação à demanda existente. Diante disso, observa-se que o país chegou aos anos 1960 com um quadro industrial bem diferente das décadas anteriores: possuía um parque industrial, com participação expressiva de capitais estrangeiros, havia um mercado nacional, e uma produção suficiente de bens de consumo para atender à demanda interna. Apesar disso, alguns problemas econômicos se avolumaram nesse contexto: as inversões feitas pelo governo nos setores industriais em que detinha o monopólio, como a siderurgia e o petróleo, geraram um desequilíbrio do orçamento público, assim como no balanço de pagamentos, em virtude do endividamento externo assumido, da necessidade de manter as importações para garantir o desenvolvimento industrial e da impossibilidade de aumentar as exportações. Esses problemas econômicos, somados aos de ordem política citados anteriormente, colaboraram para o golpe civil-militar de 1964 (CARNEIRO, 1986).

A partir do golpe civil-militar, o “[...] processo industrial foi aprofundado e a internacionalização da economia brasileira alcançou certo grau de importância (SCHEMES *et al*, 2013, p. 155). Isso fez com que determinadas

regiões – como o Vale dos Sinos – fossem reconhecidas como pólos de produção de determinados bens manufaturados – nesse caso, o calçado.

O avanço industrial iniciado com Vargas principalmente a partir do Estado Novo, alavancado durante a década de 1950 e internacionalizado após o regime civil-militar dependeu, significativamente, da variável externa, ou seja, da busca de oportunidades no exterior pelos governos do período, principalmente no que diz respeito à diversificação dos parceiros econômicos do Brasil. A partir de 1930, grande parte das lideranças industriais do Brasil aceitaram a intervenção estatal e a ideologia desenvolvimentista (MARTINS, 2011). Mais tarde, “a partir da metade dos anos 50, em nova etapa de industrialização vivida pelo país, consolidou-se a ideia da construção de um país industrializado” (MARTINS, 2011, p. 63).

Mesmo com todo o esforço desenvolvimentista colocado em pauta desde o Estado Novo, o Brasil ainda era um país exportador de produtos agrícolas até meados dos anos 1960. Apenas durante a ditadura civil-militar é que a exportação de manufaturados ganhou espaço no mercado externo (MARTINS, 2011). Sobre esse contexto, o autor destaca que

Com o golpe e a ditadura civil-militar de 1964, o processo de industrialização foi aprofundado, mas em novas bases, as quais, no âmbito externo, consistiam na internacionalização da economia brasileira. Não que anteriormente isso não tivesse acontecido, mas nesse período, a produção dos manufaturados em larga escala e sua venda é que pode ter definido o aprofundamento da internacionalização da economia. E, por fim, o período consolidou o processo substitutivo de exportações, a partir da ideia de que o desenvolvimento industrial era de interesse nacional [...] (MARTINS, 2011, p. 67).

Para Martins (2011), durante o período do regime civil-militar, o processo de industrialização no país “[...] expandiu-se para a periferia do pólo econômico nacional (São Paulo) como um todo, e outras escalas (local-regional) econômicas brasileiras foram articuladas ao projeto industrial daquele momento” (MARTINS, 2011, p. 68). Nesse sentido, a cidade de Novo Hamburgo e a região do Vale dos Sinos contribuíram para que a visão do Brasil passasse de um “país periférico”, cuja base exportadora era em produtos agrícolas para um “país semiperiférico”, que exportava bens manufaturados, uma vez que, o calçado produzido na região detinha considerável

representatividade na pauta de exportações daquele período (MARTINS, 2011).

Uma das consequências da industrialização a partir da década de 1950, é que o estado do Rio Grande do Sul passou por um aumento populacional nos centros urbanos, situação essa que se repetiu nas décadas seguintes. Um dos fatores que explicam o aumento da população urbana se relaciona ao processo de industrialização que ocorria em todo o país (SOARES, 2007). Sobre isso, o autor ainda destaca que

[...] primeiramente, o próprio movimento de modernização, industrialização e urbanização que afetou toda a sociedade brasileira a partir de 1950. Nas décadas de 50 e 60, todas as grandes cidades do país apresentaram elevados índices de crescimento populacional e atraíram população das zonas rurais e dos núcleos urbanos menores.” (SOARES, 2007, p. 301).

O processo de urbanização foi também favorecido pela reorganização da distribuição populacional pelo estado. Os municípios mais industrializados e a região da capital e municípios limítrofes passaram a concentrar a maior parte das populações de outras regiões, em detrimento de regiões menos industrializadas. Essa expansão da Grande Porto Alegre e dos municípios mais industrializados pode ser explicada por um

[...] processo de industrialização desencadeado após a II Guerra Mundial. No período desenvolvimentista (1946-64) foram realizadas diversas políticas em favor dos grandes capitais industriais que se implantaram nas principais capitais brasileiras, formando importantes concentrações industriais. No Rio Grande do Sul, essa conjuntura favoreceu a concentração industrial em alguns setores, como o alimentício, o químico-farmacêutico, o de vestuário, o calçadista e o metalúrgico (SOARES, 2007, p. 303).

A urbanização relacionada ao processo de industrialização é destacada por Carneiro que ainda salienta que o transporte rodoviário também cresceu em interesse por parte do governo em detrimento do ferroviário. Com o aumento na urbanização (e o conseqüente aumento do mercado consumidor) e na reorganização dos transportes houve a necessidade de importar maquinário e a partir do final da década de 1950 “[...] a importação de equipamento para o setor calçadista cresceu, permitindo a renovação do parque industrial e sua melhor adequação à demanda existente” (CARNEIRO, 1986, p. 131). Esse

processo contribuiu para as mudanças que se observaram na economia brasileira a partir da década de 1960, como salienta a autora:

O país chegou a meados dos anos 60, portanto, com um quadro totalmente disperso do existente nos anos 20: possuía já um parque industrial, com uma participação expressiva de capitais estrangeiros. Existia um mercado nacional, e uma produção suficiente de bens de consumo para atender à demanda interna (CARNEIRO, 1986, p. 131).

Com a instauração do novo regime, o governo tentou controlar a economia e iniciou uma campanha de exportação para explorar os bens naturais e incentivar a venda dos produtos manufaturados no país para o exterior (FAUSTO, 2012). No caso específico da produção de calçados, salienta-se que a exportação desses produtos

[...] representava também a possibilidade de manter seu parque fabril funcionando a pleno vapor, pois mesmo aquelas empresas que haviam optado pela produção por linhas (como a de sandálias), teriam a sazonalidade a que estavam sujeitas no mercado interno compensada pela diferença de estações nos países importadores. Do ponto de vista desses países, a importação de calçados também representava uma vantagem, visto que neles a mão-de-obra escassa e cara tornava vantajosa a compra de produtos fabricados em países menos desenvolvidos, onde a mão-de-obra era abundante e barata (CARNEIRO, 1986, p. 132).

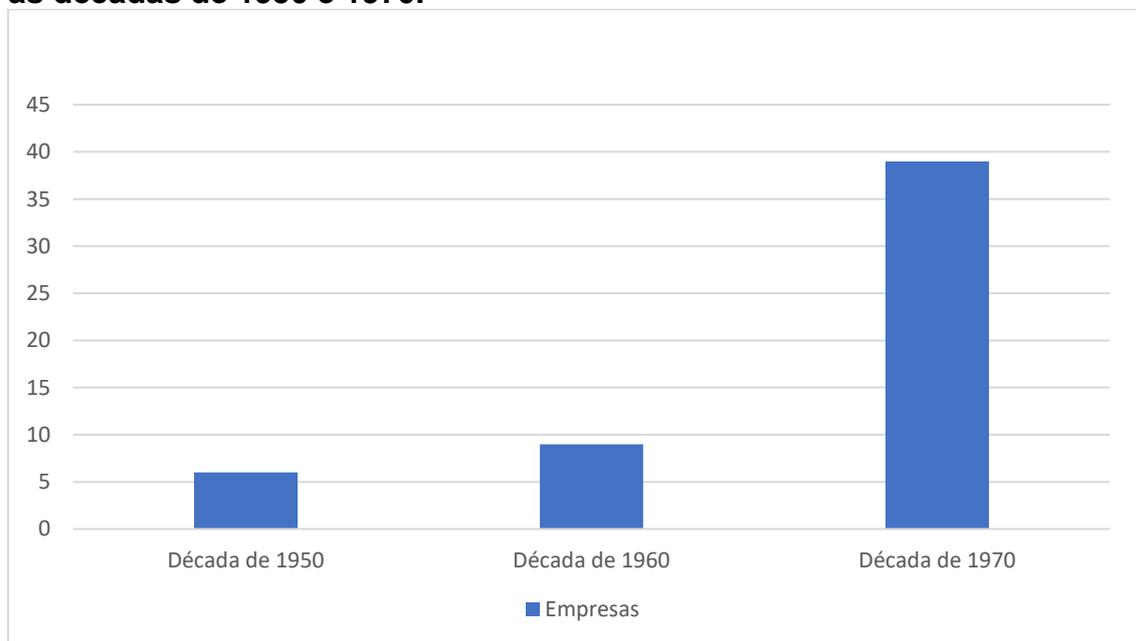
As mudanças econômicas passadas pelo Brasil entre as décadas de 1950 e 1960 ainda são abordadas por Carrion Jr (1979) que destaca que o Rio Grande do Sul que historicamente possuía uma indústria de produção de bens de consumo tradicionais ligada ao mercado regional diante da mudança do país em direção à produção de bens duráveis sofisticados, viu sua economia industrial passar por uma forte concorrência com a região centro-sul nos anos 1960, o que gerou mudanças como a abertura do estado às exportações (CARRION JR, 1979).

Em suma, pode-se destacar que a indústria de calçados rio-grandense percorreu um extenso processo até receber de fato, o status de “indústria”. Sobre isso, Schneider nos diz que

Nessa trajetória, podem ser identificadas, basicamente, duas fases distintas. A primeira vai de 1890 a 1930 e é o período em que o artesanato do couro-calçado, apesar de pulverizado e praticado em pequenos ofícios rurais, conseguiu se autonomizar em relação às demais formas de artesanato rural. A segunda fase vai de 1930 a 1970 e representa um período de rápido crescimento das atividades ligadas ao artesanato do couro-calçados. Cresceu o número de estabelecimentos (em 1950 havia 471 e em 1960 havia 570 estabelecimentos de calçados no RS) e aumentou a ocupação de pessoal em cada unidade. Nessa fase, a região do Vale do Sinos, especialmente a Cidade de Novo Hamburgo, passou a ser o principal pólo produtor de calçados do Rio Grande do Sul (SCHNEIDER, 1996, p. 307).

De forma geral, é a partir do regime civil-militar que a região do Vale do Rio dos Sinos se estruturou como importante pólo de produção de calçados no Rio Grande do Sul e no Brasil. Assim como o Vale dos Sinos, a região do Vale do Paranhana e, especificamente, a cidade de Igrejinha também desenvolveu seu campo industrial, com o aumento crescente na quantidade de fábricas de calçados e no volume da produção durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, aspectos que podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Quantidade de fábricas do setor calçadista em Igrejinha entre as décadas de 1950 e 1970.



Fonte: Gráfico criado pelo autor com base nos registros do livro de registros da relação dos associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha.

O aumento no número de fábricas de calçados em Igrejinha, assim como em outras cidades, foi o reflexo de um contexto histórico marcado pela

transformação da economia brasileira, que ganhou maior força, como citado anteriormente, com o regime civil-militar e através do chamado “milagre econômico”, quando o governo estimulou as exportações através de “[...] isenções de impostos e crédito abundante”(FICO, 2016, p. 81).

De uma forma geral, pode-se observar que a produção de calçados no Rio Grande do Sul teve início nas áreas de colonização alemã no estado, onde o artesanato desenvolveu-se lado a lado com a agricultura. Posteriormente, durante a República Velha a industrialização sul-rio-grandense alavancou-se e na década de 1930, em um movimento a nível nacional, com a industrialização estatal promovida por Vargas a fabricação de calçados no Vale dos Sinos consolidou-se como uma das principais economias da região. Durante a década de 1940 e 1950 se observa na região do Vale do Rio dos Sinos certo “intercâmbio” de ideias entre empresários, principalmente das cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, com empreendedores da região do Vale do Paranhana, em especial da cidade de Igrejinha, foco desse trabalho.

3 “PAX ET LABOR”: OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE IGREJINHA (1960 – 1980)

A expressão em latim “Pax et Labor”, que ao ser traduzida para o português significa “Paz e Trabalho” está gravada na bandeira do município de Igrejinha e faz referência ao espírito empreendedor dos igrejinhenses, que em 1964 presenciaram seu território se emancipar do município de Taquara. Desde antes da emancipação já se observava em Igrejinha a presença de fábricas de calçados, porém é a partir da década de 1960 e, sobretudo, nos anos 1970 que a indústria calçadista se consolidou como base econômica de Igrejinha, fazendo com que o município se tornasse conhecido internacionalmente como produtor de calçados femininos.

Dentro desse processo, os trabalhadores merecem destaque, principalmente por terem protagonizado todo o contexto de surgimento e desenvolvimento da indústria de calçados no município. Sendo assim, o presente capítulo se propõe a analisar a trajetória dos trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha, levando em consideração a formação do operariado, as mudanças estruturais nas fábricas, a relação entre funcionários e patrões e a questão identitária, essencial para a trajetória desse grupo social/profissional, inclusive nas décadas seguintes a que esse estudo se propõe analisar.

Diante do exposto acima, o capítulo está dividido da seguinte forma: inicialmente, será realizada uma contextualização histórica de Igrejinha, onde serão abordados fatores como a relação germanidade/empreendedorismo e o surgimento das primeiras fábricas na região; após a contextualização, o estudo se propõe a analisar a formação do operariado, considerando movimentos migratórios e fatores econômicos como determinantes para a formação desse grupo de trabalhadores; em seguida, serão abordadas as condições das fábricas e do trabalho no setor calçadista igrejinhense; e, por fim, o estudo busca refletir sobre a construção da identidade desse grupo de operários e como a questão de pertencimento influenciou a trajetória desse grupo nas décadas seguintes.

3.1 Igrejinha: contexto histórico, germanidade e empreendedorismo no Vale do Paranhana

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Igrejinha está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na região do Vale do Paranhana, há cerca de 85 km da capital do estado, Porto Alegre. A área territorial do município é de 135.861 km² e a população estimada em 2018 é de 36.450 pessoas.

Mapa 01: Localização geográfica de Igrejinha no Vale do Paranhana



Fonte: <http://copavaledoparanhano.blogspot.com/2014/04/>. Acesso em 02/09/2018.

O território que hoje faz parte do município de Igrejinha emancipou-se do município de Taquara em 1964, entretanto, a ocupação desse espaço territorial é muito anterior a esse ano. A região que ocupa as terras do Vale do Paranhana era, antes da chegada do “homem branco”, habitada por índios caingangues. Assim como brancos e indígenas, registra-se a presença de pessoas de etnia negra desde as primeiras décadas do povoamento da região, até mesmo de negros escravizados que trabalharam na construção da primeira casa da região, a Casa de Pedra construída em 1862 (SANDER; MOHR, 2004). No início do século XIX, os municípios de Igrejinha, Taquara e Três Coroas faziam parte da Fazenda Mundo Novo. Segundo Fernandes (2013), o

surgimento da Fazenda Mundo Novo remonta ao ano de 1813 quando Antonio Borges de Almeida Liaens solicitou uma sesmaria às margens do Rio dos Sinos. A economia do estabelecimento era agropecuária e contava com a utilização de mão de obra escrava negra. Mais tarde, com a morte do titular das terras, iniciou-se o processo de inventário em 1829 e logo depois a viúva de Liaens solicitou a venda das terras para pagamento de algumas dívidas. As terras foram adquiridas por Tristão Jozé Monteiro¹⁶ que juntamente com Jorge Eggers iniciou uma sociedade cujo objetivo era a colonização da região. Sobre a colonização de Mundo Novo, destaca-se que

Tristão Monteiro chegou com a família, em outubro de 1846, para dar início ao seu empreendimento imobiliário: a fundação da colônia do Mundo Novo. A Colônia do Mundo Novo logo foi dividida em terrenos, chamados de colônias, no valor de trezentos mil réis cada. Essa divisão das terras foi descrita em partes, constantes nos documentos elaborados por Monteiro (FERNANDES, 2011, p. 24).

Já a partir de 1846 inicia-se a chegada dos primeiros imigrantes, vindos de São Leopoldo ou diretamente da Alemanha. Dois anos depois, em 1848, é realizado o primeiro censo demográfico da Colônia Mundo Novo. Sobre isso se destaca que

[...] em 1848, o médico e diretor da Colônia de São Leopoldo, Dr. Johann Daniel Hillebrand, realizou, em Santa Maria do Mundo Novo, o primeiro censo demográfico desta região, onde registrou o número de pessoas residentes em cada propriedade e o número que recebeu esta colônia [...] (ENGELMANN, 2004, p. 237).

Além deste censo, um segundo censo foi realizado por Hillebrand em 1854. Nesses dois levantamentos já constava a presença de sapateiros¹⁷ na Colônia Mundo Novo, o que confirma que o artesanato acompanhou desde os primeiros anos a atividade agrícola na economia da área colonial alemã (ENGELMANN, 2004). Ainda sobre as atividades econômicas praticadas na Colônia Mundo Novo, Fernandes destaca que

¹⁶ Tristão Joze Monteiro nasceu no ano de 1816 em Porto Alegre e faleceu em julho de 1892 em Taquara, onde está sepultado (SILVA *et al*, 2005).

¹⁷ É o caso, por exemplo, de Philipp Jakob Lahm, Joseph Müller, Johann Daniel Schmidt, Johann Peter Jakob, Georg Stumpf, Heinrich Michael Conrad, entre outros. (ENGELMANN, 2004).

As atividades industriais revelam a existência de atividades artesanais e pré-industriais, mantendo-se nos três relatórios: engenhos, serrarias, ferrarias, moinhos, curtumes e fábricas de arreios. Todas as atividades são características da forma de organização e das necessidades da colônia. [...]. No Mundo Novo, localizamos 26 artesãos em 1854, 10 em 1858 e 30 em 1859. Para um período de 5 anos havia 66 artesãos (FERNANDES, 2013, p. 79).

É importante verificar o contexto histórico da região a que Igrejinha fez parte desde o século XIX, pois a partir de sua compreensão verifica-se alguns fatores que foram importantes para que, no século XX, o município em questão se tornasse “aberto” a um processo de industrialização. Como foi possível perceber, desde os primeiros anos da chegada de imigrantes alemães à Mundo Novo, já se percebe a presença de sapateiros que assim como no Vale dos Sinos desenvolveram um artesanato conjuntamente com as atividades agrícolas.

Além de certo desenvolvimento econômico observado nas áreas de colonização alemã, a região de Taquara do Mundo Novo presenciou intensas questões políticas na segunda metade do século XIX. É importante relativizar essa conjuntura, visto que, a nível nacional e estadual também se observam mudanças no cenário político, principalmente devido ao enfraquecimento da monarquia e ao surgimento das ideias relacionadas à república. De acordo com Mossmann Sobrinho e Reinheimer (2011), o território de Taquara teve durante o século XIX um intenso período de alternância política, e em 1886 emancipou-se de Santa Cristina do Pinhal. Na época de sua emancipação, Taquara ainda compreendia os territórios dos atuais municípios de Igrejinha e Três Coroas.

Segundo destaca Engelmann (2004), nas regiões que atualmente compreendem os municípios de Três Coroas e Igrejinha também se abriu espaço para o desenvolvimento industrial e fabril no início do século XX. Segundo o autor, a primeira sapataria da localidade de Sander em Três Coroas foi instalada por Joseph Linden em 1900, sendo que nas décadas seguintes Karl Metzger deu continuidade ao negócio. Na localidade, a primeira fábrica de calçados foi fundada por Hugo Stumpf.

Com o desenvolvimento observado na região, o Vale do Paranhana recebeu no início do século XX uma ferrovia. Sobre isso, ressalta-se que

Em 1913, foi construído o ramal de trem de Taquara subindo a serra, seguindo até Gramado. Esse trajeto foi concluído em 1922 e, em 1924, o trem chegou até Canela. Os trilhos acompanhavam o curso do rio e passavam ao lado do povoado. Igrejinha recebeu uma estação ferroviária e uma ponte ferroviária [...]. A linha férrea deu um grande impulso ao progresso da localidade, por facilitar o escoamento da produção (BERGAMO, 2012, p. 36).

Com a linha férrea e o surgimento das primeiras fábricas na região de Igrejinha surgem algumas ideias relacionadas à emancipação, porém tal processo demorou um pouco para acontecer. É interessante observar que, mesmo diante de ideais de emancipação já na década de 1930, o território de Igrejinha consolidou tal processo apenas em 1964. A conjuntura política do Rio Grande do Sul, marcada fortemente por ideias positivistas pode ser uma possível explicação para o “abafamento” das ideias de emancipação. Devido a sua importância econômica e envolta em interesses políticos, Igrejinha tornou-se o 8º Distrito de Taquara através do Ato Municipal nº 01, de 1º de janeiro de 1935, assinado pelo Coronel Theobaldo Fleck, prefeito de Taquara na época. Sobre esse acontecimento, destaca-se que

Em 1º de janeiro de 1935, o então prefeito de Taquara, Coronel Theobaldo Fleck, assinou o Ato Municipal nº 01, criando assim o 8º Distrito de Taquara, Igrejinha, elevando-o a categoria de vila. Esta passou a ter subprefeitos, sendo o primeiro Gustavo Adolfo Koetz (1935-1941), após Reinaldo Fredolino Schmitt (1941-1956), na sequência Arnaldo Alindo Dienstmann (1956-1960), Luiz Dalpiás Sobrinho (1960-1962) e Fredolino Pereira dos Santos (1962-1963). Depois houve a Comissão Emancipadora (1964-1965), até tomar posse o primeiro prefeito (SANDER; MOHR, 2004, p. 15).

Como citado no capítulo anterior dessa pesquisa, durante as décadas de 1930 e 1940 o Brasil passa por um processo de industrialização que foi incentivado pelo governo federal. A influência da industrialização se refletiu, inclusive no Rio Grande do Sul, até mesmo em Igrejinha onde se registra o surgimento das primeiras fábricas de calçados.

A primeira empresa que fabricou calçados nas terras do atual município de Igrejinha foi a firma “Kirsch, Wallauer, Kehl & Cia. Ltda.”, porém a história do estabelecimento dessa empresa em Igrejinha remete ao fim do século XIX, quando houve o surgimento do curtume da família Kirsch.

Por volta de 1870, um alemão da região de Birkenfeld chamado Karl Kirsch fundou nas proximidades da atual Rua da Independência em Igrejinha o

primeiro curtume da região. Karl Kirsch era muito influente em Santa Maria do Mundo Novo, tanto que havia atuado como representante da comunidade em alguns momentos (INGERS, 1987). Apesar do sucesso do empreendimento, Karl Kirsch faleceu em 1886 com 57 anos de idade e o curtume passou a ser administrado por seu filho, Wilhelm Kirsch (Guilherme Kirsch), que auxiliado pela esposa Carolina Sohne Kirsch deu continuidade ao estabelecimento (CALONI, 2008). Sobre a produção do couro na época destaca-se que

No tempo de Wilhelm Kirsch, a curtição do couro era bastante rudimentar e basicamente manual. As ferramentas utilizadas eram simples, rústicas e exigiam muita força braçal. Usavam o depilador manual de pedra, para raspar o pêlo, e o trinchante, para retirar os restos de carne existentes no couro. O trinchante era uma espécie de lâmina afiada com cabos de madeira nas duas extremidades. Usavam também, mesas inclinadas de superfície oval e cavaletes de madeira, bem como mesas com tampos de mármore, para alisar o couro (VIEGAS, 2008, p. 144).

Os couros eram obtidos em matadouros da Serra Gaúcha, principalmente de São Francisco de Paula, e da região próxima. O processo de curtição do couro era feito em extensos galpões que possuíam vários tanques de pedra, nos quais se fazia o processo de caiação e curtição do couro. Nos tanques, o couro ficava até adquirir uma coloração marrom e era vendido posteriormente cru para artesãos e sapatarias da região. Foi nesse contexto que Maltus Kirsch, filho de Wilhelm Kirsch e Carolina Sohne Kirsch, começou a auxiliar o pai nas atividades do curtume. Como adquiriu bastante prática e experiência no trabalho com couro, Maltus comprou o curtume do pai em 1920. A partir da administração de Maltus, iniciou-se um processo de modernização no curtume, principalmente quando os fulões começaram a ser utilizados na curtição de couro. Fulões eram tamborões de madeira com eixos de ferro nas extremidades que curtiam até cinquenta couros, funcionando por eletricidade. Depois de sair dos fulões, o couro era levado até os galpões onde era esticado ou rebaixado com a utilização de máquinas. Além do couro comercializado, o curtume de Maltus Kirsch fabricava solas de couro, que eram utilizadas nas primeiras fábricas de calçados da região. (VIEGAS, 2008).

Além de ser proprietário do primeiro curtume¹⁸ da região, Maltus Kirsch fundou em 1930, uma das firmas pioneiras da produção coureiro-calçadista em Igrejinha. Juntamente com mais três irmãos (Gustavo Kirsch, William Kirsch e Felipe Adolfo Emílio Kirsch), dois cunhados (Deodoro Wallauer e Arthur Matzembacher) e com Leopoldo Kehl foi fundada¹⁹ a firma “Kirsch, Wallauer, Kehl & Cia. Ltda.”. A matéria-prima disponível para a empresa que fabricava arreios, chinelos, tamancos, botas e outros artefatos de couro provinha do curtume de Maltus Kirsch (BRUSIUS; FLECK, 1991). Sobre a relação entre o curtume e a empresa, destaca-se que

Em função das facilidades do desenvolvimento de uma indústria que, representadas pela presença de um curtume em Igrejinha, é possível colocá-lo como um incentivador à atividade industrial calçadista. Uma vez que não era necessário o deslocamento demorado e cansativo para outros lugares em busca do couro, pois ele estava sendo produzido ali, bem próximo, no curtume Kirsch (CALONI, 2008, p. 167).

A parceria dessa empresa teve duração de dez anos. Segundo aborda Caloni (2008), em 1939 Leopoldo Kehl retirou-se da sociedade “Kirsch, Wallauer & Kehl”, pois estava interessado em iniciar um empreendimento familiar, que não envolvesse tantos sócios. Sendo assim, em 1940 foi fundada a “Kirsch, Kehl & Cia Ltda.” que era comandada por Leopoldo Kehl, por seu genro Alberto Carlos Schwingell e por seu cunhado Gustavo Kirsch. Alguns anos depois, em 1947, Alberto Carlos morreu em um acidente de carro, o que causou mudanças na sociedade e na razão social da firma que passou a se chamar “Kehl & Cia Ltda.”. Após a morte do marido, Hedvich Schwingell, filha de Leopoldo Kehl, passou a comandar a empresa junto com o pai. Em 1960, ocorreu uma nova alteração na sociedade que formava a empresa, pois outro filho de Leopoldo Kehl chamado Renato Kehl passou a comandar a firma, juntamente com o cunhado Décio Arthur Wilhelms. Devido a essas mudanças, a razão social da empresa passou a ser “Calçados Redeli Ltda.”. A empresa

¹⁸ Após a morte de Maltus Kirsch em 1966, o curtume passou a ser administrado por seus filhos Rudi Alsiro Kirsch e Paulo Victor Kirsch. Em junho de 1966, Rudi Kirsch retira-se da administração do empreendimento e há uma alteração no contrato social, que altera o nome da empresa para “Curtume Kirsch Ltda.”. Por volta de 1974, as atividades do curtume foram encerradas (VIEGAS, 2008).

¹⁹ Segundo Caloni (2008), duas mulheres também faziam parte da sociedade: Asila Matzembacher e Frieda Kirsch. Provavelmente eram irmãs de Maltus Kirsch.

estava situada na atual Rua da Independência e no fim da década de 1970, a fábrica contava com 80 funcionários que produziam cerca de 1200 pares de calçados femininos por dia. Desde 1945, a produção da empresa já era destinada para outros estados do Brasil. Em 1984, diante de dificuldades financeiras, o Calçados Redeli foi vendida para empresários de Novo Hamburgo, que depois de tentativas de reverter a crise optaram pelo encerramento das atividades.

Durante a década de 1950, observa-se em Igrejinha um aumento no número de empresas do setor calçadista, porém como a maioria das fábricas era de cunho familiar e a produção era realizada com técnicas simples de fabricação, além disso, pode-se dizer que nos anos 1950 o capital aplicado no setor calçadista em Igrejinha ainda era inferior ao observado em outras regiões do país. De qualquer forma, as primeiras empresas foram importantes para a consolidação do setor na região e muitas permaneceram em funcionamento durante as décadas seguintes. Para se ter uma visão geral do setor na década de 1950 em Igrejinha observa-se a tabela abaixo:

Tabela 02 – Empresas do setor coureiro-calçadista em Igrejinha nas décadas de 1940 e 1950

Nº	Nome da empresa	Tipo	Data de fundação	Sócios e estado civil
01	Redeli Calçados Ltda.	Ind. calçados	22/04/1940	Renato Kehl (cas.), Hedwich Schwingel (viúva), Haidi Wilhelms (cas.), Romeu Petry (cas.).
02	Kichler & Cia Ltda.	Ind. saltos em madeira	19/07/1949	Harry Kichler (cas.), Edmundo Kichler (viúvo), Selívio Salin (cas.).
03	Calçados Montseny Ltda.	Ind. calçados	04/05/1950	Pedro Sparrenberger (cas.), Guido Koetz (cas.), Werno Grings (cas.), José Zimmer (cas.).
04	Calçados Ruthi Ltda.	Ind. calçados	10/05/1954	Pedro Sparrenberger (cas.), Guido Koetz (cas.), Werno Grings (cas.), José Zimmer (cas.).
05	Almiro Grings & Cia Ltda.	Ind. calçados	20/06/1955	Almiro Grings (cas.), Rugard Schmidt (cas.), Adair Grings (cas.).
06	Samarina Ltda.	Ind. e Com. calçados	23/06/1955	Flory Klein (cas.), Jorge Klein (cas.), Carlito Sohne (cas.), Marcos Sohne (cas.), Heleno Sohne (cas.).
07	Calçados Inúbia	Ind. calçados	02/10/1957	Nelson Heidrich (cas.), Albano Schäfer (cas.), Osvaldo Schäfer (cas.).
08	Calçados Zeket	Ind. calçados para senhoras.	12/02/1959	Lauro Krause (cas.), Benno Laufer (cas.), Lothar Trein (cas.), Alceno Schenckel (cas.), Erenita Zwetsch (cas.).

Fonte: Tabela criada pelo autor com base nos registros do livro de registros da relação dos associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha.

Como se pode perceber a partir da análise da tabela 02 que mostra as empresas do setor calçadista de Igrejinha nas décadas de 1940 e 1950, a totalidade dos sócios/patrões possuía ascendência alemã e em sua maioria eram homens²⁰. Nesse contexto, pode-se dizer que a questão étnica era de considerável importância na indústria de Igrejinha.

²⁰ É interessante observar que das três mulheres citadas entre os sócios das empresas da tabela 02, duas eram casadas (empresa 01 e empresa 08) e uma era viúva (empresa 01), ou seja, além de serem poucas as mulheres que exerciam cargos de chefia em empresas de

Através da análise de Moser e Martins (2013), é possível estabelecer algumas considerações acerca da importância que a ideia de “germanidade” desempenhou no empresariado do Vale do Rio dos Sinos e, também no do Vale do Paranhana. De acordo com os autores, o conceito de “germanidade” explica a presença marcante dos empreendedores de ascendência teuta no desenvolvimento fabril do estado do Rio Grande do Sul, visto que esse processo pode ser entendido como

[...] um movimento intelectual surgido na comunidade teuto-brasileira, entre meados do século XIX e a década de 1940, cuja preocupação central consistia na defesa da identidade étnico-nacional da população imigrante. Foi liderado por figuras da elite teuto-brasileira – jornalistas, professores, pastores, comerciantes, industriais – que elaboraram uma identidade específica para esta população com base na distinção, especialmente de cunho etnocêntrico, em que são tomadas características culturais e biológicas como elementos diferenciadores (MOSER; MARTINS, 2013, p. 5-6).

Associada à comunidade teuto-brasileira desde o final do século XIX, a ideia de “germanidade” carregou em si um sentido de unidade cultural que se manifestou nas sociabilidades expressas por esse grupo (MOSER; MARTINS, 2013). Ainda sobre isso, destaca-se que

Ao se reforçar a superioridade alemã na “selva” e depreciar o elemento “nativo”, no caso os brasileiros natos, que o processo de colonização assumiu, justamente, esse traço marcadamente étnico. [...] o enriquecimento dos colonos alemães, acentuado a partir do último quartel do século XIX, teve como resultado, justamente, reforçar negativamente essa posição do “alemão superior” em detrimento do “brasileiro pobre e indolente”, segundo a visão que os teuto-brasileiros possuíam neste momento (MOSER; MARTINS, 2013, p. 6-7).

Essa ambiguidade expressou, durante o século XX, um sentimento ideológico que se manifestou no conceito de “empreendedorismo” na comunidade teuto-brasileira. De acordo com Moser e Martins (2013), a relação entre indústria e comunidade teuto-brasileira reforçou a ideia de “germanidade” que já circulava entre essas pessoas desde o final do século XIX. Soma-se a isso a questão, também apresentada pelos autores sobre o empreendedorismo, entendido como uma posição na qual a pessoa “[...] possui

condições de mudar o ambiente no qual está inserido, transformando ideias em oportunidades” (MOSEK; MARTINS, 2013, p. 9). A ideia de empreendedorismo associada ao de “germanidade” ocasionou certo sentimento de distinção, que se expressou entre os empresários do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana.

Para exemplificarmos a ideia de empreendedorismo associada a questão étnica em Igrejinha pode-se citar o caso de Almiro Grings. De acordo com Beatriz Franken (sem ano), Almiro Grings era filho de um açougueiro da localidade de Solitária Alta em Igrejinha que em 1937 mudou-se para Novo Hamburgo em busca de melhores condições de vida. Em Novo Hamburgo, Almiro Grings teve contato com a produção industrial de calçados, mas pouco tempo depois a família retornou a Igrejinha, uma vez que o pai de Almiro Grings havia falecido em Novo Hamburgo e a família passava por dificuldades financeiras.

Após a volta a Igrejinha, Grings exerceu diversas atividades profissionais, mas em 1953 surgiu a oportunidade de tornar-se empreendedor de uma empresa de calçados. Dessa forma, juntamente com Carlito Sohne e Arno Köetz foi fundada o “Calçados Joana”. A participação de Grings na empresa durou pouco, visto que ele vendeu sua parte na sociedade após um ano e meio da criação da fábrica. Em 1955, juntamente com Alfredo Marmitt, Armindo Klein e Arnildo Kayser, Grings fundou a “Kayser Grings & Cia Ltda.”, que mais tarde teve sua razão social alterada para “Almiro Grings e Cia Ltda.” (FRANKEN, sem ano). No início do empreendimento, a empresa ocupava um prédio na atual Rua General Ernesto Dornelles e abrangia 80m², com uma produção diária de 12 pares de calçados. Na década de 1970, a empresa continuava a ser dirigida por Almiro Grings, juntamente com Rugard Erno Schmidt (gerente administrativo), Adair Grings (gerente de pessoal), e pelos responsáveis do setor de produção Tibúrcio Grings, Paulo Grings, Evaldo Klein e Ronito Hohendorf. Nessa época a área da empresa era de 3.672m², contava com 500 funcionários e a produção era de 13 mil pares de calçados ao dia (CALONI, 2008).

Segundo aborda Franken (sem ano), a marca “Piccadilly” foi sugestão de um dos primeiros clientes de Grings, chamado Raul Langaro. Em uma de suas viagens pelo Rio Grande do Sul, Almiro Grings fora até Passo Fundo onde recebera a sugestão da adoção do nome Piccadilly para seus produtos. O

termo faz referência a uma praça de Londres, na Inglaterra, que constitui-se em um dos principais pontos turísticos da capital inglesa. A empresa Piccadilly permanece em atividade atualmente.

Em seu livro intitulado “Almiro Grings – Vida & Obra”, Beatriz Franken expõe a trajetória desse empresário, salientando aspectos como o empreendedorismo de Almiro Grings e também sua origem étnica de ascendência alemã. Essa relação estabelecida pela autora remonta às ideias apresentadas anteriormente relacionadas com a “germanidade”, que era no contexto do início da indústria em Igrejinha de grande importância. Ao se analisar o livro em questão, percebe-se que o mesmo se trata de um livro de memória e não, propriamente, de História, pois há um interesse da autora em registrar a história de vida desse empresário, sem contextualizá-la historicamente. Essa construção da memória da empresa Piccadilly e de seu fundador vem ao encontro do que Pollak chama de “enquadramento de memória”. Nesse sentido, podemos entender que a memória é

[...] essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 9).

E mais especificamente sobre o enquadramento da memória, pode-se dizer que esse processo

[...] se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 9-10).

Em suma, pode-se dizer que houve nesse livro biográfico um processo de enquadramento da memória da empresa Piccadilly, pois a autora ressaltou determinados aspectos em detrimento de outros, ou seja, houve uma seleção do que contar sobre o fundador e a empresa em questão, além disso, o livro

fora escrito logo após o falecimento de Almiro Grings, ou seja, houve uma “necessidade” de registrar essa memória.

Analisando a tabela 02 e diante do exposto acima sobre a empresa Piccadilly pode-se perceber que aspectos como “germanidade”, “empreendedorismo” e “produção industrial” estavam relacionados na metade do século XX, não apenas no Vale do Rio dos Sinos, mas também no Vale do Paranhana. Esses aspectos entraram para a memória da indústria calçadista de Igrejinha através de um processo de “enquadramento de memória”, conceito utilizado e debatido por Pollak. Além disso, pode-se destacar que a “germanidade” foi um importante fator para que houvesse entre os empresários do Vale dos Sinos e futuros empreendedores do Vale do Paranhana, uma troca de experiências e de ideais que foram decisivos para o estabelecimento da indústria calçadista em Igrejinha a partir dos anos 1950.

Mais tarde, na década de 1960 Igrejinha tornou-se município e a indústria calçadista teve papel determinante para que a região se emancipasse de Taquara. Como se pode perceber no segundo capítulo dessa pesquisa, a década de 1960 no Brasil foi marcada por intensas transformações e articulações político-econômicas. Nesse contexto, entende-se que a emancipação de Igrejinha, ocorrida em 1964, faz parte desse processo, visto que, foi a partir dos anos 1960 que muitos municípios brasileiros surgiram.

Assim como em nível nacional, importantes acontecimentos políticos ocorreram em Igrejinha durante a década de 1960. Desde 1961 começou a se organizar em Igrejinha um grupo de emancipacionistas presididos por Selson Flesch que organizaram um documento que solicitava à Taquara a emancipação de seu 8º distrito. De acordo com um dos documentos anexados junto ao projeto de lei para a criação do município de Igrejinha consta que em 1962 a população do distrito era de 8.030 habitantes vivendo em uma área de 162 quilômetros quadrados. O mesmo documento ainda ressalta que havia na área do distrito: 28 estabelecimentos comerciais; correio e companhia telefônica nacional com 31 aparelhos; linha de ônibus diário para Taquara e Canela; um hotel; uma sociedade recreativa; um cinema; dois clubes esportivos; um grupo escolar estadual; duas escolas particulares; cinco escolas municipais; 365 propriedades agrícolas cuja produção anual atingia Cr\$ 44.400.000,00; criação de rebanho de gado que produzia cerca de 5.000 litros

diários de leite; e 59 estabelecimentos industriais com uma produção total de Cr\$ 565.838.715,00.

Em outro documento de 1963 que fora anexado junto ao projeto de lei consta que das 59 fábricas existentes em Igrejinha na época, 24 eram de calçados que produziram em 1962 em torno de 629.735 pares de sapatos num valor total de Cr\$ 430.950.206,00; outras 7 fábricas eram especializadas na produção de saltos para sapatos, cuja produção total em 1962 atingiu Cr\$ 41.475.097,00; as demais 28 fábricas trabalhavam com transferência de madeira e em outros setores da economia.

Os dados apresentados pelo documento ressaltam aspectos relacionados à urbanização, à economia, à educação, à demografia, à sociabilidade e são vistos como argumentos para a emancipação de Igrejinha. Assim como os números apresentados, foram anexadas junto ao o projeto de lei fotografias que apresentavam os espaços religiosos; os espaços de sociabilidade; a zona residencial; os estabelecimentos rurais e as propriedades agrícolas; as ruas centrais do distrito; os meios de transporte; as casas comerciais; as escolas; o subúrbio do distrito; etc. Nesse ponto o que chama a atenção é que foram anexadas cinco fotos de fábricas de calçados de Igrejinha, o que evidencia a importância que o calçado já possuía na economia da então vila. Após alguns anos de discussão e articulação dos emancipacionistas, o projeto de emancipação foi aprovado pelo Plenário e foi “[...] promulgada a Lei nº 4.733, de 1º de junho de 1964, que criou o Município de Igrejinha” (FISCHER, 2008, p. 138).

Como destacado anteriormente, a década de 1960 foi marcante para o município de Igrejinha, principalmente no que diz respeito a questões políticas. De igual relevância, porém, foi o surgimento de outras fábricas do setor calçadista no município, pois foi a partir dos anos 1960 que começa a se estruturar a economia igrejinhense baseada nesse setor. Esse fator foi possível, em partes, pelo chamado “milagre econômico” já citado no segundo capítulo dessa pesquisa, a partir do qual o governo federal “[...] adotou a política de minidesvalorizações cambiais, evitando mudanças bruscas no valor da moeda, o que tornava o planejamento das exportações mais fácil” (FICO, 2016, p. 81). Para se entender esse processo, observa-se a tabela abaixo que mostra as empresas surgidas no município na década em questão:

Tabela 03 -Empresas do setor coureiro-calçadista em Igrejinha na década de 1960

Nº	Nome da empresa	Tipo	Data de fundação	Sócios e estado civil
01	Armindo Klein & Cia Ltda.	Ind. de saltos e loja de eletrodomésticos	14/07/1960	Armindo Klein (cas.), Deodecio Klein (cas.).
02	Calçados Laesa	Ind. calçados	30/09/1962	Lauro Lanz (cas.), Arno Brodbeck (cas.), Seno Schmitt (cas.), Ardi Werres (cas.).
03	Calçados Mingo	Ind. calçados	26/11/1962	João Kunst (cas.), Walter Schein (cas.), Luiz Foernges (solt.).
04	Calçados Nicéia	Ind. calçados para senhoras	20/02/1964	João Lanius (cas.), Hedio Fetter (cas.), Bruno Arnhold (cas.), Willibaldo Lanius (cas.), Mário Wolamin (cas.).
05	Calçados Fany	Ind. e Com. calçados	16/05/1964	Antonio Bergamo (cas.), Antonio Piagetti (cas.), Maria Matzembacher (cas.).
06	Calçados Paranhama	Ind. calçados	20/08/1964	Osmar Krause (cas.), Darci Krause (cas.), Ivo Meinhart (cas.), Osvaldo Krause (cas.), Eloir Arnold (cas.).
07	Calçados Sorupe	Ind. calçados	31/08/1964	Gelci Sohne (cas.), Werno Müller (cas.), Cristóvão Villas Boas (cas.).
08	Amauri F. da Cunha & Cia Ltda.	Ind. calçados	18/10/1965	Amauri da Cunha (solt.), Romeu Petry (cas.), Renato Kehl (cas.), Hedwich Schwingel (viúva), Haidi Wilhelms (cas.).
09	Madeiras Madelein	Ind. de saltos e cepas em madeira.	29/08/1968	Antenor Venson (cas.), Célio Venson (cas.).

Fonte:Tabela criada pelo autor com base nos registros do livro de registros da relação dos associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha.

Através da análise da tabela 03 podem ser observadas as empresas que surgiram em Igrejinha na década de 1960. Conforme análise dos sócios, percebe-se que a maioria dos patrões, assim como na tabela 02, eram homens. Diferentemente da tabela 02 onde só constavam sobrenomes de ascendência alemã entre os sócios, na tabela 03 já se observa sobrenomes de outras origens (empresa nº 07 e empresa nº 08). Além disso, outra diferença é que constam solteiros entre os sócios (empresa nº 03 e empresa nº 08). Essas

mudanças observadas da década de 1950 para os anos 1960 é o reflexo de um aumento da oportunidade de empreendedorismo, que a partir dos anos 1960 já não era mais tão marcado pelos ideais de “germanidade” como nos anos anteriores.

De uma forma geral, pode-se considerar que o contexto histórico do município de Igrejinha fez com que a economia da região se tornasse “aberta” a um processo de industrialização. A presença de imigrantes que, desde o século XIX, lidavam com o artesanato em couro foi essencial para que a conjuntura econômica do município se relacionasse com a produção de calçados. Já no século XX, houveram intercâmbios de ideias entre empreendedores do Vale do Paranhana e empresários do Vale dos Sinos, uma vez que essa região já estava com certa produção de calçados em 1950. Esses intercâmbios só foram possíveis porque eram motivados pelo princípio da “germanidade”, muito relevante na metade do século XX. Na década de 1960, em virtude de um contexto nacional propício, Igrejinha tornou-se município e a indústria de calçados lançou as bases para que a economia igrejinhense fosse marcada por esse tipo de produção. Além disso, é importante destacar que é a partir dos anos 1960 que a indústria calçadista de Igrejinha passou por mudanças estruturais que se refletiram também na sociedade do município na época.

3.2 A formação do operariado: do rural ao setor industrial

Ao se pensar a indústria calçadista em Igrejinha é de extrema importância a situação dos trabalhadores que fizeram parte desse processo. Diante disso, acredita-se que seja essencial observar como se formou o operariado que atuou nas fábricas de calçados, levando em consideração aspectos como movimentos migratórios, laços de solidariedade, divisão do trabalho nas fábricas, entre outros. Todas essas questões são importantes para a compreensão desse processo de industrialização que se observou em Igrejinha durante as décadas de 1960 e 1970.

Ao estudar as relações de trabalho observadas na indústria calçadista do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Vale do Rio dos Sinos, o sociólogo Sergio Schneider (2004) destacou três tipos específicos de

mão de obra utilizada no setor calçadista, sendo elas: os operários antigos, os migrantes proletarizados e os colonos-operários. Da mesma forma que no Vale dos Sinos, a partir das fontes consultadas para essa pesquisa pode-se considerar que a formação do operariado no Vale do Paranhana seguiu o mesmo processo. Em virtude de nosso recorte temporal, nessa pesquisa serão abordados os dois primeiros “tipos” de mão de obra do setor industrial calçadista²¹.

A produção de calçados no Rio Grande do Sul recebeu características propriamente industriais apenas na década de 1960 e os primeiros trabalhadores do setor eram, em sua maioria, filhos de pessoas que trabalhavam em áreas rurais da região do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana. Muitas pessoas acabaram iniciando a vida profissional nas fábricas em virtude da impossibilidade de divisão das terras cultiváveis, pois os lotes ficaram cada vez menores conforme passavam por herança para os filhos dos colonos, o que impedia que o campo absorvesse toda a força de trabalho disponível para a agricultura (SCHNEIDER, 2004). Sobre essa questão ainda pode-se destacar que

[...] mais do que atraídos pelos empregos assalariados, os filhos dos colonos viam nas fábricas uma alternativa ao trabalho agrícola. De certa maneira, pode-se afirmar que a possibilidade de assalariamento desses jovens na indústria de calçados representou uma sobrevida ao já decadente sistema agrícola colonial. Pois, inexistindo a possibilidade de expansão da fronteira agrícola, a absorção da força de trabalho excedente das propriedades rurais pelas empresas postergou, por mais um período, as mudanças estruturais que estrangulavam a agricultura familiar da região (SCHNEIDER, 2004, p. 38).

²¹ O sociólogo Sérgio Schneider em sua pesquisa sobre a indústria calçadista e a formação do operariado no Vale do Rio dos Sinos elencou três fases formativas do mercado de trabalho do setor entre as décadas de 1970 e 1990. Segundo o autor, as três categoriais sociais que compõem o grupo são: os operários antigos, que eram em sua maioria pessoas oriundas das regiões agrícolas do próprio Vale; os migrantes proletários ou proletarizados, que seriam trabalhadores vindos das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul principalmente a partir da entrada do setor calçadista no mercado internacional no final dos anos 1960; e os colonos-operários, categoria que surgiu quando houve um processo de descentralização e interiorização da industrialização, a partir da década de 1980, ou seja, para o sociólogo esse grupo se formou em cidades que circuncidavam os principais centros produtores de calçados nas décadas de 1960 e 1970, com destaque para Novo Hamburgo, além disso, os chamados “colonos-operários” permaneceram morando em áreas rurais, mas trabalhavam na indústria calçadista (SCHNEIDER, 2004). É importante destacar que, os termos utilizados nessa pesquisa são baseados nos estudos de Sérgio Schneider.

Com os problemas que a região rural enfrentava devido a falta de áreas cultiváveis para toda a mão de obra ociosa no campo, as fábricas passaram a abarcar esse contingente populacional que buscava melhores condições de trabalho assalariado. Para exemplificarmos, citamos o caso de uma senhora que saiu da área rural de Canela e fixou residência com sua família em Igrejinha em 1968:

A gente veio porque era mais fácil, porque tinha fábricas... A minha filha já estava com dezesseis anos e estava convidada para trabalhar, a mais velha... E a gente veio de muda para trabalhar na fábrica, e meu marido também para encontrar um trabalho (A.H.W., ex-operária, Igrejinha).

Como se pode perceber nesse relato, o trabalho na fábrica ocasionava certo interesse nos filhos de colonos, isso se dava devido ao aumento no número de estabelecimentos industriais na região do Vale do Paranhana a partir da década de 1960 e também porque era uma oportunidade de ascensão financeira devido ao trabalho assalariado que a indústria promovia. Através do relato citado anteriormente, pode-se perceber que a maioria dos operários que iniciaram sua vida profissional nas fábricas de Igrejinha na década de 1960 eram pessoas que saíram das áreas rurais, da “roça”, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Em grande parte eram de regiões próximas, mas muitos deslocavam-se com toda sua família, o que exigia grande reorganização financeira.

É interessante observar que “antes de a industrialização instaurar formas típicas de assalariamento, as relações entre operários e empregadores eram fortemente perpassadas pelo parentesco e pela origem étnica germânica em comum” (SCHNEIDER, 2004, p. 38). De fato, no início da produção de calçados em Igrejinha muitas empresas optavam por contratar pessoas já conhecidas para trabalhar, isso se dava, como citado anteriormente, pelas relações de amizade e/ou parentesco, ou seja, muito das relações que se observavam na pequena produção agrícola familiar foram redefinidas no espaço fabril, entretanto, com o passar dos anos as relações de trabalho foram sendo alteradas, isso se deu em virtude do aumento da demanda de produção e também da chegada de migrantes para a região (SCHNEIDER, 2004).

No final dos anos 1960, a indústria calçadista do Rio Grande do Sul, inclusive de Igrejinha, passou a exportar sua produção. Essa “abertura” do setor às exportações gerou um impacto de modernização, além disso, esse momento da indústria calçadista rio-grandense foi

[...] marcado por acúmulo de pedidos dos importadores de calçados, gerando um intenso crescimento extensivo do setor com incorporação de recursos e mão-de-obra. Esse caminho foi facilitado pelas encomendas dos importadores de altos volumes de calçados – atingindo, em alguns casos, de 100 a 150 mil pares por pedido – padronizados e a preço baixo (até cinco dólares o par), permitindo uma maior mecanização da produção e a difusão de técnicas tayloristas-fordistas de organizar o processo de trabalho (COSTA, 2004, p. 14).

Com as transformações transcorridas das exportações do calçado sul-rio-grandense, principalmente a partir do início da década de 1970, pode-se dizer que houve um aumento no número de “[...] emprego de milhares de migrantes, oriundos das áreas de pequena agricultura das regiões norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul” (SCHNEIDER, 2004, p. 41). O emprego de migrantes se deu em virtude do esgotamento da absorção dos trabalhadores da região do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana. Sobre isso, ainda destaca-se que,

[...] os migrantes que buscaram trabalho nas empresas de calçados do Vale do Sinos eram jovens (até 30 anos), filhos de colonos (pequenos agricultores, parceiros, meeiros, sem-terra e outros), com pouca ou nenhuma terra ou filhos de meeiros, agregados ou posseiros que haviam perdido suas terras. Em geral, foram poucos os que migraram diretamente do meio rural para as cidades maiores ou pólos industriais. A grande maioria cumpriu um longo itinerário, que, muitas vezes, iniciou com o deslocamento da moradia do meio rural, local de origem, ao núcleo urbano mais próximo e deste para as cidades menores localizadas nas intermediações dos centros urbano-industriais mais desenvolvidos [...] (SCHNEIDER, 2004, p. 41).

Para exemplificarmos esse processo migratório à região do Vale do Paranhana, em especial à Igrejinha, destacamos o relato de um senhor que começou a trabalhar na fábrica de calçado em Igrejinha no ano de 1973 e que migrara para a região do Vale do Paranhana em busca de trabalho:

Antes de vir para cá eu trabalhei em “serviço de mato”: cortando madeira, carregando caminhão de madeira, arrastando madeira no mato, essas coisas...

Sai do mato e vim para cá, só sabia de sapato que era de colocar no pé: o direito e o esquerdo... Porque tu usava às vezes né, muito pouco, mas usava... E quando eu cheguei que me falaram de montar sapato eu pensei: “Uh, o que é isso?”... E daí quando me deram na mão que eu fui aprender, meu amigo, foi um “baile” (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Como se pode perceber através desse relato, muitos migrantes que se dirigiram para Igrejinha não trabalhavam no setor calçadista anteriormente, obviamente, porque provinham de regiões onde o calçado não predominava economicamente. Nesse sentido, a aprendizagem da nova profissão tornava-se um desafio para os migrantes-operários, como confirma outra parte do depoimento desse senhor:

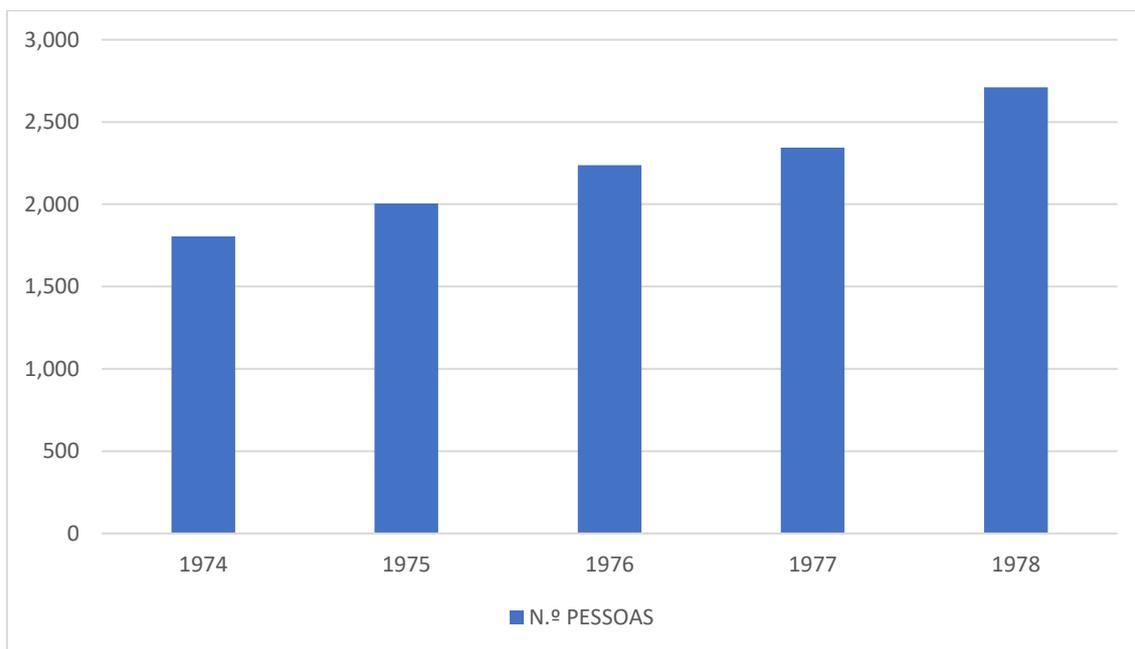
É que na época que eu vim para cá o que mais tinha era calçado e as fabricas de cepa, porque eram feitas muitas sandálias com cepa e os tamancos... Mas o que predominava era o calçado... Para entrar na fábrica, eu tive que aprender a fazer o sapato, não era assim que nem hoje que tem essas facilidades e tudo... Hoje, as fábricas estão pagando para te ensinar a trabalhar, naquela época não, ou tu ia pagar alguém para te ensinar ou tu ia trabalhar de graça para aquela pessoa que ia te ensinar, tu trabalhava um mês ou dois até tu aprender... E eu não me arrependo de ter feito isso, eu trabalhei, o “cara” me ensinou a montar o sapato, fazer o corte, a fôrma e montar todo o sapato a mão, o sapato infantil ainda... Do zero ao trinta e dois a gente fazia... Tu pegava o corte e a fôrma e fazia todo o processo, tudo manual, rebater, fazer cama de salto, tudo no martelo... Eu trabalhei com esse rapaz, ele me ensinou e ele me colocou dentro dos Calçados Clarice, porque ele trabalhava para eles e eu fiquei quatorze anos lá... (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Como se pode perceber a trajetória desses migrantes-operários nem sempre era favorável, pois além de estarem longe de sua cidade de origem, muitos não conheciam o ofício do trabalho na fábrica de calçados e tiveram que aprender. Em uma pesquisa realizada por Medianeira Hartmann Naissinger (2009) sobre o processo migratório para o município de Sapiranga, também no estado do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1970 e 1990, a autora discute as dificuldades enfrentadas por migrantes que vieram a esse município também em busca do trabalho nas fábricas de calçados. Sobre isso, Naissinger destaca que

[...] devemos lembrar que os migrantes, em qualquer tempo, lugar e contexto são sempre visto como “o outro” e por isso, muitas vezes tornam-se objeto de curiosidade, medo, desprezo e preconceito. A hostilidade contra “os de fora” é histórica e não aconteceu apenas em Sapiranga (NAISSINGER, 2009, p. 41).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos migrantes, a adoção dessa força de trabalho no setor calçadista em todos os municípios do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana foi essencial para que as empresas conseguissem aumentar seu volume de produção, fator imprescindível para a continuação do desenvolvimento das exportações (SCHNEIDER, 2004). Além disso, apesar dos “[...] trabalhadores fossem pouco qualificados e sem conhecimentos prévios de atividades fabris, formavam uma força de trabalho capaz de ser absorvida no processo produtivo” (SCHNEIDER, 2004, p. 42). Com a chegada dos migrantes-operários aumentou o contingente da força de trabalho nas fábricas do município de Igrejinha, conforme mostra o gráfico abaixo da década de 1970:

Gráfico 02: Mão de obra do setor calçadista de Igrejinha (1974 – 1978)



Fonte: Gráfico criado pelo autor com base nas informações contidas no 8º Censo do Calçado do Rio Grande do Sul do ano de 1978.

A partir da análise do gráfico 02 verifica-se que entre os anos de 1974 e 1978 o número de pessoas empregadas no setor calçadista em Igrejinha teve um aumento constante. Ainda de acordo com o 8º Censo do Calçado, realizado

em 1978, o maior aumento de funcionários nesse período foi do ano de 1977 para 1978 quando 367 pessoas ingressaram no setor. O desempenho da força de trabalho nesses anos também aumentou significativamente: em 1974 foram produzidos 1.449 pares de calçados e em 1978 foram produzidos 2.302 pares, o que demonstra um aumento significativo na produção em poucos anos. A maioria dos trabalhadores do setor que trabalhavam como mão-de-obra direta eram homens, entretanto, essa predominância era pequena, visto que, os homens representavam 54,43% e as mulheres 45,57% dos trabalhadores.

Conforme o gráfico demonstra, houve um aumento significativo de trabalhadores no setor calçadista em Igrejinha durante a década de 1970. Isso vem de encontro ao que foi salientado anteriormente sobre o processo migratório no qual a região esteve inserida. Muitos migrantes-operários ajudaram a formar esse quadro da força de trabalho do setor calçadista igrejinense na década de 1970.

O aumento de pessoas que trabalhavam na indústria calçadista de Igrejinha refletiu-se também no aumento populacional do município. De acordo com dados apresentados por Schneider (2004), Igrejinha tinha em 1970 cerca de 7 mil habitantes; esse número aumentou para 12 mil pessoas em 1980; para 18,3 mil pessoas em 1991 e para 26,8 mil pessoas no ano 2000. Esse aumento populacional foi o reflexo de um desenvolvimento econômico e social que Igrejinha passou, em grande parte, por influência do setor calçadista.

De uma forma geral, pode-se considerar que a formação do operariado no Vale do Paranhana, em especial no município de Igrejinha, seguiu um longo percurso. Inicialmente, as pessoas que formaram a mão de obra no início da fabricação de calçados nos moldes industriais durante a década de 1960 eram pessoas oriundas da área rural da própria região, que viam nas fábricas uma oportunidade de melhores condições de trabalho assalariado. Posteriormente, com a entrada do setor no mercado internacional e com o aumento da demanda de produção, muitos migrantes, principalmente da região norte e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul passaram a fazer parte do cenário industrial calçadista de Igrejinha. A presença desse grupo acabou alterando também o perfil da sociedade igrejinense, que antes era fortemente marcada pela presença de descendentes de alemães.

3.3 A situação das fábricas e dos trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970 em Igrejinha

Como foi destacado anteriormente, a partir do final da década de 1960 com o ingresso do setor calçadista no mercado internacional e a projeção de Igrejinha no cenário econômico do Brasil como uma das principais cidades produtoras de calçados femininos no país, houve transformações no perfil dos operários que trabalhavam nas fábricas de calçados, pois muitos migrantes passaram a compor esse grupo de trabalhadores. De fato, não apenas entre os trabalhadores houve mudanças, mas na própria estrutura das fábricas, no número de produção, na quantidade de exportações e no índice de empresas que surgiram, principalmente nos anos 1970. Ao perceber essas mudanças, compreendemos aspectos importantes da identidade desse grupo profissional/social, essencial para a consolidação da indústria calçadista como principal economia de Igrejinha nas décadas em questão.

De acordo com Sérgio Schneider (2004) foi a partir da década de 1970 que se ampliaram as possibilidades de crescimento do setor industrial calçadista na região do Vale do Rio dos Sinos, e pode-se dizer que o mesmo aconteceu no Vale do Paranhana. Isso aconteceu porque as empresas do setor “[...] ao invés de continuarem crescendo em termos numéricos, passaram a ampliar o seu parque produtivo, seu nível tecnológico e a concentração de capital” (SCHNEIDER, 2004, p. 27). Cabe destacar que isso foi um processo, ou seja, durante as décadas de 1980 e 1990, a indústria continuou a potencializar seu desenvolvimento industrial.

Sem dúvida, a abertura do mercado internacional à indústria calçadista sul-rio-grandense foi essencial nesse contexto, porém a atuação do Estado no início dos anos 1970 também foi importante, visto que, antes do início das exportações a situação da indústria calçadista no Rio Grande do Sul era ainda frágil. Isso é abordado por Schneider, que destaca que

[...] esse quadro de dificuldades se alteraria a partir do início da década de 1970, quando o Estado cria um programa de estímulos fiscais e creditícios ao setor coureiro-calçadista, que passou a patrocinar a vinda de importadores de calçados e de couro à FENAC, então conhecida como Feira Nacional do Calçado, que se realizava na cidade de Novo Hamburgo. A partir daí, a industrialização dos setores do couro e dos calçados, sobretudo feminino, mudaria radicalmente de rumo (SCHNEIDER, 2004, p. 27).

Com a entrada do setor no mercado internacional e o incentivo estatal percebe-se a necessidade de mudança nos processos produtivos, visando um aumento no volume de produção. Uma das principais mudanças, na visão de Schneider, tem a ver com a introdução dos trilhos de transporte em detrimento da utilização de cavaletes. Para citarmos um exemplo, verificamos o depoimento de um senhor que trabalhou no setor calçadista em Igrejinha nas décadas de 1960 e 1970:

Quando eu comecei, a gente trabalhava com cavaletes que tinham rodinhas embaixo, então aqueles cavaletes eram carregados com sapato dos dois lados, iam sessenta pares de sapato em cima de um cavalete, trinta pares em cada lado, então a gente tinha que cuidar muito para empurrar esse cavalete, depende como uma rodinha trancava, até aconteceu de às vezes a gente esparramar um cavalete de sapato no chão (risos). Então, depois quando eu vim trabalhar em Igrejinha, daí já existia esteira, então a esteira trabalhava e a pessoa ficava parada no seu setor e a esteira vinha trazendo o serviço pra ti, e dali passava do teu setor para outro, até chegar na limpeza. Era uma mudança... (D.M., Igrejinha, ex-operário).

As mudanças que a substituição dos cavaletes pelo trilho de transportes ocasionou foi observada até mesmo pelos operários, como demonstra esse depoimento. De acordo com Costa *et al* (2008), os cavaletes foram mais utilizados em um contexto onde a produção ainda não era tão grande quanto após o início das exportações, além disso, como os operários tinham que transportar o cavalete de uma etapa do serviço para outra acabava-se “perdendo” muito tempo de produção. Essa forma de organização do trabalho foi substituída pelos trilhos de transporte ou esteira manual²². Sobre a esteira manual, destaca-se que

²² O funcionamento desse mecanismo era sobre trilhos, necessitando da ação humana para ser deslocado. Ao realizar sua tarefa, o trabalhador desloca a esteira para seu colega, afim de que esse realize sua parte do trabalho. Como o funcionário não precisa se deslocar dentro da fábrica como ocorria com os cavaletes, acabava-se ganhando tempo e aumentando a produção (COSTA *et al*, 2008).

Na substituição do sistema de cavaletes pelo sistema de trilhos observam-se ganhos expressivos em termos de eficiência e redução de custos. A “confusão” no chão-de-fábrica quando da utilização de cavaletes — movimentação constante de trabalhadores e estrangulamento de produção nas estações de trabalho — se vê contornada sob os trilhos, pois ocorre um melhor controle da produção, dado que as operações se sucedem de maneira ordenada e os gargalos tornam-se visíveis (COSTA et all, 2008, p. 19).

Essas transformações na forma de realizar o trabalho nas fábricas ocasionou também certa divisão do trabalho no setor industrial calçadista no Vale do Paranhana. A partir da análise das entrevistas utilizadas como fontes para esse trabalho, constata-se que o gênero do trabalhador(a) era um importante fator de diferenciação nas fábricas de calçados, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 04 – Divisão do trabalho nas fábricas de calçado por gênero dos trabalhadores

ETAPA DO TRABALHO	GÊNERO DOS TRABALHADORES
PREPARAÇÃO	MULHERES
CORTE	HOMENS
COSTURA	MULHERES
MONTAGEM	HOMENS
ACABAMENTO	HOMENS
LIMPEZA	MULHERES

Fonte: Tabela feita pelo autor com base na análise das entrevistas presentes no Acervo “Memorial história dos calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

A tabela 04 foi feita com base nas entrevistas que serviram de fonte para essa pesquisa. A partir da análise dessas entrevistas foi possível perceber que havia certa divisão do trabalho na fábrica entre homens e mulheres. Especificamente sobre o trabalho de costura nas fábricas, Mittanck (2018) destaca que

Quando se tratava do setor de costura, a mulher era a mão de obra principal. Mesmo com a presença de alguns homens que exerciam esta função, eram elas que comandavam esta atividade. Sendo a mulher mais propícia ao trabalho que requer mais atenção aos detalhes, mais delicadeza no manuseio, destinava-se a ela esta tarefa da costura. O conhecimento e o domínio da arte de costurar possibilitou à mulher encontrar no ofício da costura, uma oportunidade de emprego assalariado. Esse conhecimento veio contribuir para a necessidade de mão de obra qualificada para as linhas de montagem (MITTANCK, 2018, p. 113).

Ainda a partir da análise de Mittanck que se propôs a analisar a presença feminina nas fábricas de calçados do município de Parobé, também localizado no Vale do Paranhana, pode-se destacar que além da costura

[...] outras atividades também são realizadas pelas mulheres, como a preparação, bordado, revisão, encaixotamento e limpeza do calçado. Os dados indicam que tais atividades são as consideradas mais leves dentro do processo fabril, o que justifica serem destinadas às mulheres (MITTANCK, 2018, p. 117).

Com essa divisão do trabalho por gênero dos trabalhadores, acabava se formando dentro das fábricas certos “núcleos”, ocupados por mulheres e outros por homens, como mostra a imagem a seguir:

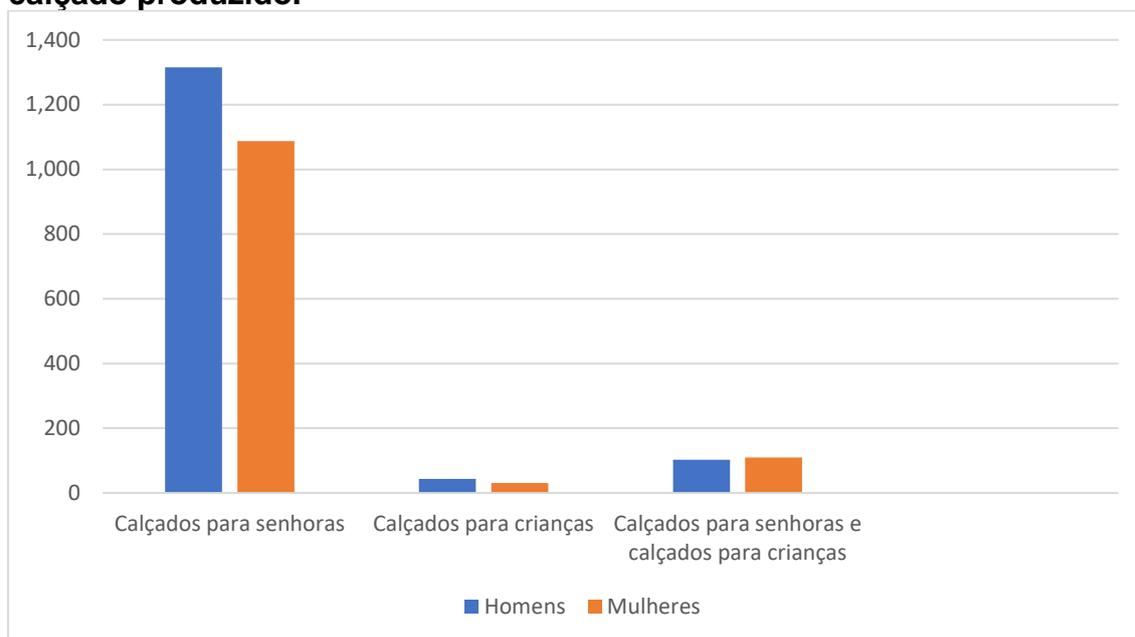
Imagem 02 – Setor de preparação nos Calçados Samparrelí – Década de 1970



Fonte: Acervo “Memorial história do calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

A imagem 02 mostra o setor de preparação nos Calçados Samparrelí, uma fábrica que iniciou suas atividades profissionais na década de 1970 em Igrejinha. Como citado anteriormente, no contexto que esse estudo se propõe a analisar a divisão por gênero causou o surgimento de núcleos de mulheres ou núcleos de homens dentro das fábricas. Apesar disso, o trabalho continuava a ser realizado em etapas, ou seja, o grupo de trabalhadores de determinado setor necessitava da realização do trabalho pelo grupo da etapa anterior. Em relação à mão de obra utilizada no setor calçadista na década de 1970, pode-se observar o seguinte gráfico:

Gráfico 03 – Mão de obra utilizada pelas empresas calçadistas de Igrejinha em 1978 de acordo com o gênero dos funcionários e o tipo de calçado produzido.



Fonte: Gráfico criado pelo autor com base nas informações contidas no 8º Censo do Calçado do Rio Grande do Sul do ano de 1978.

O gráfico 02 mostra a mão de obra que era utilizada no setor calçadista no ano de 1978 de acordo com o gênero dos trabalhadores e também pelo tipo de calçado produzido no mesmo ano. Pode-se perceber através da leitura do gráfico que a maioria dos trabalhadores eram homens, entretanto, não havia uma grande diferença em relação à quantidade de mulheres. Os calçados femininos já eram, em 1978, a principal produção do setor em Igrejinha, mas ainda se observa uma pequena quantidade de produção de calçados infantis. É importante destacar que esse gráfico faz referência à mão de obra direta, ou seja, os trabalhadores contabilizados pelo censo eram pessoas que estavam nas fábricas de calçados em empregos formais.

A utilização de mão de obra indireta²³ é um elemento importante da produção calçadista igrejinhenses e, em geral, ela se dava nos chamados *ateliês*. Sobre isso, destaca-se que,

²³ Na mão de obra indireta do setor calçadista de Igrejinha observa-se uma maior quantidade de homens em exercício. Apenas para citar um exemplo, de acordo com o 9º Censo do Calçado, em 1979 havia 177 trabalhadores empregados na produção de “calçados para senhoras” em Igrejinha. Desses 177 trabalhadores, 120 eram homens e 57 eram mulheres, ou seja, as mulheres representavam pouco mais de 32% dos trabalhadores indiretos na indústria calçadista igrejinhense em 1979.

O ateliê de calçados pode ser definido como um pequeno empreendimento onde se confeccionam partes dos sapatos ou fases inteiras, como o chamado pré-fabricado (que é parte do solado). No geral, os ateliês são administrados por ex-funcionários das empresas maiores, que se demitiram destas e passaram a prestar serviços de produção.

O ateliê domiciliar caracteriza-se pela predominância das operações manuais, como a costura e o enfiado. Em geral, estas atividades são executadas nos domicílios por pessoas idosas (aposentados), jovens e, principalmente, pelas mulheres que agregam aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos a confecção de peças de sapatos (SCHNEIDER, 2004, p. 35).

Para exemplificarmos a relevância que os ateliers e as pessoas que trabalhavam em suas próprias residências tinham no contexto das fábricas de calçados nos anos 1970 verifiquemos o relato abaixo:

Eu trabalhava em casa no calçado. Para casa eu trazia as coisas para trabalhar e cuidar das crianças. [...]. Eu trabalhei muitos anos depois assim até me aposentar. [...]. Não tinha o décimo terceiro nem carteira assinada, era tudo “frio” (A.H.W., ex-operária, Igreja).

Como se pode perceber, o trabalho dos ateliers possibilitava uma melhor organização, principalmente no que se refere aos afazeres domésticos, mas as condições financeiras oportunizadas não eram tão favoráveis quanto às que as fábricas ofereciam, por isso talvez, os índices de trabalhadores empregados entre a mão de obra direta e indireta seja tão desigual.

Apesar desses avanços, as condições dos trabalhadores referentes à direitos e garantias não era tão positiva. Os operários não recebiam auxílios durante as décadas de 1960 e 1970, mais tarde, a partir dos anos 1980 e 1990 surgiu o auxílio transporte, auxílio creche, vale alimentação, entre outros. Se referindo às décadas de 1960 e 1970, observamos o relato de um senhor:

[...] no início tu ganhava por aquilo que tu fazia, aquilo que tu merecia né... E o serão se tu fizesse, mas era tudo normal, fazia as horas que tu ia ganhar e não ganhava nenhuma bonificação na época, veio melhorar no final dos anos 1980 e anos 1990 que veio a melhorar essas coisas... Tudo era para te motivar... (J.M., ex-operário, Igreja).

Como se pode perceber através desse relato, os benefícios eram vistos como motivações para o trabalho no setor industrial. Durante as décadas de 1960 e 1970, os trabalhadores, de uma forma geral, mesmo aqueles vindos de

outras regiões do Rio Grande do Sul não estavam acostumados com um alto padrão de vida, ou seja, não havia reivindicações por avanços nos benefícios dos funcionários entre esse período como se observou posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990 em Igrejinha. Esse aumento no número de reivindicações aumentou apenas depois do surgimento dos sindicatos no município na década de 1980, entretanto, isso não quer dizer que já não havia entre os trabalhadores do setor um sentimento de identidade e pertencimento enquanto grupo social.

De uma forma ampla foram as transformações no final dos anos 1960 e início da década de 1970 que desencadearam mudanças na estrutura das fábricas de calçados em Igrejinha. Com os avanços tecnológicos, principalmente a partir da introdução das esteiras na produção de calçados, houve mudanças na forma de organização do trabalho, pois se dividiram as atividades de acordo com o gênero do trabalhador. As mulheres exerciam atividades consideradas mais leves e também historicamente relacionadas com o gênero feminino, como a costura. Além da divisão do trabalho baseada no gênero, a mão de obra indireta da indústria calçadista, que se expressa principalmente nos *ateliers*, passa a ganhar destaque a partir dos anos 1970, mas em virtude das condições financeiras serem inferiores aos trabalhos formais na indústria, os números de trabalhadores nas duas condições de trabalho acabavam sendo, consideravelmente, desiguais.

3.4 A identidade dos trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha

Um dos pontos mais importantes ao se estudar determinado grupo social e/ou profissional é observar como se formou a ideia de identidade entre esse grupo. A noção de identidade e de pertencimento a determinado grupo influencia diretamente os comportamentos das pessoas que dele fazem parte. Diante disso, procura-se analisar em que contexto já se observava entre os trabalhadores operários da indústria calçadista de Igrejinha algo relacionado à identidade, ao pertencimento enquanto grupo profissional.

A noção de “identidade” entre as Ciências Humanas não é algo novo. A origem de seu estudo se remete à Filosofia e a Psicologia, entretanto, nos últimos anos a Antropologia tem-se dedicado fortemente a sua análise. Através

dos debates em torno do termo, diferentes conceitos têm surgido que procuram explicar a ideia de identidade: identidade nacional, identidade social, identidade profissional, etc. (SILVA; SILVA, 2015).

De acordo com Borges (2007), a identidade é fruto de uma relação dialética, onde o meio em que o indivíduo está inserido influencia diretamente em sua questão identitária. Para a autora, a identidade pessoal é influenciada pelas interações com o outro, possibilitando assim o estabelecimento de uma construção da imagem de si próprio e do grupo ao qual o indivíduo vem a pertencer. Sendo assim, pode-se considerar que a identidade é dinâmica e está em constante mudança e alteração, não sendo jamais acabada. A identidade surge de uma construção baseada nas relações e interações com os diferentes grupos e indivíduos na sociedade. Um dos conceitos mais relevantes dentro do estudo da identidade é o de “identidade social”. Sobre ele destaca-se que,

[...] a identidade social é o que caracteriza cada indivíduo como pessoa e define o comportamento humano influenciado socialmente. Nesse sentido, a identidade social é o conjunto de papéis desempenhados pelo sujeito per si. Papéis que, além de atenderem a determinadas funções e relações sociais, têm profunda representação psicológica por se referirem sempre às expectativas da sociedade (SILVA; SILVA, 2015, p. 202-203).

Dentro da “identidade social” destaca-se a chamada “identidade profissional”. Na perspectiva de Borges (2007), a identidade profissional é uma faceta da identidade social, porém ela se constitui e evolui dentro de atividades particulares, que nesse caso, são as atividades profissionais. A identidade profissional envolve várias questões, tais como: contexto social, posições sócio-profissionais e relacionam-se com as situações vividas pelos agentes em luta por determinada causa e também mantém relação aos rótulos impostos/pré-concebidos pelos outros. Sem dúvida, a identidade profissional é parte integrante de uma identidade coletiva, visto que, ela se constitui a partir da posição de determinado grupo na sociedade e no contexto econômico.

Ao se analisar os trabalhadores operários da indústria calçadista de Igrejinha entre as décadas de 1960 e 1970 se percebe a construção de uma identidade profissional nesse grupo. De acordo com o sociólogo Sérgio Schneider (2004), que analisou o contexto da indústria calçadista no Vale do

Rio dos Sinos, houve certa mobilização por parte dos operários no final dos anos 1970 que se refletiu no surgimento de sindicatos para o setor. Para o autor, a questão sindical foi o reflexo das mudanças que a indústria calçadista sul-rio-grandense passou a partir da década de 1970, principalmente no que diz respeito às transformações tecnológicas e a absorção dos migrantes para o trabalho industrial. Apesar de mudanças importantes nos anos 1970, é apenas na década de 1980 que “[...] os sindicatos de sapateiros do Vale dos Sinos já tinham assumido novas orientações políticas e ideológicas, incorporando práticas reivindicatórias e contestatórias” (SCHNEIDER, 2004, p. 43). Através da contestação e da greve como principal ferramenta de luta por melhores condições de trabalho nas fábricas, a identidade do grupo de operários foi fortalecida.

No município de Igrejinha durante as décadas de 1960 e 1970 não foi observada grande articulação grevista, em partes isso se deu porque o sindicato dos sapateiros no município surgiu apenas na década de 1980. Esse fato, entretanto, não quer dizer que entre os trabalhadores operários do setor durante os anos 1960 e 1970 já não houvesse certa identidade profissional, certo reconhecimento com sua posição no mercado de trabalho, enquanto grupo social.

Durante o regime civil-militar foi bastante comum em diversos municípios, inclusive em Igrejinha, os desfiles de 7 de setembro e as fábricas participavam desses eventos, como se pode perceber através da imagem abaixo:

Imagem 03 – Calçados Ruth em Desfile da Semana da Pátria em 1976



Fonte: Acervo “Memorial história do calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

A imagem 03 foi tirada em um Desfile da Semana da Pátria em Igrejinha no ano de 1976 e mostra uma das principais fábricas de calçados da época, o Calçados Ruth, com trabalhadores transmitindo uma mensagem relacionada com o “progresso” aos espectadores do desfile. Em geral, esses eventos como os desfiles cívicos ocorriam na principal avenida da cidade e contavam com a presença de políticos, empresários, escolas, empresas privadas, pessoas da sociedade, etc. Diante disso, se tornava essencial passar o ideal de progresso e avanço, visto que a ideia de progresso está em grande medida relacionada com os princípios defendidos e difundidos durante o regime civil-militar, mas nos mostra também que, de certa forma, os trabalhadores da indústria se percebiam como integrantes desse processo de crescimento e desenvolvimento econômico que a indústria calçadista igrejinense passava. A mesma ideia pode ser observada em uma imagem do ano anterior:

Imagem 04 – Calçados Ruth em Desfile da Semana da Pátria em 1975



Fonte: Acervo “Memorial história do calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Assim como a imagem 03, a imagem 04 foi tirada em um Desfile da Semana da Pátria. Com o *slogan* “MEXA-SE: nós participamos do progresso de Igrejinha”, o Calçados Ruth nos demonstra que, de certa forma, os trabalhadores operários das fábricas de calçados se enxergavam dentro uma identidade profissional, ou seja, sentiam-se pertencentes a esse grupo e percebiam-se como integrantes de um processo econômico. Esse processo econômico baseado nos ideais do regime civil-militar influenciou a atuação desse grupo em seu espaço de trabalho e nas redes de sociabilidades mantidas por esses operários. Novamente, percebe-se que o desfile cívico da imagem 04 está refletindo ideias de progresso e de avanço, pois o mesmo ocorre na principal avenida da cidade e símbolos nacionais, como a bandeira do Brasil, podem ser vistos na fotografia.

Fortemente relacionado com a identidade e os comportamentos dos trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha estão as questões políticas que se manifestaram nos anos em que esse estudo se propõe a analisar. Ao verificarmos o projeto de criação do município pode-se perceber que muitos empresários e empreendedores participaram da comissão emancipatória de

Igrejinha, sendo alguns deles: Oscar Schaefer (sócio da Schaefer & Dalpiaz Cia), Harry Kichler (sócio da Kichler & Cia Ltda), Pedro Ivan Sparrenberger (sócio dos Calçados Montseny), Almiro Grings (sócio dos Calçados Piccadilly), Carlito Sohne (sócio dos Calçados Samarina), Rugard Schmidt (sócio do Almiro Grings & Cia Ltda.), entre outros.

Se analisarmos a questão política dos primeiros anos de Igrejinha enquanto município verifica-se que a influência econômica das empresas de calçados, principalmente nos anos em que esse estudo se propõe a analisar, foi determinante para fazer com que alguns empresários chegassem à vida pública no município nos anos 1960 e 1970. Sobre isso se destaca a tabela de prefeitos e vice-prefeitos abaixo:

Tabela 05 – Prefeitos e vice-prefeitos de Igrejinha durante as décadas de 1960 e 1970

Período	Prefeito	Profissão	Vice-prefeito	Profissão
1965 – 1969	João Darci Reinheimer (ARENA)	Contador	Oscar Schaeffer (ARENA)	Empresário calçadista
1969 – 1973	Hugo Sperb (ARENA)	Empresário calçadista	Almiro Grings (ARENA)	Empresário calçadista
1973 – 1977	Selson Flesch (ARENA)	Proprietário de uma imobiliária	Pedro Ivan Sparrenberger (ARENA)	Empresário calçadista
1977 – 1983	Jahir Arthur Wallauer (ARENA)	Empresário calçadista	Adair Adélio Grings (ARENA)	Empresário calçadista

Fontes: BRUSSIUS, Marina. FLECK, Sigrid Izar. *Igrejinha - História que o tempo registra*, da Secretaria Municipal de Educação, 1991.

WILBERT, Claudete Beatriz. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 28 de agosto de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.

Como se pode perceber, desde as primeiras gestões dos prefeitos de Igrejinha já se observava a presença de empresários do ramo calçadista na vida pública do município. Além disso, todos os prefeitos e vice-prefeitos eram

da Aliança Renovadora Nacional, partido político que dava sustentação para o regime civil-militar. Essa ocupação do espaço público por empresários do setor calçadista refletia de certa forma, como estava alicerçada a relação entre trabalhadores e empresários entre as décadas de 1960 e 1970, e como a sociedade igrejinense percebia o avanço das fábricas do setor calçadista na região.

Pensado nesses aspectos, pode-se retornar novamente aos estudos de Borges (2007), que destaca que a identidade profissional tem a ver também com a projeção do indivíduo sobre o seu futuro e isso interfere diretamente nas relações e valorizações que são feitas de cada indivíduo no seu espaço de trabalho. Ainda de acordo com a autora, as relações estabelecidas pelos trabalhadores em seus espaços de atuação profissional são de extrema importância para a sociabilidade no trabalho e para a construção da identidade profissional, que se reflete na atuação de um grupo profissional entre colegas, com as autoridades e com a sociedade em geral. Pode-se inferir que, para os operários da indústria calçadista de Igrejinha, a presença dos patrões na política e o apoio aos ideais defendidos pela ARENA e pelo regime civil-militar, que muitas vezes estava relacionada com o progresso econômico, poderia ser uma garantia de melhores condições financeiras e econômicas.

Além disso, é importante destacar que, os trabalhadores vieram, em grande parte, de áreas rurais, onde se praticava a agricultura familiar e onde o conservadorismo era um elemento importante. Esse mesmo conservadorismo praticado nas áreas agrícolas foi moldado para o contexto industrial calçadista, como pode ser observado a partir das imagens dos desfiles cívicos e da tabela da política igrejinense nos primeiros mandatos de prefeitos e vice-prefeitos, onde a ARENA foi majoritariamente vencedora em relação ao MDB. Alguns relatos nos ajudam a entender essas questões:

A gente veio da roça, e na roça as coisas eram muito difíceis. A gente tinha para se alimentar, mas um dinheirinho para o bolso a gente nunca teve né. Assim que a gente começou a trabalhar no calçado sobrava uma grana para a gente e dava para comprar alguma coisa (D.M, ex-operário, Igrejinha).

Esse relato é de um senhor que já morava em Igrejinha, mas que trabalhava no meio rural antes de iniciar na fábrica de calçados durante os

anos 1960. Muitas pessoas saíam da agricultura buscando melhores condições de salário e renda. Apesar disso, não abandonavam seus princípios, marcados fortemente pelas relações familiares e de parentesco, além de questões étnicas e de sociabilidade. Para se ter uma ideia, em muitas empresas foi comum a adesão de diversos membros de uma mesma família entre os operários, como se observa em outra parte do relato desse senhor:

Quando eu comecei em Três Coroas, quando eu trabalhei duas semanas, eles me perguntaram se eu não tinha um irmão, eu disse “sim, tenho”, “que idade ele tem?”, eu disse: “treze anos”, “mas então, traz ele junto, nós queremos conversar com ele, ver se ele pode trabalhar conosco”. Daí eu levei ele junto e ele já começou no mesmo dia, com treze anos de idade. (D.M., ex-operário, Igrejinha).

Como se pode perceber todas essas relações que a “roça” possibilitava foram remodeladas no espaço da fábrica, tanto entre os trabalhadores, quanto entre os trabalhadores e patrões, que nas décadas de 1960 e 1970 trabalhavam diretamente com os operários. Sobre a relação ente empregados e patrões destaca-se o relato abaixo de uma senhora que trabalhou dos anos 1950 até os anos 1980 no setor calçadista em Igrejinha:

[...] naquela época tinha mais respeito do que hoje em dia. As pessoas eram mais submissas, elas aceitavam mais as condições que eram impostas, no principio. [...]. Depois não existia mais aquele pensamento “eu vou trabalhar certo para que a fábrica progrida e eu possa continuar ganhando o meu dinheiro para progredir também”, isso não existia mais. [...]. Mas nessa época anterior, mais no começo, aí existia essa coisa de fazer bem feito, de cuidar, de querer fazer produção porque os patrões agradavam a gente quando a gente fazia a mais, não é que agradavam em dinheiro, mas em elogios, palavras, isso fazia bem pra gente, a gente saía assobiando da fábrica quando ganhava um elogio (N.B., ex-operária, Igrejinha).

Como o relato nos mostra, a relação entre funcionários e empregados era muito próxima durante as décadas que essa pesquisa se propõe a analisar. Essa relação refletiu-se também, como já citado, na própria sociedade, pois o patrão era visto como um empreendedor, logo, poderia ocupar espaços importantes na vida política e social da cidade.

Além de sua característica conservadora, o operário do setor calçadista de Igrejinha da década de 1960 e de 1970 estava distante dos movimentos grevistas. Sobre isso, destaca-se o relato abaixo:

[...] não havia essa coisa de greve. Se tu queria um aumento, tu pedia para o chefão [...]. Primeiro tu pedia para o chefe do setor, ele levava para o patrão [...], então a reivindicação era feita assim direto. [...]. Quando eu era mais jovem, eu acho que não existia isso, eu acho que não... Eu nunca precisei e também não presenciei. (N.B., ex-operária, Igrejinha).

De fato, durante a década de 1960 e 1970, conforme pôde se perceber através das entrevistas do projeto “Memorial História do calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana”, as greves e reivindicações organizadas eram praticamente inexistentes no setor calçadista de Igrejinha. Conforme Brusius e Fleck (1991), apenas em 1976 é que surgiu o primeiro sindicato relacionado ao setor calçadista no município de Igrejinha, ou seja, a atuação grevista foi mais forte nas décadas posteriores, principalmente nos anos 1990.

É importante salientar que, essa característica de submissão dos trabalhadores do setor durante os anos 1960 e 1970 é também o reflexo do contexto nacional do período. Não havia até os anos 1980 e, sobretudo, até os anos 1990 uma “consciência de classe”, no sentido de contestação, porque as greves e reivindicações organizadas durante o regime civil-militar eram condenadas e reprimidas.

Assim como a relação entre os trabalhadores com patrões era perpassada por laços de solidariedade, as relações entre os próprios operários também possuía esse aspecto. Nas fábricas ocorriam momentos de sociabilidades, como as festividades de final de ano. Sobre isso, verifica-se a imagem abaixo:

Imagem 05 – Comemoração de final de ano no Calçados Joana nos anos 1970



Fonte:Acervo “Memorial história do calçado nos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

A imagem 05 que demonstra um evento de final de ano em uma empresa calçadista de Igrejinha mostra que o mesmo espaço do trabalho era o lugar da festividade. É importante entender que a questão identitária do grupo de trabalhadores foi algo construído durante as décadas de 1960 e 1970 e que vários fatores foram importantes para isso: a germanidade e a relação desta com o empreendedorismo; as transformações tecnológicas com a entrada do setor calçadista no mercado internacional que alavancou a produção e a necessidade de maior mão de obra; a chegada dos migrantes, vindos de outras regiões do Rio Grande do Sul; os ideais do regime civil-militar que contribuíram para que os trabalhadores se percebessem dentro de um processo econômico amplo influenciado pela ideia de “progresso”; as relações de amizade e coleguismo no cotidiano das fábricas; entre outros aspectos. Sobre os momentos de festividades, ainda destaca-se o relato abaixo:

No Calçados Ruth eles tinham feito em vários fins de ano o melhor enfeite na Natal, quem queria concorrer se inscrevia e era catado uns lixos no chão, vamos dizer, tudo era reciclado, eram sementes, flores secas... Eu ganhei um prêmio com um abacaxi que eu enfeitei, era uma coisa bem diferente do que hoje em dia, essas coisas de Natal né... Aí a gente ganhava um premiazinho, uma coisa extra: um par de sapatos ou qualquer coisa assim, era uma premiação... Fora isso, em fins de ano as fábricas davam para cada funcionário, elas davam um presente... Eu ganhei muito vinho, uísque, toalhas de banho, de rosto, de mesa, roupas de cama, isso no fim do ano. [...]. Fim de ano você já esperava para ver o que é que vinha (N.B., ex-operária, Igrejinha).

Ainda sobre isso, verifica-se outro relato:

Teve uma época que tinha. No final do ano, o Clarice junto com o Beira-Rio fazia festinha de final de ano. Sempre teve. [...]. Geralmente, todos participavam. (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Ao consultar as entrevistas utilizadas nessa pesquisa foi possível perceber uma questão importante da identidade dos trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha das décadas de 1960 e 1970: os operários se enxergavam como participantes do desenvolvimento da cidade e muitos relataram que o trabalho nas fábricas trouxe contribuições para as suas vidas pessoais, como se observa no depoimento abaixo:

[...] quando eu comecei parecia que não era aquilo que eu estava procurando. Mas como não tinha outra alternativa, a gente meio que se obrigou no começo, mas depois que eu estava trabalhando já uns dez anos aí eu vi que aquilo ia ser um futuro para mim, eu iria cuidar e sempre trabalhar direitinho para um dia ter uma aposentadoria e, na realidade, foi o que aconteceu... (D.M., ex-operário, Igrejinha).

Ainda sobre isso, destaca-se outro relato:

O que eu tenho a dizer é que assim: o pouquinho que eu tenho hoje eu devo a este trabalho, tudo ao calçado... Devo tudo ao calçado, o pouquinho que eu consegui hoje né, e o pouco que eu conheço é tudo pelo intermédio do calçado... Não tive outra coisa na época para fazer, a não ser o calçado... Tinha as fábricas de cepa, mas só pegavam os "caras" que sabiam trabalhar naquilo, por causa das máquinas muito perigosas... Então, o que eu tenho hoje é tudo por intermédio do sapato, quem me deu este conhecimento foi a fábrica de sapato... (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Por fim, destaca-se o relato abaixo onde foi respondido sobre a importância do trabalho no setor calçadista para a vida pessoal da entrevistada:

[...] inclusive na formação como pessoa, eu acho que valeu... Porque o contato com outras pessoas, a direção de outras pessoas sempre é um ensinamento... Não é uma coisa que vai e passa, como uma moda, vamos dizer, aquilo fica, tu aprendeu aquilo, tu pensou sobre aquilo, tu agiu sobre aquilo, então aquilo é um ensinamento e isso a gente carrega... Além disso, o material, falando de coisas materiais, as coisas que eu tenho é tudo do trabalho de fábrica [...] (N.B., ex-operária, Igrejinha).

Sem dúvida, os trabalhadores da indústria calçadista foram essenciais para as transformações pelas quais Igrejinha passou durante as décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto de mudanças, consolidou-se entre os operários do setor uma identidade que se manifestou no interior das fábricas, nos eventos cívicos do município, nas relações sociais estabelecidas e nos comportamentos desse grupo. Essa identidade foi intensamente marcada pelo conservadorismo trazido pelos trabalhadores das áreas rurais; pela ausência de aderência a greves e manifestações; pela relação dos operários com os patrões, cuja influência expandiu-se para a política do município; e também pelas redes de sociabilidades entre os próprios trabalhadores. A identidade e os comportamentos formados entre as décadas de 1960 e 1970 foram essenciais para que, nas décadas seguintes, novas formas de relação econômica fossem estabelecidas por esse grupo social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de calçados no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul passou por intensas transformações no decorrer do tempo. Inicialmente, a produção de calçados no estado ocorreu em áreas de imigração alemã, pois os alemães trouxeram da Europa o costume de usar sapatos e também porque praticavam o artesanato juntamente com a agricultura familiar. Sem dúvida, durante o século XIX, a produção de calçados pelos imigrantes alemães e seus descendentes era muito simples, pois não havia no estado uma industrialização de fato. Somente após a acumulação de capital oriundo do comércio estabelecido entre as áreas de imigração e outras regiões do Rio Grande do Sul, principalmente com Porto Alegre, é que se estabeleceu um incentivo a uma industrialização, que manteve durante a República Velha formas típicas de produção.

Durante a República Velha, a industrialização pela qual o Rio Grande do Sul passou manteve formas peculiares de produção, diferentes da industrialização pós-1930. Durante a República Velha, a indústria sul-riograndense manteve um mercado regional, não expandindo sua produção a nível nacional. Após o governo Vargas, que incentivou e manteve o apoio estatal à produção industrial, inicia-se um novo ciclo de produção no Rio Grande do Sul e no Brasil. É importante destacar que é no contexto da República Velha e da recente industrialização do Rio Grande do Sul que o movimento operário sul-riograndense começa a se formar no estado.

Após o governo Vargas começou a se estruturar uma industrialização promovida pelo Estado. Nos anos seguintes, determinadas regiões no país se especializaram em produtos específicos, é o caso do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que já era reconhecido nacionalmente como importante pólo de produção de calçados femininos no Brasil. A partir dos anos 1940, alguns empreendedores do Vale do Paranhana, principalmente de Igrejinha passaram a trocar experiências e ideias com os empresários de Novo Hamburgo, movidos pela identidade étnica em comum. Logo, surgiram em Igrejinha, as primeiras fábricas de calçados, que ainda produziam o calçado de uma formapróxima à atividade artesanal.

Durante a década de 1950 as primeiras fábricas de calçados em Igrejinha irão se constituir, porém é a partir dos anos 1960 que a indústria calçadista passa a se consolidar como principal base econômica do município. Esse fator coincide com outros acontecimentos importantes do município e do contexto nacional: Igrejinha torna-se município em 1964; há a abertura de crédito financiada pelo governo civil-militar através do chamado “milagre econômico”; ocorre o início das exportações a partir de 1968, onde Igrejinha se lança no mercado internacional, etc.

Com as transformações observadas a partir da década de 1960 e consolidadas nos anos 1970, o contexto das fábricas sofreu alterações, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores. Nos primeiros anos a que esse estudo se propôs a analisar, o trabalho na fábrica era fortemente permeado por laços de parentesco e amizade entre patrões e empregados, movidos em grande parte pela origem étnica germânica em comum. Mais tarde, com o início das exportações e aumento da produção, tornou-se necessária maior mão de obra, o que ocasionou um fluxo migratório de outras regiões do Rio Grande do Sul para as áreas de produção industrial calçadista, inclusive para Igrejinha. Esse fato alterou o perfil da sociedade igrejinense, que até os anos 1970 era fortemente marcada pela presença de pessoas de origem teuto-brasileira.

Além do aumento populacional ocasionada pela migração de pessoas a Igrejinha, outras questões foram se alterando na indústria de calçados: a substituição dos cavaletes pela esteira aumentou a produção calçadista; a estrutura das fábricas foi se desenvolvendo; ocorreu uma divisão do trabalho, uma vez que antes os sapateiros realizavam todas as partes do serviço; houve uma divisão por gênero do trabalhador (a), ou seja, determinados trabalhos se constituíram como de mulheres e outros como de homens; surgiram os ateliers, que eram trabalhos indiretos das fábricas; entre outras mudanças.

Nesse contexto de mudanças e transformações pelas quais a indústria calçadista de Igrejinha passou, formou-se entre os trabalhadores uma identidade que influenciou suas práticas e seus comportamentos na sociedade e no espaço de trabalho. Essa identidade era fortemente marcada por aspectos conservadores, trazidos pelos trabalhadores da zona rural, de onde grande parte dos operários veio. Esse conservadorismo se expressava na relação com

os patrões e na adaptação das relações de parentesco observadas na agricultura familiar para as fábricas de calçados. Através disso, os trabalhadores percebiam os patrões como pessoas capazes de ocuparem outros espaços na sociedade, inclusive na política, por isso que muitos empresários do setor tornaram-se prefeitos e vice-prefeitos nas décadas de 1960 e 1970 em Igrejinha.

Além do conservadorismo, os trabalhadores da indústria calçadista das décadas de 1960 e 1970 eram, em certa medida, “submissos”, pois a presença de greves e manifestações era praticamente inexistente nesse período. Sem dúvida, o contexto do regime civil-militar foi determinante para isso e a proximidade entre patrões e empregados garantia negociações diretas, sem a mediação de sindicatos.

Além de buscarem melhores condições de trabalho e renda, os trabalhadores criavam também redes de sociabilidade no espaço das fábricas, como nos mostra as imagens de comemorações de fim de ano. O mesmo espaço do trabalho se tornava o espaço da festividade, onde patrões e empregados comemoravam e estruturavam relações de coleguismo construídas durante todo o ano de serviço. Esse fator influenciou a relação entre patrões e empregados, determinante para a atuação desses na sociedade da época.

Foi possível constatar que, as transformações pelas quais a indústria de calçados de Igrejinha passou durante as décadas de 1960 e 1970 foram determinantes para a construção de uma identidade entre os trabalhadores, que influenciou os comportamentos desse grupo social/profissional na sociedade igrejinense. Posteriormente, essa identidade foi alterada, principalmente na década de 1990 quando ocorre uma maior “consciência de classe” entre os trabalhadores, manifestada nas greves e nas reivindicações.

Não apenas para os trabalhadores da indústria calçadista das décadas de 1960 e 1970 essa temática é importante, mas para toda a sociedade igrejinense, visto que, a cidade passou por transformações importantes no período que essa pesquisa se propôs a analisar. Daquela época, houve mudanças, rupturas e permanências que são perceptíveis até os dias de hoje na região do Vale do Paranhana. Com esse trabalho buscou-se “dar voz” a esse grupo que, por um tempo ficou silenciado da história local e regional, além

do mais, espera-se que outras pesquisas venham surgir nesse sentido, valorizando a memória e a vida dessas pessoas tão importantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

- ADORNE FILHO, Antenor; MOLINA, Rafael. Federação Operária do Rio Grande do Sul - FOERGS. In: *Revista Historiador*, ano 1, número 1, 2008.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BERGAMO, Janete Maria. *Vias públicas da cidade de Igrejinha: permanências e rupturas*. Taquara: Faculdades Integradas de Taquara, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso em História.
- BILHÃO, Isabel. Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: interfaces das identidades operária e de gênero na Porto Alegre na virada para o século XX. *MÉTIS: história & cultura* – v. 4, n. 7, p. 107-132, jan./jun. 2005
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BORGES, Maria Paula de Almeida. *Professores: imagens e auto-imagens*. Tese de doutoramento em Educação, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2007.
- BRUSSIUS, Marina. FLECK, Sigrid Izar. *Igrejinha - História que o tempo registra*, da Secretaria Municipal de Educação, 1991.
- CALONI, Joice Scheila. Indústria calçadista em Igrejinha. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et all (Org.). *Raízes de Igrejinha*: Porto Alegre, EST, 2008.
- CARNEIRO, Lígia Gomes. *Trabalhando o couro: do serigote ao calçado made in Brazil*. Porto Alegre: L&PM: CIERGS, 1986.
- CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul — evolução recente. In DACANAL, J. H., GONZAGA, S. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CORREA, Anderson Pereira. Imigrantes na formação da classe operária no Rio Grande do Sul. *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 151, p. 199-227, dez./ 2016.
- COSTA, Achyles Barcelos da; DEBEROFSKI, Andréia Stein; SPRICIGO, Gisele. Transformações no processo de trabalho na indústria de calçados do Vale do Sinos. In: *Revista ABET*, vol. VII, nº 2, 2008.

COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina (Orgs.). *A indústria calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul – esquecimentos e lembranças*. 2. Ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ENGELMANN, Erni. *A Saga dos Alemães I - Do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo*, 2004.

FERNANDES, Doris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: história do século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva *et all* (Org.). *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

_____. No além da Colônia de São Leopoldo: o avanço da ocupação colonial e os empreendimentos na Colônia do Mundo Novo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2016.

FISCHER, Jacy Waldyr. O processo de emancipação de Igrejinha. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel *et all* (Org.). *Raízes de Igrejinha*: Porto Alegre, EST, 2008.

FRANKEN, Beatriz. *Almiro Grings: Vida & Obra*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda, sem ano.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INGERS. *Origens* - Boletim informativo do Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul, 1997.

LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na história do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 7(2): 69-82, 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. Ed. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. São Paulo: UNICAMP, 1996.

MARTINS, Rodrigo Perla. *A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979*. Tese de doutorado em História. PPGH/PUC-RS. Porto Alegre, 2011.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *Como escrever a história de sua cidade*. Belo Horizonte: ICAM, 2005.

MITTANCK, Vanuza Alves. *De donas de casa submissas a operárias da fábrica: mulheres em busca de trabalho nas fábricas dos setor coureiro-calçadista de Parobé (RS, Brasil)*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional. PPGDR/Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2018.

MOSER, Vinicius; MARTINS, Rodrigo Perla. Indústria, cidades e sociabilidades no Vale do Rio dos Sinos: 1970-1980. In: *XI Seminário de Estudos Históricos: "a democracia ainda é a questão: reflexões sobre a ditadura civil-militar e a comissão nacional da verdade"*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto; REINHEIMER, Dalva. A emancipação de Taquara do Mundo Novo: um momento de intensas (re)articulações políticas. In: REINHEIMER, Dalva *et all* (Org.). *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

NAISSINGER, Medianeira Hartmann. *Cenário, personagens e enredo de um processo migratório: Sapiranga (1970 – 1990)*. Taquara: Faculdades Integradas de Taquara, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em História.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história – nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Vol.5. Rio de Janeiro: 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989.

- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Meetings, Boicotes e Carneiros nas Grandes Greves ocorridas em Porto Alegre durante a Primeira República (1917-1919)*. In: *Em tempo de histórias*. Brasília: PPGHIS/UnB, 2014.
- REICHEL, Heloísa. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, S. (Orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- REINHEIMER, Dalva. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul II*. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.
- SANDER, Berenice Fülber. MOHR, Flávia Corso. *Igrejinha - Uma história em construção, da Secretaria Municipal de Educação*, 2004.
- SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano; MARTINS, Rodrigo Perla [et al]. Entre o local e o nacional: história e memória dos pioneiros da exportação calçadista no Vale dos Sinos (RS). *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 149-174, jul./dez. 2013.
- SCHNEIDER, Sérgio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina (Orgs.). *A indústria calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.
- _____. Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, (17)1: 298-322, 1996.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- SILVA, Ângelo Antônio da et al. O empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In: REINHEIMER, Dalva (Org.). *Terra, Gente e Fé – aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVEIRA, Eder da Silva. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. In: SILVEIRA, Eder da Silva (Org.). *Ensino de história, história oral e museologia: reflexões para a sala de aula*. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História*

Geral do Rio Grande do Sul – República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930 – 1985). Passo Fundo: Méritos, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

VIEGAS, Maruska Kirsh. Curtume Maltus Kirsh & Cia Ltda. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et all (Org.). *Raízes de Igrejinha*: Porto Alegre, EST, 2008.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã*. Rio Grande do Sul – Século XIX. 2. Ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

SITES:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/igrejinha/panorama>. Acesso em 15 de março de 2018.

<http://copavaledoparanhana.blogspot.com/2014/04/>. Acesso em 02 de setembro de 2018.

FONTES CONSULTADAS:

Acervo “Memorial História do calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana”. Disponível do Laboratório de História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Projeto de Lei para criação do município de Igrejinha de 1964.

Livro de registros da relação de associados do Sindicato da Indústria de Calçados de Igrejinha.

8º Censo do Calçado do RS – 1978. Novo Hamburgo: Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo.

9º Censo do Calçado do RS – 1979. Novo Hamburgo: Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo.

BRUSIUS, Nanci. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 11 de novembro de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.

MARTINS, João Francisco. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 24 de outubro de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.

MÜLLER, Delcio. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 25 de setembro de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.

WILBERT, Anilda Haag. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 25 de setembro de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.

WILBERT, Claudete Beatriz. Entrevista para o projeto “Memorial História do Calçado dos municípios de Igrejinha e Três Coroas no Vale do Paranhana” em 28 de agosto de 2016 em Igrejinha/RS. Entrevistador: Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli.